



CIÊNCIA & POLÍCIA

Revista Científica do Instituto
Superior de Ciências Policiais

v. 11, n 2 (2025)



POLÍCIA MILITAR
DISTRITO FEDERAL

e-ISSN 2316-8765

20
25

Revista Ciência & Polícia

Revista Semestral, volume 11, número 2, julho – dezembro 2025

e-ISSN 2316-8765

Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP)

Brasília, DF- Brasil



Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP)

O ISCP é uma instituição pública de ensino superior, credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) e mantida pela Polícia Militar do Distrito Federal. Criado em 2013 a partir da Academia de Polícia Militar de Brasília — a primeira instituição de educação superior policial do Brasil reconhecida pelo MEC —, o ISCP foi oficialmente autorizado a oferecer cursos de graduação e pós-graduação por meio da Portaria PMDF nº 950, de 27 de janeiro de 2015. Sua missão é promover a formação e capacitação de excelência de policiais, demais agentes públicos e membros da sociedade, com base em fundamentos éticos, técnicos e legais. O Instituto busca consolidar-se como centro de referência na produção de conhecimento e na análise crítica dos fenômenos relacionados à segurança, violência e conflitualidades, com ênfase na pesquisa e no desenvolvimento das ciências policiais..

Mantenedora

Polícia Militar do Distrito Federal

Ana Paula Barros Habka – Cel QOPM
Comandante-Geral da PMDF

Fabício Boechat de Camargos – Cel QOPM
Subcomandante-Geral da PMDF

Reitoria

Karla Cristian Rodrigues de Menezes – Cel QOPM, *Reitora do ISCP e Chefe do Departamento de Educação e Cultura (DEC) da PMDF*

Cristiano Curado Guedes – Cel QOPM
Pró-Reitor de Pós-Graduação
Diretor de Especialização e Aperfeiçoamento

Leonardo da Silva Fernandes – Cel QOPM
Pró-Reitor de Graduação, Comandante da Academia de Polícia Militar de Brasília, Procurador Institucional

Paulo Eduardo Rodrigues Barbosa – TC QOPM, *Pró-Reitor de Pesquisa*
Chefe da Divisão de Apoio Educacional e Pesquisa

Hudson Onofre de Oliveira – TC QOPM
Pró-Reitor de Ensino Assistencial
Comandante do Colégio Militar Tiradentes

Revista Ciência & Polícia (RCP)

A Revista de Ciências Policiais (RCP) publica artigos, resenhas e entrevistas sobre temas teóricos e práticos das Ciências Policiais e áreas correlatas, como Sociologia, Direito, Antropologia, Administração, Psicologia e Ciência Política. Tem como objetivo difundir inovações e práticas em segurança pública, debater o sistema de justiça criminal e as atividades das instituições de aplicação da lei, emergência e defesa civil. A RCP atua como espaço de divulgação científica para acadêmicos, profissionais e o público em geral. Editada pelo ISCP, adota desde 2024 o modelo de publicação contínua (ahead of print), com fechamento editorial semestral. Os conteúdos publicados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do ISCP ou do corpo editorial da revista.

Revista Ciência e Polícia (RCP) [recurso eletrônico] / Instituto Superior de Ciências Policiais. – v. 11, n. 2 de 2025 – Brasília, DF: Instituto Superior de Ciências Policiais, Polícia Militar do Distrito Federal, 2025.

1 recurso online.

Publicação semestral.

e-ISSN 2316-8765

Disponível em: <https://revista.iscp.edu.br>

1. Ciências Policiais. 2. Segurança Pública. 3. Psicologia Forense. I. Polícia Militar do Distrito Federal. Instituto Superior de Ciências Policiais.

CDU: 351.78

Copyright © 2019 por RCP/ISCP. O acesso às publicações da RCP é aberto, integral e gratuito.

Editor-Chefe

Fagner de Oliveira Dias
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Editora Associada

Letícia Alves Santos
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Conselho Consultivo/Editorial

Bruno César Prado Soares
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Breno Giovanni Adaid-Castro
Centro Universitário IESB, Brasil.

Cídjan Santarém Brito
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Daniele de Sousa Alcântara
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Eda Castro Lucas de Souza
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Eduardo Ferreira Coelho
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Francisco Guilherme Lima Macedo
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Gabriel de Oliveira Jorge
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Isângelo Senna da Costa
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Leonardo Borges Ferreira
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Luciano André da Silveira e Silva
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Luciano Loiola da Silva
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Márcio Júlio da Silva Mattos
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Nelson Gonçalves de Souza
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Renata Braz das Neves Cardoso
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Thiago Gomes Nascimento
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Victor Gabriel Rodrigues Viana de Oliveira
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil.*

Consultores Ad Hoc

Amalia Raquel Pérez-Nebra
Universidad de Zaragoza (UniZar), Espanha.

Breno Giovanni Adaid-Castro
Centro Universitário IESB, Brasil.

Carlos Eduardo Pimentel
*Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
Brasil.*

Cláudio Vaz Torres
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Cristiane Faiad
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Dália Sousa Gonçalves da Costa
*Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas (ISCSP); Universidade de Lisboa*

(ULisboa), Portugal.

Denise de Oliveira Alves
Lumine Editora, Brasil.

Eda Castro Lucas de Souza
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Eluiza Alberto de Moraes Watanabe
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Fábio Iglesias
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Fernanda Maria Duarte Nogueira
*Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP),
Brasil; Univerisdade de Lisboa (ULisboa), Portugal.*

Ione Vasques-Menezes
*Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO),
Brasil.*

Maria Cristina Ferreira
*Universidade de Salgado de Oliveira
(UNIVERSO), Brasil.*

Paula Ribeiro de Oliveira
*Secretaria de Estado de Educação do Distrito
Federal, Brasil.*

Rosânia Rodrigues de Sousa
Fundação João Pinheiro (FJP - MG), Brasil.

Sueli Menelau de Novais
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Cledinaldo Aparecido Dias
*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Brasil.*

Fernanda Otoni da Silva
Universidade do Tuiuti do Paraná (UTP), Brasil.

Bruno Bonfá Araújo
University of Western Ontario (UWO), Canadá.

Lucas Lemes da Silva
Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Equipe técnica

João Carlos Félix de Lima
Revisão Linguística

Artime da Silva Valente
Diagramação e Suporte Técnico OJS

Jaqueline Simões Lopes Conceição
Assistente Administrativo

Projeto Gráfico - Capa

Amanda Lacerda Eleutério

Fotografias

Centro de Comunicação Social (CCS) da PMDF

A RCP adota política de acesso aberto conforme a declaração da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) disponibilizando de forma pública e integral os textos completos dos artigos científicos permitindo livremente a qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, para indexação ou propósitos legais fazendo a devida atribuição de autoria.

O periódico aplica os [Princípios de Transparência e Melhores Práticas em Publicação Acadêmica](#) propostos pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE) a todo o conteúdo publicado, adotando ainda as diretrizes e recomendações do *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e da *Open Access Scholarly Publishing Association* (OASPA) franqueando acesso gratuito imediato às publicações, sem embargo.

O periódico está listado e indexado em diversos portais como: LATINDEX, REDALYC, SCILIT, AURA, DIADORIM, MIGUILIM, LIVRE. Possui QUALIS/CAPES (2017-2020) B3 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e B3 - Psicologia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Contato



(61) 3190-6442



revista@iscp.edu.br

Setor de Áreas Isoladas Sudeste (SAISO) - Área Especial Nº 4 - Setor Policial Sul, Brasília-DF.
CEP: 70610-200

AGRADECIMENTOS A PARECERISTAS

Agradecemos aos pareceristas que contribuíram para assegurar o padrão de qualidade da Revista Ciência & Polícia.

Anderson Duarte Barboza
Polícia Militar do Ceará, PMCE, Brasil.

Fernando de Castro Fontainha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Anne Emanuelle Cipriano da Silva
Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasil.

Ingrid Luiza Neto
Universidade Católica de Brasília (UCB), Distrito Federal, Brasil.

Antonio Alberto Brunetta
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Ivone Laurentino dos Santos
Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasil.

Bernardo Pablo Sukiennik
Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasil.

José de Almeida Brites
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULusófona, Portugal.

Cláudio Dantas Monteiro
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, UNODC, Brasil.

Nelson Gonçalves de Souza
Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Brasil.

Eduardo Nunes Jacodino
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Brasil.

Patrícia Fagundes Caetano
Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Ciências Cognitivas, IBNEURO, Brasil.

Eric Rodrigues Sales
Polícia Militar do Distrito Federal, PMDF, Brasil.

Welliton Caixeta Maciel
Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal, Brasil.

.

SUMÁRIO

Apresentação 9

Karla Cristian Rodrigues de Menezes

Editorial 10

Fagner de Oliveira Dias

Artigos

Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e medo do crime no entorno de um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua 13

Crime Prevention through Environmental Design (CPTED) and fear of crime around a homeless service center

Prevención Criminal a través del Diseño Ambiental (CPTED) y miedo al delito en el entorno de un centro de acogida para personas en situación de calle

Daniele de Sousa Alcântara, Isângelo Senna, Douglas de Araújo Martins, Jasiel Tavares Fernandes

Perfil sociodemográfico, hábitos e níveis de Burnout em controladores de tráfego aéreo da carreira militar no Brasil 45

Sociodemographic Profile, habits, and Burnout levels among military air traffic controllers in Brazil

Perfil Sociodemográfico, hábitos y niveles de Burnout en controladores de tráfico aéreo de carrera militar en Brasil

Andréa da Silva Mazariolli, Rarumy Aparecida Leira Valerio, Natalia Aline Pereira Leite, Bruna de Oliveira Leite

Os caminhos para a farda: como as polícias militares selecionam seus soldados 62

The paths to the uniform: how military polic select their soldiers

Los caminos hacia el uniforme: como la palicía militar selecciona a sus soldados

Fabíola Fatima das Chagas, Leonardo Pinho Pereira e Souza, Thais Wanderley da Rocha Bezerra, Andersson Pereira dos Santos

Resenha

Homicídio 93

Homicide

Homicidio

Leonardo Borges Ferreira, Nayara da Silva Mesquista



APRESENTAÇÃO

É com renovado entusiasmo e senso de responsabilidade institucional que o Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP) apresenta à comunidade acadêmica e aos profissionais de segurança pública o segundo número da Revista Ciência e Polícia.

A consolidação de um periódico científico em nossa área não é apenas um marco administrativo; é, acima de tudo, a afirmação de que a segurança pública brasileira caminha, de forma irreversível, para o amadurecimento baseado em evidências científicas. Como casa de ensino e pesquisa, nossa missão transcende as salas de aula: buscamos oferecer reflexões fundamentadas para os desafios complexos que permeiam o cotidiano das nossas instituições e a vida dos cidadãos.

Nesta edição, vocês encontrarão um panorama que reflete a multidisciplinaridade indispensável ao nosso setor. Os trabalhos aqui reunidos demonstram que pensar a segurança é, também, pensar a cidade, a gestão de pessoas e o fenômeno humano em suas múltiplas dimensões.

Ao apresentar esta obra, o ISCP reafirma seu compromisso de ser uma ponte entre a academia e a atividade operacional. Que este número seja mais do que uma fonte de consulta; que seja um catalisador de reflexões para subsidiar transformações práticas em prol de uma sociedade mais justa, protegida e pautada pelo conhecimento.

Desejo a todos uma excelente leitura!

Karla Cristian Rodrigues de Menezes – Cel QOPM
Reitora do Instituto Superior de Ciências Policiais - ISCP



EDITORIAL

Fagner de Oliveira Dias  

Editor-Chefe

O segundo número da edição de 2025 da Revista Ciência e Polícia traz à luz temas urgentes e necessários para a reflexão sobre a modernização das forças de segurança e a compreensão da violência no Brasil. Os artigos que compõem este número dialogam entre si ao tratarem do ciclo de vida do profissional de segurança — da seleção à saúde mental — e da interação entre o ambiente físico e a criminalidade.

No campo da prevenção, o artigo “Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e Medo do Crime” de Alcântara et al. (2025) convida o leitor a uma análise sobre as contradições urbanas, explorando como o desenho do ambiente impacta a sensação de segurança em uma área de vulnerabilidade social. Focando na região do Centro POP da Asa Sul, o estudo investiga a correlação entre desordens físicas — como falta de iluminação e manutenção — e o medo do crime, aplicando a metodologia CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) para compreender como a percepção de abandono do espaço público afeta moradores, transeuntes e a própria população em situação de rua.

A pesquisa destaca-se pela relevância empírica ao revelar, por meio de um *survey* com 214 participantes, que a desordem física e social está intrinsecamente ligada a elevados níveis de insegurança, afetando de maneira desproporcional as mulheres, que reportaram maior medo situacional e altruísta. Além de diagnosticar o problema, o trabalho oferece insights valiosos para gestores públicos, sugerindo que intervenções de baixo custo no urbanismo e na manutenção predial podem ser ferramentas eficazes na mitigação do medo e na prevenção de delitos de oportunidade, complementando as ações tradicionais de policiamento.

Em uma investigação sobre os bastidores da segurança aérea, Mazariolli et al. (2025) lançam luz sobre a saúde mental dos Controladores de Tráfego Aéreo (ATCOs) militares, profissionais que operam sob a constante pressão do “erro zero”. O estudo “Perfil Sociodemográfico, Hábitos e Níveis de Burnout em Controladores de Tráfego Aéreo da Carreira Militar” traça um perfil detalhado desses militares e avalia a prevalência da Síndrome de Burnout, revelando um cenário preocupante onde a alta responsabilidade cognitiva e o trabalho em turnos alternados colidem com a privação de sono e o lazer insuficiente, fatores que podem comprometer tanto o bem-estar individual quanto a segurança operacional.



Os resultados apresentados são um alerta para a saúde ocupacional na aviação: a pesquisa identificou que 51% dos participantes apresentam possibilidade de desenvolver burnout e 37% já se encontram na fase inicial da síndrome, com destaque para índices elevados de exaustão emocional, especialmente entre as mulheres. O texto desperta o interesse ao discutir a invisibilidade do sofrimento psíquico nesta carreira e a urgente necessidade de estratégias institucionais que promovam a qualidade de vida, o sono reparador e o suporte psicológico para quem tem a missão de garantir vidas nos céus do Brasil.

O artigo "Os Caminhos para a Farda", de Chagas et al. (2025), oferece um panorama abrangente sobre a porta de entrada das forças de segurança estaduais, analisando editais de concursos para soldados em todas as 27 unidades federativas do Brasil. Os autores dissecam a heterogeneidade dos critérios de seleção, expondo desde as variações nas exigências de escolaridade e testes físicos até questões polêmicas, como a limitação de vagas para mulheres observada em mais da metade dos estados, o que levanta debates cruciais sobre isonomia e a modernização das corporações à luz da nova Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares (Lei nº 14.751/2023).

A leitura torna-se indispensável para compreender os desafios da profissionalização policial, pois o estudo aponta lacunas, como a falta de padronização e transparência nas avaliações psicológicas — presentes em 100% dos editais. Ao mapear "os caminhos para a farda", o artigo não apenas sistematiza dados dispersos, mas também provoca uma reflexão necessária sobre como a qualidade e a justiça dos processos seletivos impactam diretamente a composição do efetivo e, conseqüentemente, a eficiência da segurança pública prestada à sociedade.

Na resenha da obra *Homicide*, de Wayne e Natasha Petherick (2019), Ferreira e Mesquita (2025) guiam o leitor através de uma complexa teia de fatores biológicos, psicológicos e sociais que tentam explicar o fenômeno da agressão letal. Contextualizando a importância do tema com os altos índices de violência no Brasil, os resenhistas destacam a abordagem multidisciplinar do livro, que foge de explicações simplistas para examinar desde a influência de neurotransmissores e hormônios no comportamento agressivo até o impacto de fatores culturais e sociais na motivação criminal.

O texto desperta a curiosidade ao detalhar como a obra original aborda tipologias que fascinam e amedrontam o público, como *serial killers*, assassinos em massa e homicídios



sexuais, diferenciando conceitos técnicos de mitos populares. Além disso, a resenha sublinha a relevância da obra para estudantes e profissionais da Criminologia e Ciências Forenses, ao discutir temas contemporâneos como homicídios domésticos e a prevenção da violência, oferecendo ferramentas teóricas para entender um dos problemas mais graves da sociedade atual.

Desejamos que esta coletânea de pesquisas contribua para o fortalecimento das políticas públicas de segurança e para a valorização dos profissionais que dedicam suas vidas à proteção da sociedade.


Boa leitura!



PREVENÇÃO CRIMINAL PELO DESIGN DO AMBIENTE (CPTED) E MEDO DO CRIME NO ENTORNO DE UM CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN (CPTED) AND FEAR OF CRIME AROUND A HOMELESS SERVICE CENTER


PREVENCIÓN CRIMINAL A TRAVÉS DEL DISEÑO AMBIENTAL (CPTED) Y MIEDO AL DELITO EN EL ENTORNO DE UN CENTRO DE ACOGIDA PARA PERSONAS EN SITUACIÓN DE CALLE

Daniele de Sousa Alcântara¹ 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

Isângelo Senna² 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

Douglas de Araújo Martins³ 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

Jasiel Tavares Fernandes⁴ 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

Este artigo tem por objetivo avaliar o medo do crime em uma área do Distrito Federal que tem demandado de forma constante a atuação geral do poder público, no que se refere à assistência social e à segurança pública. Trata-se da área onde se encontra o Centro POP de Brasília, sendo um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES-DF), dedicado ao atendimento especializado de pessoas em situação de rua. Sua principal função é oferecer suporte socioassistencial, promovendo a dignidade, a cidadania e a reintegração social desse público. Nesse contexto, o presente trabalho teve por objetivo analisar os princípios básicos da CPTED e sua relação com o medo do crime, tendo como campo de pesquisa a área do Centro Pop de Brasília. Para tanto, foi realizada pesquisa com aplicação de questionários a 214 respondentes, entre moradores, usuários do Centro POP, estudantes, transeuntes e trabalhadores. Os resultados obtidos apontaram para uma correlação estreita entre desordens físicas e sociais, criminalidade e medo do crime. Na percepção dos respondentes, a ausência de cuidados da região impacta em níveis elevados de insegurança.

Palavras-chave: prevenção criminal, CPTED, medo do crime, pessoas em situação de rua, medo altruísta

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Major da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Assessora Especial de Políticas Públicas e Segurança Cidadã da Subsecretaria de Integração de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do DF. **Contato:** alcantara.daniele@gmail.com.

² Doutor e mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Tenente-Coronel da da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Coordenador de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas da Subsecretaria de Gestão da Informação da Secretaria de Segurança Pública do DF.

³ Especialista em Segurança Pública pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Engenheiro Elétrico pela Universidade de Brasília (UnB), Engenheiro Civil pelo Instituto Superior do Planalto. Major da PMDF.

⁴ Mestrando em Alta Gestão em Segurança Internacional, Especialista em Gestão Estratégica em segurança pelo Instituto Superior de Ciências Policiais, ISCP, Brasil. Subsecretário de Políticas Públicas de Segurança na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

ABSTRACT

This article aimed to assess the fear of crime in an area of the Federal District that has consistently demanded the attention of public authorities, particularly regarding social assistance and public security. The study focused on the area where the Brasília POP Center is located — a Specialized Reference Center for the Homeless Population, linked to the Secretariat of Social Development of the Federal District (SEDES-DF), dedicated to providing specialized services to people experiencing homelessness. Its main function is to offer social assistance support, promoting dignity, citizenship, and the social reintegration of this population. In this context, the present study aimed to analyze the basic principles of CPTED and their relationship with the fear of crime, using the area surrounding the Brasília POP Center as its field of research. To this end, a survey was conducted with 214 respondents, including residents, users of the POP Center, students, passersby, and workers. The results revealed a strong correlation between physical and social disorder, criminal activity, and fear of crime. According to respondents, the lack of care in the region contributes to high levels of insecurity.

Keywords: crime prevention, CPTED, fear of crime, altruistic fear, person experiencing homelessness

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo evaluar el miedo al delito en una zona del Distrito Federal que ha exigido de forma constante la actuación general del poder público, especialmente en lo que respecta a la asistencia social y la seguridad pública. Se trata del área donde se encuentra el Centro POP de Brasília, un Centro de Referencia Especializado para la Población en Situación de Calle, vinculado a la Secretaría de Desarrollo Social del Distrito Federal (SEDES-DF), dedicado a la atención especializada de personas en situación de calle. Su función principal es ofrecer apoyo socioasistencial, promoviendo la dignidad, la ciudadanía y la reintegración social de esta población. En este contexto, el presente trabajo tuvo como objetivo analizar los principios básicos de la CPTED y su relación con el miedo al delito, teniendo como campo de investigación el área del Centro POP de Brasília. Para ello, se realizó una encuesta con la aplicación de cuestionarios a 214 personas encuestadas, entre residentes, usuarios del Centro POP, estudiantes, transeúntes y trabajadores. Los resultados obtenidos indicaron una estrecha correlación entre el desorden físico y social, la criminalidad y el miedo al delito. En la percepción de los encuestados, la falta de cuidado en la región impacta en altos niveles de inseguridad.

Palabras-clave: prevención del delito, CPTED, miedo al crimen, miedo altruísta, persona en situación de calle

1 INTRODUÇÃO

Em uma capital concebida para simbolizar modernidade e ordem, a presença de áreas marcadas por abandono, desordens físicas e vulnerabilidade social revela contradições profundas na gestão do espaço urbano. A região onde se localiza o Centro POP de Brasília (referência no atendimento à população em situação de rua) exemplifica esse paradoxo: um território onde a fragilidade da infraestrutura urbana e a invisibilidade social convergem para produzir um ambiente propício ao medo, à insegurança e à estigmatização.

Compreender como o desenho ambiental interfere na percepção do crime constitui,

nesse cenário, uma ferramenta estratégica para a formulação de políticas públicas mais humanas, eficazes e inclusivas. Este estudo busca iluminar essas relações, ao analisar, sob a ótica da CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design), os fatores urbanos que contribuem para o aumento da sensação de insegurança entre os diversos usuários da área.

A investigação parte do estudo de caso do Centro POP de Brasília e seu entorno, com o objetivo de responder a duas questões centrais: o desenho urbano da região favorece a ocorrência de crimes, especialmente os de oportunidade? E, em caso afirmativo, esses elementos influenciam na intensificação do medo do crime? Parte-se da hipótese de que espaços públicos com sinais evidentes de abandono e desordem — sobretudo no que diz respeito à vigilância e à manutenção — estão diretamente associados à maior percepção de insegurança e à sensação de exposição à violência urbana.

A escolha do local se justifica pela recorrência de sinais de degradação em múltiplas dimensões, como mato alto, lixo acumulado, estruturas deterioradas e a presença visível de pessoas em situação de rua, muitas delas vivendo em barracas improvisadas e em condições precárias. A área abriga uma população heterogênea, composta por moradores, transeuntes, usuários do Centro POP, estudantes e trabalhadores, o que permite explorar múltiplas percepções sobre o medo do crime.

Ao captar essas percepções, o estudo também fornece subsídios relevantes para os órgãos de segurança pública e demais agentes do Estado, permitindo uma leitura qualificada da dinâmica criminal local e a elaboração de estratégias de intervenção mais sensíveis ao território, complementando as ações tradicionais de policiamento.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar os princípios fundamentais da CPTED e sua relação com o medo do crime, a partir do caso do Centro POP da Asa Sul, em Brasília. Para isso, são apresentados os principais aspectos da política de segurança pública, uma breve conceituação da CPTED, reflexões sobre o medo, os resultados da pesquisa empírica e, por fim, as considerações conclusivas.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre os princípios da Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e a percepção de medo do crime em espaço urbano vulnerável, situado no entorno de um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua no Distrito Federal.

Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os níveis de medo do crime, incluindo o medo pessoal e o medo altruísta; (2) avaliar a percepção dos usuários sobre os elementos do ambiente urbano associados à CPTED; e (3) verificar se há diferenças significativas nessas percepções segundo características sociodemográficas e

experenciais da população respondente.

Ao integrar o enfoque ambiental com a análise do medo do crime, o estudo visa oferecer subsídios empíricos para a formulação de estratégias de prevenção situacional baseadas em evidências, com foco na promoção da segurança urbana e na gestão de territórios vulneráveis.

Nesse sentido, a fundamentação teórica do estudo se apoia nos aportes da criminologia ambiental, com ênfase na metodologia CPTED e nas teorias contemporâneas sobre o medo do crime. A seguir, serão discutidos os conceitos que sustentam a análise proposta, com destaque para os princípios da prevenção situacional, os mecanismos que influenciam a percepção de risco e a relação entre desordem urbana e insegurança.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Política Distrital de Segurança Pública

Com a publicação da Lei 13.675/2018, que versa sobre a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), foi definido um grande marco em diretrizes para o enfrentamento à criminalidade, sendo esta uma grande preocupação para as políticas de segurança pública no Brasil. Instituiu-se também, a partir daí, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que tem como objetivo uniformizar a segurança pública em âmbito nacional, por meio da integração dos órgãos de segurança da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Dentre as diretrizes da Política Nacional, destaca-se o foco no fortalecimento das ações de prevenção com ênfase para os grupos vulneráveis:

Art. 5º São diretrizes da PNSPDS:

[...]

III - fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis;

[...]

VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional;

[...]

X - atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade;

[...] (Brasil, 2018)

O mesmo dispositivo apresenta como objetivos e estratégias:

Art. 6º São objetivos da PNSPDS:

[...]

IV - estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis;

[...]

Art. 7º A PNSPDS será implementada por estratégias que garantam integração, coordenação e cooperação federativa, interoperabilidade, liderança situacional, modernização da gestão das instituições de segurança pública, valorização e proteção dos profissionais, complementaridade, dotação de recursos humanos, diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, excelência técnica, avaliação continuada dos resultados e garantia da regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança pública (Brasil, 2018).

No âmbito distrital, a Lei 13.675/2018 foi a grande baliza para a elaboração e publicação da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no DF, Lei 6.456/2019, onde foram reforçados os parâmetros da lei federal:

Art. 4º São diretrizes da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social:

[...]

IV - fortalecimento das ações de prevenção, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis;

[...]

VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública e de defesa social, em consonância com a matriz curricular nacional;

[...]

IX - atendimento prioritário, especializado e qualificado às pessoas em situação de vulnerabilidade;

[...]

XXI - incentivo à criação e à institucionalização de programas e projetos para atendimento às mulheres vítimas de violência e que possuam medida protetiva, em visitas domiciliares, com foco em garantir a efetividade da Lei Maria da Penha e reprimir eventuais atos de violência doméstica mediante instrumento de cooperação ou convênio;

XXII - capacitação dos profissionais de segurança pública para o correto e eficaz atendimento às mulheres vítimas de violência com medida protetiva;

[...]

Art. 5º São objetivos da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social:

I - estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas aos grupos vulneráveis;

[...]

XIV - realizar estudos e diagnósticos para acúmulo de informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas de segurança que busquem a prevenção e o combate à violência doméstica e contra as mulheres;

[...] (Distrito Federal, 2019)

Na continuidade da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, foi publicado o Decreto 42.831/2021, aprovando o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, o PDISP, que entre outras tantas dimensões importantes, apresenta como fundamentos:

Art. 6º O PDISP tem por finalidade aprimorar os resultados da Segurança Pública do Distrito Federal, devendo, para o estabelecimento dos seus objetivos, estratégias e iniciativas considerar os seguintes fundamentos:

I - constante redução da criminalidade;

II - diminuição do medo do crime, proporcionando à sociedade maior sensação de segurança, bem como o aumento da confiança nas instituições de segurança pública;

III - continuidade das políticas públicas de segurança pública em desenvolvimento, destinadas à diminuição de crimes contra o patrimônio (CCP) e à redução dos crimes violentos letais intencionais (CVLI), em especial, o feminicídio;

IV - aprimoramento de um conjunto de políticas e práticas, com enfoque na prevenção, na repressão qualificada, na participação social e na integração entre as

forças de segurança pública;
[...] (Distrito Federal, 2021)

Ainda mais recente, com o advento do Decreto nº 45.165/23, foi lançado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF) o Programa DF Mais Seguro - Segurança Integral, que trata da articulação com a sociedade civil e atuação conjunta dos órgãos governamentais e não governamentais. O programa tem atuação em seis eixos: Cidade Mais Segura, Escola Mais Segura, Cidadão Mais Seguro, Mulher Mais Segura, Servidor Mais Seguro e Campo Mais Seguro (Distrito Federal, 2023).

No âmbito deste estudo, o eixo “Cidade Mais Segura” se sobressai por seu papel pioneiro na implementação de estratégias de prevenção criminal baseadas no Design Ambiental (CPTED) (Senna, Iglesias, Matsunaga, 2025). As ações empreendidas no escopo da CPTED visam abordar desordens públicas para mitigar o medo, reduzir as oportunidades para ações de criminosos e promover o bem-estar coletivo. Ilustra essa abordagem, a ação contínua “DF Livre de Carcaças”, iniciativa coordenada pela SSPDF, com o apoio de diversos órgãos distritais, que exemplifica a intervenção no espaço público para otimizar a sensação de segurança por meio da remoção de veículos abandonados e depredados.

Adicionalmente, a Polícia Militar do Distrito Federal demonstra vanguarda em suas atribuições de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. Seu Plano Estratégico 2023-2034 já incorpora a previsão do desenvolvimento e implementação de um programa de capacitação em CPTED para seus policiais militares (PMDF, 2022).

Conjuntamente, essas explanações evidenciam um planejamento estratégico no Distrito Federal que integra a arquitetura urbana como ferramenta contra a violência, com a expectativa de que intervenções no espaço público contribuam para a redução dos índices de criminalidade e para a diminuição substancial do medo do crime.

2.2 CPTED, conceito e estratégias

A Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) pode ser entendida como o conjunto de ações e providências a serem adotadas com o objetivo de reduzir as chances do cometimento de delitos, por meio de alterações no *layout* urbano, contribuindo, dessa forma, com o aumento da sensação de segurança (Bondaruk, 2007). Os primeiros elementos da CPTED começaram a ganhar contorno na década de 1960, no entanto, só recebeu a denominação que conhecemos hoje em uma obra homônima de C. Ray Jeffery (Cozens; Love, 2015).

Com o passar do tempo foram surgindo outros conceitos e novos elementos foram adicionados, mas sempre mantendo os aspectos iniciais de mesma natureza. Assim, surgiram



expressões como: espaços defensáveis, prevenção criminal através do desenho urbano, arquitetura contra o crime, prevenção criminal através do ordenamento urbano, entre outras (Neto; Vieira, 2014).

Já em sua fase inicial, o modelo da CPTED recebeu críticas de pesquisadores e profissionais da área (criminologistas e cientistas) por focar excessivamente nos aspectos físicos do ambiente (Cozens; Saville; Hiller, 2005). Assim, novos elementos foram adicionados, principalmente aqueles relacionados à dimensão social, evoluindo para o que se denomina 2ª geração da CPTED. Posteriormente, a abordagem avançou para a 3ª geração da CPTED (Mihinjac; Saville, 2019). Esta vertente propõe um modelo holístico e integrado que transcende o foco situacional e a ecologia social, priorizando a habitabilidade (liveability) ao integrar motivações e aspirações humanas no planejamento urbano, visando à saúde pública, sustentabilidade e, em última instância, à melhoria da qualidade de vida dos residentes. Atualmente, a CPTED demonstra-se como uma estratégia flexível e dinâmica, que aborda de forma interconectada as dimensões física, social, comunitária e a promoção da habitabilidade como fatores cruciais de prevenção criminal (Letch *et al.*, 2011).

A partir da compreensão do conceito de CPTED, faz-se essencial a abordagem de suas dimensões operacionais. Embora o campo da CPTED seja dinâmico e em constante evolução, as principais dimensões tradicionalmente reconhecidas e aplicadas são: a territorialidade; a manutenção; a vigilância (natural ou formal); o controle de acesso e o fortalecimento do alvo (*target hardening*); a justaposição geográfica; e o *wayfinding* (Senna, 2022). Tais princípios guiam o planejamento e o design de ambientes visando à prevenção do crime, a redução do medo e a promoção do bem-estar comunitário.

A territorialidade visa transmitir a ideia de que o espaço tem proprietário, ou seja, significa afirmar que as pessoas devem proteger os espaços com a finalidade de inibir a incidência de crimes e o aumento de desordens públicas (Cozens; Saville; Hillier, 2005). Elementos como cercas, portões e espaços ornamentados são instrumentos que reforçam a territorialidade e aumentam o sentimento de pertencimento do ambiente.

Outra dimensão da CPTED é a manutenção, que está relacionada à Teoria das Janelas Quebradas (Wilson; Kelling, 1982). Os ambientes que possuem ausência de cuidados estão mais suscetíveis a depredações e práticas não desejáveis. Um espaço bem cuidado traduz-se em uma das principais estratégias de prevenção com foco no ambiente.

A vigilância tem como objetivo passar para o infrator a sensação que está sendo vigiado, e dessa forma, diminuir o intento da atividade criminosa, atuando de forma preventiva. Pode ser vista de três formas: vigilância natural (realizada por moradores e transeuntes); formal

(policiais e vigilantes treinados); e mecânica, composta por circuitos fechados de TV e iluminação (Tasca, 2013).

No âmbito das dimensões da CPTED, o controle de acesso e o fortalecimento do alvo (*target hardening*) representam estratégias cruciais destinadas a limitar a circulação de indivíduos não autorizados em um determinado ambiente. O controle de acesso é implementado por meio da criação de barreiras tanto perceptíveis quanto físicas, que têm a função de guiar fluxos e restringir entradas. Essas barreiras podem incluir elementos como cercas, muros, portões e dispositivos de trancamento. Paralelamente, o *target hardening* concentra-se em aumentar a resistência física de potenciais alvos de crime, tornando-os menos atrativos ou acessíveis aos infratores através de reforços estruturais e dispositivos de segurança. Ambas as estratégias, ao elevarem o esforço e o risco inerentes à prática criminal, atuam como importantes mecanismos de dissuasão (Crow, 1991).

Em termos de delimitação de área, a justaposição geográfica diz respeito ao fato de que os impactos negativos das desordens físicas não ficam restritos às áreas onde ocorrem. Os espaços influenciam os seus arredores, da mesma forma em que são influenciados por eles (Silva *et al.*, 2013).

Por fim, o *wayfinding* traduz-se no percurso a ser realizado entre o ponto de saída e a chegada (Matsunaga *et al.*, 2024). Conhecer previamente o caminho implica em reduzir os percalços negativos durante o trajeto. Esta dimensão está vinculada à navegação dentro do ambiente.

2.3 CPTED e o Medo do Crime

O medo, inerente à condição humana, desencadeia uma série de reações que colocam o indivíduo em estado de alerta diante de uma ameaça ou perigo percebido. Nesse aspecto, a manifestação do medo pode ser considerada necessária para a autoproteção; todavia, quando se torna excessivo e contínuo, ele assume um caráter prejudicial, impactando negativamente na qualidade de vida (Hale, 1996).

Para além de seu enfoque emocional, outras dimensões se relacionam intrinsecamente ao medo do crime, como a percepção do risco de vitimização e as consequentes respostas comportamentais (Senna, 2022). É imperativo destacar a interligação emocional entre o ambiente, a percepção de risco e o medo, que se manifesta em preocupações cotidianas (Chon; Wilson, 2016). Adicionalmente, distingue-se o medo do crime situacional, ativado por condições específicas de estresse e diretamente vinculado ao ambiente físico e social, do medo do crime disposicional, que se caracteriza por ser mais duradouro e orienta uma sensação

generalizada de insegurança (Gabriel; Greve, 2003).

O medo do crime se manifesta em diferentes facetas, incluindo o medo pessoal, que corresponde ao receio direto de ser vítima de um crime, e o medo altruísta, também conhecido como medo vicário (Heber, 2009; Senna *et al.*, no prelo). Este último refere-se à preocupação com a segurança de pessoas próximas ou de membros da comunidade, mesmo quando o indivíduo não foi diretamente vitimizado. Essa dimensão do medo, ao transcender a experiência individual de vitimização, intensifica a percepção geral de insegurança. Fato é que, independentemente de sua natureza pessoal ou vicária, o medo afeta substancialmente a saúde física e mental do cidadão, desencadeando efeitos biológicos de estresse e impondo significativas limitações à sua vida ativa e bem-estar. Dessa forma, a mitigação do medo do crime constitui um fator crítico para a promoção da qualidade de vida, demandando da segurança pública a elaboração e implementação de estratégias eficazes de enfrentamento.

Nessa perspectiva, diversos estudos têm demonstrado uma correlação entre a percepção do medo vivenciada pelas pessoas e a presença de desordens de cunho físico e social no ambiente (Costa; Durante, 2019; Lorenc *et al.*, 2012; Marzbali; Abdullah; Tilaki, 2016; Senna; Iglesias; Matsunaga, 2025). Assim, elementos de desorganização do espaço físico e social transmitem a impressão de um local abandonado, sem cuidados e, conseqüentemente, mais vulnerável à ação de criminosos.

Conforme dito anteriormente, uma das abordagens eficazes para a prevenção criminal no ambiente, que contribui diretamente para a melhoria da sensação de segurança, é a Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED). Esta metodologia opera através de dimensões fundamentais que incluem: territorialidade, manutenção, vigilância, controle de acesso e fortalecimento do alvo (target hardening), justaposição geográfica e wayfinding.

Diante desse cenário e da relevância do tema, torna-se imperativo avaliar a correlação existente entre desordens físicas e sociais, criminalidade e a percepção do medo em contextos urbanos. Para tanto, este estudo realizou um *survey* in loco com o objetivo de mensurar todas essas variáveis na região onde está instalado o Centro POP de Brasília. Esta unidade, referência no atendimento à população em situação de rua, está localizada no SGAS 903, Asa Sul. O ambiente de estudo é complexo, compreendendo, além da edificação governamental, unidades de ensino, quadras comerciais, residências e áreas de lazer comunitárias.

Com base nesse arcabouço conceitual, partimos do pressuposto de que a percepção de medo do crime em espaços públicos pode ser influenciada por características do ambiente físico e social, conforme descrito pelos princípios da CPTED. A articulação entre tais princípios e variáveis sociodemográficas e experienciais dos usuários permite identificar padrões de



insegurança percebida, os quais são analisados empiricamente por meio da aplicação de instrumentos psicométricos em campo, conforme descrito a seguir.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo realizado buscou avaliar as variáveis da CPTED e seus impactos no medo do crime na área do Centro POP de Brasília e suas adjacências. O Centro POP de Brasília foi selecionado como local de pesquisa por apresentar um cenário marcado por desordem urbana, acúmulo de lixo, presença de mato alto e falta de manutenção dos espaços públicos. A escolha se justifica, portanto, pela necessidade de analisar como essas características do ambiente impactam a percepção do medo, a vitimização e o acesso aos direitos dessas populações. O estudo contou com questionário adaptado ao local de aplicação, utilizando-se como referência o Inventário CPTED para Espaços Públicos – ICEP e a Escala de Medo Situacional do Crime para Espaços Públicos - EMSCEP, confeccionados, validados e já aplicados em outros pontos do Distrito Federal (Senna, 2017).

3.1 Do local da Pesquisa

A figura 1 indica a área de estudo, que foi delimitada tendo como ponto focal o Centro POP de Brasília. Pensando na justaposição geográfica, ou seja, na inserção da edificação no ambiente, a poligonal foi estendida para além dos limites da edificação, permitindo agregar os espaços adjacentes ao estudo. De maneira detalhada foram contempladas as áreas adjacentes ao Centro Pop.

Figura 1: Área de estudo.



Fonte: Google Earth (2024)

3.2 Dos aplicadores e dos instrumentos de pesquisa

Sete servidores da Subsecretaria de Integração de Políticas em Segurança Pública (SUBISP), da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, realizaram a aplicação presencial dos questionários estruturados junto aos participantes. Trata-se de um levantamento do tipo survey, no qual os respondentes preencheram os instrumentos individualmente, com o auxílio dos aplicadores apenas para eventuais esclarecimentos de dúvidas. Os servidores envolvidos já possuíam experiência prévia nesse tipo de coleta e foram previamente instruídos pelos autores quanto aos objetivos do estudo e à padronização do procedimento de aplicação.⁵

Os instrumentos foram divididos em quatro partes principais, sendo: uma primeira seção dedicada ao perfil do(a) entrevistado(a), rotinas e hábitos na área de estudo (3 itens); uma segunda seção relacionada a experiências com crimes, desordens públicas e comportamentos antissociais, com o objetivo de avaliar as variáveis relacionadas à temática da CPTED (10 itens); uma terceira parte sobre o medo do crime/sensação de segurança, confeccionada para investigar a medida do medo situacional geral e medir tanto o medo pessoal como o altruísta (18 itens); e, por fim, o(a) entrevistado(a) era instigado(a) a responder se ele(a) ou uma pessoa próxima já tinha sido vítima da ação de criminosos, bem como informar o sexo, estado civil, grau de escolaridade, se possui filhos menores de 13 anos, idade, ocupação e local de residência (10 itens). Além dos campos anteriores, os instrumentos dispõem de locais para identificação dos aplicadores, data e horário. Nas seções “II” e “III” os itens foram julgados em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa “Nunca” e 10 significa “Totalmente”.

3.3 Dos Procedimentos de Coleta de Dados e dos Participantes

As equipes estiveram em campo no período de 18 a 22 de dezembro de 2023, e nos dias 26, 27 e 28 de dezembro de 2023. Após o *briefing* inicial, foi realizada uma caminhada pelo local de estudo, o que possibilitou ajustar as estratégias da abordagem e uniformizar o conhecimento da área pelos aplicadores do instrumento.

Em um segundo momento, foram formadas duas equipes que se revezaram e aplicaram questionários fechados nas áreas do Centro POP, nas quadras comerciais, na quadra residencial e nos espaços públicos (áreas verdes, praças e locais de lazer). Para tanto, os aplicadores

⁵ Agradecemos aos(as) servidores(as) da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF) que colaboraram de forma essencial na aplicação dos questionários desta pesquisa. Sua dedicação, profissionalismo e sensibilidade foram fundamentais para a realização do trabalho de campo, contribuindo significativamente para a qualidade e a fidedignidade dos dados coletados.

utilizaram uma versão impressa do instrumento, com o apoio de papel e caneta, e as respostas foram autopreenchidas pelos participantes diretamente nos formulários impressos.

No que se refere ao público, a coleta de dados foi realizada de forma diversificada, incluindo moradores, trabalhadores, usuários do Centro POP e transeuntes que estavam de passagem, mas que conhecem o local. No total foram entrevistadas 214 pessoas, incluindo 70,1% (n= 150) de homens e 29,9% (n= 64) de mulheres. A grande maioria dos respondentes corresponde a moradores da região 28,0% (n=60) e usuários do Centro POP 26,6% (n= 57). O intervalo das idades variou entre 13 e 91 anos (m = 42; dp = 16). Quanto ao estado civil, 43% (n=92) das pessoas disseram ser solteiras e 38,3% (n=82) casadas, o restante nas categorias de divorciada, namorando ou viúva. Quanto ao nível de escolaridade, mais da metade respondeu ter ensino superior completo (35%, n=75) e ensino médio completo (22 %, n=47). Dos respondentes, 69,6 % (n=149) não têm filhos menores que 13 anos. Quanto ao quesito ocupação, 18,2% (n=39) declararam que estão desempregados, 15% (n=32) são comerciantes, 10,3% (n=22) servidores públicos, 10,3% (n=22) estudantes, e o restante dos respondentes apontou outras ocupações.

3.4 Dos Procedimentos para análise dos dados

Coletados os dados, as análises estatísticas foram realizadas de forma descritiva e inferencial uni e multivariadas (regressões lineares simples e múltiplas, além de testes *t*) com a utilização dos recursos do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 29,0 (IBM Corp., Armonk, USA).

3.5 Delimitações e potenciais limitações metodológicas

O presente estudo adotou um delineamento transversal, com aplicação de questionários estruturados em campo, visando captar a percepção dos usuários sobre o ambiente urbano e o medo do crime em um território específico. Embora os instrumentos utilizados tenham respaldo psicométrico e a coleta tenha seguido protocolos padronizados, algumas limitações devem ser reconhecidas. A amostra foi composta por frequentadores espontâneos do local, sem controle probabilístico de seleção, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, por se tratar de um espaço de elevada rotatividade, não foi possível estratificar subgrupos de forma equilibrada quanto a fatores como escolaridade e vínculo com a região. Ainda assim, os dados obtidos são valiosos para compreender padrões locais de percepção de insegurança e orientar intervenções situacionais com base em evidências.

4 RESULTADOS

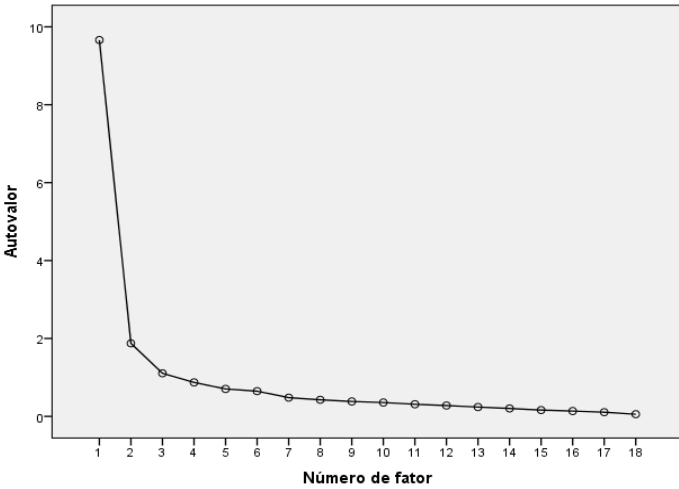
Esta seção apresenta os principais achados do levantamento realizado com os usuários do espaço urbano analisado. Os resultados estão organizados em três eixos: (1) níveis de medo do crime, (2) percepção dos elementos relacionados à CPTED e (3) análise das diferenças significativas segundo características sociodemográficas e experienciais. Os dados são apresentados em tabelas, seguidos de comentários descritivos que servirão de base para a análise crítica desenvolvida na próxima seção.

Antes de iniciar a análise no SPSS, foi realizada a inspeção de todo o banco de dados em busca de erros de digitação, garantindo a uniformização e evitando equívocos na contagem por parte do programa. Outra avaliação realizada foram os dados omissos e, nesse ponto, nenhuma variável apresentou dados acima de 5%. Como próximo passo foram feitas as verificações necessárias e que são anteriores aos testes inferenciais paramétricos. Esses testes permitiram apurar se as variáveis pesquisadas estão ou não associadas entre si. Acerca dos itens que indicam a sensação de segurança, quanto maior o escore, maior o medo do crime. Por essa razão, os quesitos “se sentiriam seguros em frequentá-lo (C2)?”; “o acharia seguro para crianças (C7)?”; e, “consideraria esse local seguro para essa pessoa (C16)?”⁶, foram invertidos, conforme sugere Field (2013).

Em busca de valores discrepantes (*outliers*) foi realizada análise da estrutura, por meio de inspeção de gráficos *boxplots*. De acordo com os critérios observados por Hoaglin e Iglewicz (1987), não foram identificados casos extremos persistentes entre as variáveis. Outras observações foram as análises fatoriais exploratórias com o objetivo de reduzir os itens em fatores para o conjunto dos 18 itens da Escala de Medo Situacional do Crime (EMSCEP). O gráfico *Scree Plot* apontou inicialmente para uma estrutura trifatorial da escala.

6 O item está relacionado ao fator medo altruísta. Portanto, no contexto do instrumento “essa pessoa” diz respeito a uma pessoa próxima ao entrevistado (familiar, parente ou amigo).

Figura 2: Gráfico Scree Plot.



Fonte: Autores

Uma análise mais detalhada da matriz padrão mostrou o agrupamento dos itens nos fatores pessoal e altruísta, com exceção do item “Acha seguro para criança”, que não carregou em nenhum dos dois. A tabela 1, apresenta os valores obtidos no SPSS para a matriz padrão:

Tabela 1: Matriz Padrão

	Fator		
	1	2	3
C1 ... se preocupa em ser vítima de agressão física?			-,687
C2... se sente seguro em frequentá-lo?			-,173
C3... evitaria frequentá-lo sozinho(a)?			-,569
C4... sente medo de sofrer alguma agressão física?			-,903
C5... acha provável você ser vítima de roubo?			-,934
C6... se preocupa em ser vítima de roubo?			-,745
C7... o acha seguro para crianças?		,759	
C8... se preocupa em fazer uso dele estando acompanhado(a)?			-2,31
C9... acha provável alguém atacá-lo(a) fisicamente?			-,616
C10... sente medo de ser atacado(a) por uma pessoa armada?			-,514
C11... orientaria essa pessoa a adotar medidas de segurança para se proteger e não ficar exposta à ação de criminosos?	,897		
C12... se sentiria tranquila se essa pessoa adotasse medidas de segurança para se proteger e não ficar exposta ao ataque de criminosos?	,662		
C13... alteraria seu próprio comportamento para que essa pessoa não seja vítima de criminosos?	,880		
C14... acharia provável que essa pessoa pudesse vir a ser vítima de roubo?	,602		
C15... sentiria medo dessa pessoa vir a ser vítima de criminosos armados?	,552		
C16... consideraria esse local seguro para essa pessoa?	,233		
C17... acharia possível essa pessoa ser vítima de agressão sexual (nesse ambiente)?	,577		
C18... orientaria essa pessoa a evitar passar por esse local para não ser vítima de roubo?	,538		

Fonte: Autores



Em outro prisma, o índice KMO revelou-se elevado ($> 0,92$) e o Teste de esfericidade de Bartlett apresentou-se significativa ($p < 0,001$), conforme tabela 2:

Tabela 2: Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		,927
Testes de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	3282,448
	gl	153
	Sig.	menor que ,001

Fonte: Autores

Em razão das evidências estatísticas obtidas, e à luz da literatura, os itens da EMSCEP foram agrupados para o restante das análises. Apenas o item “Acha seguro para criança” foi excluído, tanto da variável Medo do Crime Geral ($\alpha = 0,94$), quanto dos seus fatores Medo pessoal ($\alpha = 0,90$) e Medo altruísta ($\alpha = 0,90$).

Vencida a análise inicial sobre os itens do Medo do Crime, o próximo passo fez referência à percepção de crimes e prostituição. Nesse ponto, todos os itens apresentaram escores altos de carregamento, assim, foram agrupados na variável percepção de crimes e prostituição ($\alpha = 0,76$).

Tabela 3: Matriz componente

	Componente
	1
B1. Tráfico de droga ou uso de drogas	,693
B2. Assédio Sexual:	,557
B3. Ameaças, brigas ou agressões:	,797
B4. Roubos ou furtos:	,812
B5. Prostituição	,718
Método de Extração: análise de componente principal. Componentes extraídos.	

Fonte: Autores

Por fim, os itens relativos à CPTED foram submetidos ao mesmo procedimento. Dessa forma, os itens B6, B7 e B8 foram retidos (KMO = 0,68 e o Bartlett com $p < 0,001$; $\alpha = 0,81$). No caso, como os três itens expressam a CPTED de forma negativa, quanto maior a média obtida maior a ausência de CPTED no local. Além disso, a variável resultante da média dos três itens apresentou casos extremos que foram corrigidos por procedimento de *winsorização* (tabela 4).



Tabela 4: Matriz dos fatores

	Fator
	1
B6. Há sinais de vandalismo, abandono, pichações ou outra desordem física	,801
B7. No local há lugares que sirvam de esconderijo para criminosos ou outros tipos de agressores	,888
B8. Há no local edificações, mobiliário ou iluminação precária que impeçam a visibilidade ou conexão visual?	,613

Método de Extração: fatoração de eixo principal; a1 Fatores extraídos e 14 iterações necessárias.

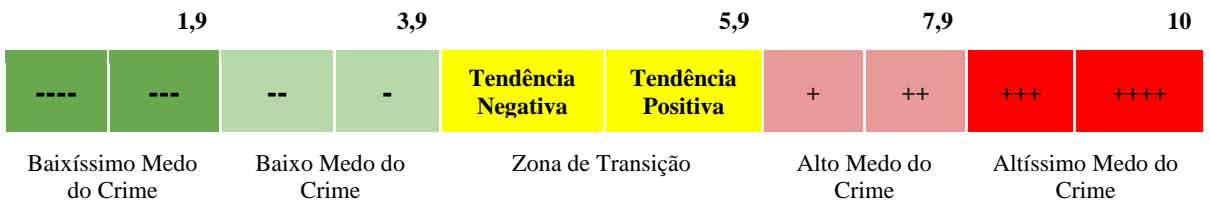
Fonte: Autores

Após análise da normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk ($p < 0,05$) as variáveis contínuas não passaram nos testes. No entanto, essas variáveis apresentaram índices de assimetria e curtose entre 0 e 1; e; 0 e -1, o que supre, para a literatura (Field, 2024; Kline, 2015; Hair, 2010), o pressuposto de normalidade em testes envolvendo regressões, por exemplo.

Por tudo que foi exposto, passadas as inspeções iniciais, o banco de dados ficou pronto para as análises que seguem.

4.1 Resultados das análises descritivas dos dados

A tabela 5 mostra os valores obtidos para a média e o desvio padrão, no que se refere ao medo do crime geral e os seus fatores (pessoal e altruísta). Considerando que uma percepção do medo se encontra no intervalo de 0 a 10, onde 0 significa “Nunca” e 10 significa “Totalmente”, os achados para área de estudo de $M = 6,41$ ($DP = 2,00$), indicam um alto medo do crime, conforme padrão estabelecido no Relatório Executivo do 1º Curso de Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED), realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (2021):



Fonte: Autores (2024)

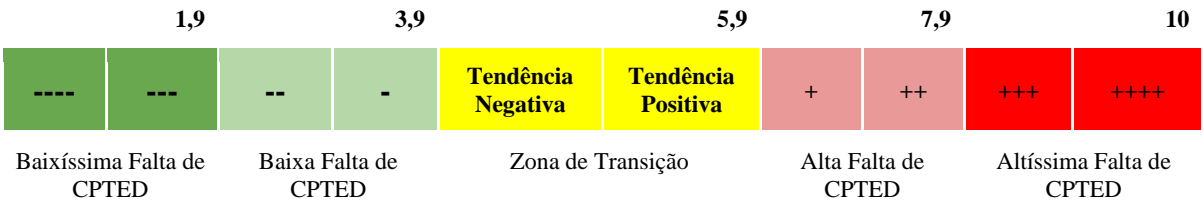
Tabela 5: Média e Desvio-padrão para Medo do Crime na área de estudo

	Média	Desvio-Padrão	Parâmetro
Medo do Crime Pessoal	6,28	2,11	Alto Medo do Crime
Medo do Crime Altruísta	6,55	2,07	Alto Medo do Crime
Medo Geral	6,41	2,00	Alto Medo do Crime

Fonte: Autores

Acerca da percepção dos respondentes referente à Falta de CPTED, os resultados

apontaram carregamentos que caracterizam Alta Falta de CPTED para cada dimensão pesquisada. Da mesma forma que o caso anterior, a percepção dos elementos foi avaliada no intervalo de 0 a 10, onde 0 significa “Nunca” e 10 significa “Totalmente”. A tabela 6 apresenta os valores encontrados:



Fonte: Autores

Tabela 6: Média e Desvio-padrão para percepção das dimensões da CPTED

	Média	Desvio-Padrão	Parâmetro
Imagem/manutenção (item B6 - Vandalismo, abandono, pichações ou outra desordem física)	6,76	2,94	Alta CPTED
Vigilância (item B7 - Lugares que sirvam de esconderijo para criminosos ou outros tipos de agressores)	7,22	2,56	Alta CPTED
Vigilância (item B8 - Edificações, mobiliário ou iluminação precária que impeçam a visibilidade ou conexão visual)	7,19	2,59	Alta CPTED

Fonte: Autores

4.2 Resultados dos testes para comparação entre grupos

A tabela 7 mostra as médias obtidas por sexo para os grupos medo geral e seus fatores (pessoal e altruísta), falta de CPTED (*Winsorizada*) e Percepção de crimes e prostituição:

Tabela 7: Estatística em grupo por sexo

D3_Sexo		N	Média	Desvio Padrão	Erro de média padrão
Medo do Crime Pessoal	Feminino	64	7,4410	2,03207	0,25401
	Masculino	150	5,7822	1,94437	0,15876
Medo do Crime Geral	Feminino	64	7,6011	1,93051	0,24131
	Masculino	150	5,8965	1,80739	0,14757
Medo do Crime Altruísta	Feminino	64	7,7813	1,97630	0,24704
	Masculino	150	6,0250	1,87905	0,15342
CPTED Winsorizada	Feminino	64	7,1771	2,04790	0,25599
	Masculino	150	7,3178	1,67017	0,13637
Percepção de crimes e prostituição	Feminino	64	4,9938	2,43831	0,30479
	Masculino	150	3,8907	1,80240	0,14717

Fonte: SPSS, adaptado pelos autores (2024)

Os testes t independentes revelaram uma diferença média significativa, em que as

mulheres reportaram mais medo situacional do crime de forma geral [$t(212) = 6,189$; $p < 0,001$] e nos fatores pessoal [$t(212) = 5,637$; $p < 0,001$] e altruísta [$t(212) = 6,164$; $p < 0,001$].

No fator Medo Pessoal foi verificado o maior tamanho de efeito entre os sexos (tabela 8):

Tabela 8: Medida do efeito entre os sexos

	Geral	Pessoal	Altruísta
D de Cohen	0,71	1,26	1,00

Fonte: Autores

A avaliação da falta de CPTED não revelou diferença estatística significativa entre as médias para os sexos ($p > 0,05$).

Para a percepção de crimes e prostituição, as mulheres ($M = 4,99$; $DP = 2,44$) também reportaram maiores escores em relação aos homens ($M = 3,89$; $DP = 1,80$) ($t(212) = 3,259$; $p < 0,001$).

Os resultados para as pessoas que possuem experiência prévia de vitimização são trazidos na Tabela 9.

Tabela 9: Estatística em grupo por experiência com vitimização

D1_Você já foi vítima da ação de criminosos em espaços públicos em algum momento de sua vida	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Medo do Crime Pessoal	Não	123	5,6052	2,01599
	Sim	91	7,1880	1,88567
Medo do Crime Geral	Não	123	5,7991	1,91662
	Sim	91	7,2269	1,81689
Medo do Crime Altruísta	Não	123	6,0173	1,98782
	Sim	91	7,2706	1,96155
CPTED Winsorizada	Não	123	6,8509	1,69495
	Sim	91	7,8498	1,75771
Percepção de crimes e prostituição	Não	123	3,5967	1,83124
	Sim	91	5,0637	2,08569

Fonte: Autores

As pessoas que já passaram por situações de crimes reportaram mais medo geral ($t(212) = -5,51$; $p < 0,001$; $d = 0,75$), maiores escores para a Falta de CPTED ($t(212) = -4,059$; $p < 0,001$; $d = 0,57$) e demonstraram perceber mais crimes e prostituição ($t(212) = -5,46$; $p < 0,001$; $d = 0,76$), com tamanhos de efeito variando de moderado a alto. Fato semelhante foi observado para quem reportou vitimização de pessoas próximas: Medo Geral

($M = 7,32$; $DP = 1,95$ contra $M = 5,74$; $DP = 2,13$; $d = 0,76$), Falta de CPTED ($M = 7,83$; $DP = 1,48$ contra $M = 6,86$; $DP = 1,63$; $d = 0,61$) e Percepção de crimes e prostituição ($M = 5,10$; $DP = 2,45$ contra $M = 3,60$; $DP = 2,22$; $d = 0,65$).

Tabela 10: Estatística em grupo por experiência com vitimização de outrem

D2_Alguém próximo a você (familiar, parente ou amigo) foi vítima de criminosos, em espaços públicos, nos últimos 12 meses		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Medo do Crime Pessoal	Não	124	5,5618	1,89800	0,17045
	Sim	89	7,2597	2,00049	0,21205
Medo do Crime Geral	Não	124	5,7438	1,84935	0,16608
	Sim	89	7,3278	1,85003	0,19610
Medo do Crime Altruísta	Não	124	5,9486	1,97527	0,17738
	Sim	89	7,4045	1,90320	0,20174
Falta de CPTED (Winsorizada)	Não	124	6,8575	1,68052	0,15092
	Sim	89	7,8277	1,77462	0,18811
Percepção de crimes e prostituição	Não	124	3,5839	1,83349	0,16465
	Sim	89	5,1034	2,07783	0,22025

Fonte: Autores

A tabela 11 apresenta as médias por grupo em relação a ter ou não filhos menores de 13 anos. Os testes realizados não apresentaram relações estatisticamente significativas para as variáveis estudadas ($p > 0,05$).

Tabela 11: Estatística em grupo por filhos menores de 13 anos

D6_Filhos menores de 13 anos?		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Medo do Crime Pessoal	Não	149	6,3095	2,21310	0,18130
	Sim	63	6,1587	1,86776	0,23532
Medo do Crime Geral	Não	149	6,4039	2,07299	0,16983
	Sim	63	6,3847	1,84682	0,23268
Medo do Crime Altruísta	Não	149	6,5101	2,08602	0,17089
	Sim	63	6,6389	2,03870	0,25685
Falta de CPTED	Não	149	7,2774	1,89095	0,15491
	Sim	63	7,2540	1,55740	0,19621
Percepção de crimes e prostituição	Não	149	4,2268	2,15415	0,17647
	Sim	63	4,1460	1,78351	0,22470

Fonte: Autores

Partindo para os resultados da significância das médias entre os respondentes, a análise de Variância (ANOVA) não encontrou diferenças estatisticamente significativas entre os graus de escolaridade e as demais variáveis dependentes (tabela 12), mais notadamente as

modalidades de medo, a falta de CPTED e a percepção de crimes e prostituição.

Tabela 12: Estatística em grupo por escolaridade

		N	Média	Desvio padrão	Erro padrão
Medo do Crime Pessoal	Fundamental completo e incompleto	75	6,6089	1,92141	0,22187
	Médio completo	64	5,6927	1,99438	0,24930
	Superior completo	75	6,4474	2,29810	0,26536
	Total	214	6,2783	2,10843	0,14413
Medo do Crime Geral	Fundamental completo e incompleto	75	6,5584	1,92007	0,22171
	Médio completo	64	5,9182	1,79588	0,22449
	Superior completo	75	6,6706	2,18612	0,25243
	Total	214	6,4063	1,99985	0,13671
Medo do Crime Altruísta	Fundamental completo e incompleto	75	6,5017	2,09755	0,24220
	Médio completo	64	6,1719	1,83934	0,22992
	Superior completo	75	6,9217	2,18136	0,25188
	Total	214	6,5502	2,06755	0,14133
Falta de CPTED (Winsorizada)	Fundamental completo e incompleto	75	7,5022	1,97079	0,22757
	Médio completo	64	6,9375	1,60563	0,20070
	Superior completo	75	7,3378	1,72205	0,19884
	Total	214	7,2757	1,78772	0,12221
Percepção de crimes e prostituição	Fundamental completo e incompleto	75	4,3573	1,93301	0,22320
	Médio completo	64	3,8781	1,87401	0,23425
	Superior completo	75	4,3760	2,33862	0,27004
	Total	214	4,2206	2,07057	0,14154

Fonte: Autores

Em outro sentido, as ANOVAS mostraram que quanto maior a frequência no local, maiores são os escores das variáveis dependentes estudadas (tabela 13). Os resultados das ANOVAS foram: Medo Geral do Crime [$F(3, 209) = 15,837$; $p < 0,001$], Medo Pessoal [$F(3, 209) = 12,929$; $p < 0,001$], Medo Altruísta [$F(3, 209) = 16,574$; $p < 0,001$], Falta de CPTED [$F(3, 209) = 14,728$; $p < 0,05$], Percepção de Crimes e Prostituição [$F(3, 209) = 39,082$; $p < 0,001$].

Tabela 13: Estatística em grupo por frequência no local

		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão
Medo do Crime Pessoal	Raramente	41	4,9295	1,49232	0,23306
	Até duas vezes por semana	12	6,1019	2,76196	0,79731
	De três a cinco vezes por semana	85	6,1150	1,72307	0,18689
	De seis a sete vezes por semana	75	7,2489	2,24922	0,25972
	Total	213	6,2853	2,11087	0,14463
	Raramente	41	5,1664	1,47716	0,23069

Medo do Crime Geral	Até duas vezes por semana	12	6,1029	2,64118	0,76244
	De três a cinco vezes por semana	85	6,1218	1,57411	0,17074
	De seis a sete vezes por semana	75	7,4784	2,07757	0,23990
	Total	213	6,4145	2,00090	0,13710
Medo do Crime Altruísta	Raramente	41	5,4329	1,60080	0,25000
	Até duas vezes por semana	12	6,1042	2,62734	0,75845
	De três a cinco vezes por semana	85	6,1294	1,58378	0,17178
	De seis a sete vezes por semana	75	7,7367	2,15289	0,24859
Falta de CPTED (Winsorizada)	Total	213	6,5599	2,06761	0,14167
	Raramente	41	6,7073	1,40869	0,22000
	Até duas vezes por semana	12	6,0833	1,80977	0,52243
	De três a cinco vezes por semana	85	7,6784	1,54855	0,16796
Percepção de crimes e prostituição	De seis a sete vezes por semana	75	7,3111	2,07685	0,23981
	Total	213	7,2723	1,79123	0,12273
	Raramente	41	2,9756	1,68831	0,26367
	Até duas vezes por semana	12	2,8167	1,55962	0,45022
	De três a cinco vezes por semana	85	4,5859	1,46313	0,15870
	De seis a sete vezes por semana	75	4,7200	2,53345	0,29254
	Total	213	4,2235	2,07501	0,14218

Fonte: Autores

Finalmente, foram realizadas as análises de regressão linear simples, que demonstraram uma relação estatisticamente significativa para os seguintes casos:

a. Quanto maior a idade, maior o medo do crime geral ($t = 5,81$, $p < 0,05$), tabelas 14 e 15:

Tabela 14: Resumo do modelo - Medo do Crime Geral x Idade

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,371 ^a	0,137	0,133	1,86176	0,137	33,769	11	212	0,000	1,153

a. Preditores: (Constante), D7_Idade

b. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores

Tabela 15: Coeficientes - Medo do Crime Geral x Idade

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações		
		Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante)	4,476	0,356		12,585	0,000	3,775	5,177			
D7_Idade	0,046	0,008	0,371	5,811	0,000	0,030	0,061	0,371	0,371	0,371

a. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores

b. Quanto maior a idade, maior o medo do crime pessoal ($t = 5,87$, $p < 0,05$), tabelas 16 e 17:

Tabela 16: Resumo do modelo - Medo do Crime Pessoal x Idade

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,374 ^a	0,140	0,136	1,95979	0,140	34,533	1	212	0,000	1,276

a. Preditores: (Constante), D7_Idade

b. Variável Dependente: Medo do Crime Pessoal

Fonte: Autores

Tabela 17: Coeficientes - Medo do Crime Pessoal x Idade

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações		
		Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante)	4,224	0,374		1,281	0,000	3,486	4,962			
D7_Idade	0,049	0,008	0,374	5,877	0,000	0,032	0,065	0,374	0,374	0,374

a. Variável Dependente: Medo do Crime Pessoal

Fonte: Autores

c. Quanto maior a idade, maior o medo do crime altruísta ($t = 5,13$, $p < 0,05$), tabelas 18 e 19:**Tabela 18: Resumo - Medo do Crime Altruísta x Idade**

Modelo		R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,333 ^a	0,111	0,106	1,95449	0,111	26,355	1	212	0,000	1,103

a. Preditores: (Constante), D7_Idade

b. Variável Dependente: Medo do Crime Altruísta

Fonte: Autores

Tabela 19: Coeficientes - Medo do Crime Altruísta x Idade

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações		
	B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante)	4,760	0,373		12,748	0,000	4,024	5,496			
D7_Idade	0,042	0,008	0,333	5,134	0,000	0,026	0,059	0,333	0,333	0,333

a. Variável Dependente: Medo do Crime Altruísta

Fonte: Autores

d. Quanto pior a avaliação CPTED (altos valores), maior o escore do medo do crime ($t = 4,29$, $p < 0,05$), tabela 20 e 21:

Tabela 20: Resumo do modelo - Medo do Crime x Falta de CPTED

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,283 ^a	0,080	0,076	1,92282	0,080	18,408	1	212	0,000	0,915

a. Preditores: (Constante), CPTED Winsorizada

b. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores

Tabela 21: Coeficientes - Medo do Crime x Falta de CPTED

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações		
	B	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante)	4,106	0,552		7,437	0,000	3,017	5,194			
CPTED Winsorizada	0,316	0,074	0,283	4,290	0,000	0,171	0,461	0,283	0,283	0,283

a. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores

Não houve significância estatística para idade e CPTED ($t = 1,018$, $p > 0,05$);

De modo geral, os resultados revelam padrões consistentes de percepção de insegurança e baixa efetividade ambiental no espaço analisado, especialmente no que tange à vigilância natural e ao controle de desordens. As diferenças observadas entre grupos reforçam a importância de considerar características individuais e sociais na análise da sensação de segurança. A seguir, esses achados são discutidos à luz do referencial teórico adotado e das implicações para a gestão urbana de territórios vulneráveis.

5 DISCUSSÃO

A presente seção discute os principais achados empíricos à luz do referencial teórico adotado, com destaque para a relação entre a percepção ambiental associada à CPTED e os diferentes tipos de medo do crime. São também analisadas as variações entre subgrupos da amostra, buscando identificar padrões explicativos relevantes e implicações para a gestão urbana em contextos de vulnerabilidade social.

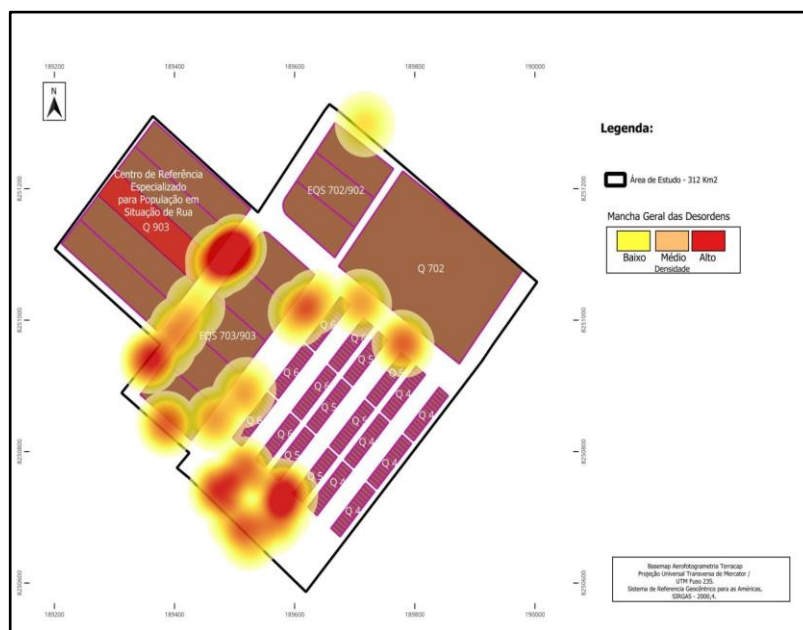
Os resultados obtidos estão alinhados com a literatura existente e com estudos anteriores que abordam a relação entre a prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED) e o medo do crime. Os dados estatísticos fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal indicam que os delitos mais recorrentes na área pesquisada e em seu entorno são as ameaças e os chamados crimes de oportunidade, como furtos e roubos.

A análise da mancha de desordens revelou pontos críticos de vulnerabilidade: na porção superior da área, próxima ao Centro POP, concentram-se desordens sociais; já entre as quadras



residenciais, observou-se maior incidência de desordens físicas, sobretudo relacionadas à falta de manutenção e à ausência de vigilância natural, aspectos diretamente vinculados às dimensões da CPTED. Assim, verifica-se no ambiente oportunidades para o cometimento de delitos, de maneira que as desordens físicas e sociais encontradas na região são elementos facilitadores.

Figura 3: Mancha das desordens físicas e sociais.



Fonte: Autores (2024)

Os questionários aplicados buscaram justamente aferir a percepção dos respondentes acerca da temática. As análises estatísticas descritivas indicaram um alto carregamento para o medo do crime geral ($M = 6,41$). Este valor é significativo, quando se observa que ele é 29,3% superior ao encontrado em outras regiões do Distrito Federal ($M = 4,96$), com aplicação de mais de 3.000 questionários (SENNA, 2022).

Da mesma forma, os itens da CPTED foram avaliados com altos escores, mostrando avaliação negativa do espaço físico por parte dos seus frequentadores. Esses resultados podem significar que o medo faz parte da região, e que, associado à falta de manutenção do espaço e inexistência da vigilância natural em alguns pontos, traduz-se em níveis elevados de insegurança.

Os primeiros testes de comparação em grupo revelaram que em média as mulheres ($M = 7,44$) sentem mais medo que os homens ($M = 5,78$), e que esta diferença é significativa estatisticamente. Igualmente, a percepção de crimes e prostituição pelo sexo feminino ($M = 4,99$) é superior aos homens ($M = 3,89$), corroborando a ideia de vulnerabilidade desse grupo. Esses achados são ainda mais importantes quando se leva em conta que o maior efeito percebido

entre os sexos é para o medo do crime situacional, que é disparado justamente por questões específicas do ambiente físico e social (Senna, 2022).

Apesar das mulheres apresentarem maior medo pessoal, a percepção dos princípios da CPTED não variou significativamente entre os sexos. Esse achado pode indicar que o medo do crime, embora influenciado por condições ambientais, também está fortemente relacionado a construções socioculturais de gênero, conforme apontam estudos de Madriz (1997) e Valentine (1989). Isso reforça a importância de políticas que considerem tanto variáveis objetivas quanto subjetivas na promoção da segurança urbana.

Acerca da avaliação da CPTED não foi indicada diferença significativa entre os sexos ($M = 7,17$ e $7,31$), sugerindo que o descaso com o espaço físico é percebido e avaliado, estatisticamente, da mesma forma por homens e mulheres.

As pessoas que já passaram por situações de crimes reportaram mais medo geral, maiores escores para a Falta de CPTED e demonstraram perceber mais crimes e prostituição. Fato semelhante foi observado para quem reportou vitimização de pessoas próximas. Esses achados sugerem que, mesmo sendo o medo emocional e socialmente construído, a percepção de risco é racional e individualmente calculada (CHON e WILSON, 2016). Além disso, a avaliação negativa da CPTED no ambiente também pode ser potencializada por experiências pregressas.

Diferentemente do que se poderia esperar, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos escores de medo altruísta entre pessoas com e sem filhos menores de 13 anos, indicando efeito não relevante, ainda que esse tipo de medo esteja teoricamente associado à preocupação com a vitimização de entes próximos. Uma possível explicação reside nas características da amostra, composta majoritariamente por indivíduos em situação de vulnerabilidade, o que pode relativizar prioridades familiares. Por outro lado, no fator “medo pessoal”, observou-se o maior tamanho de efeito entre os sexos, indicando que, embora homens e mulheres percebam riscos semelhantes para terceiros, o medo da própria vitimização é mais acentuado entre as mulheres.

Os resultados da significância das médias não encontraram diferenças entre os graus de escolaridade e as modalidades do medo, a falta de CPTED e a percepção de crimes e prostituição. Especificamente, para o medo do crime, os achados vão na contramão de outras pesquisas realizadas no Distrito Federal, onde ocorrem escores mais elevados entre os mais pobres (Costa; Durante, 2019). Pode-se imaginar, como justificativa, o fato de a maioria dos respondentes que possuem grau de escolaridade menor (fundamental completo e incompleto) serem os moradores em situação de rua (67%), e que a normalização da violência urbana

presenciada diariamente faz com que as pessoas não vivenciem níveis elevados do medo do crime.

Ainda, sobre os estudos de significância, a pesquisa apontou que quanto maior a frequência no local, mais elevadas são as médias das variáveis relacionadas ao medo, à percepção de ausência de princípios da CPTED e à presença de crimes e prostituição. Esse resultado era esperado, considerando que os moradores, principais frequentadores da área, vivenciam cotidianamente cenas de desordem e violência urbana. Em contextos como esse, estudos apontam que sinais de desordem e violações da territorialidade tendem a exercer maior impacto sobre o medo do crime do que a simples ausência de vigilância natural. Como destaca Senna (2022), em locais amplamente conhecidos e ocupados pela comunidade, “a territorialidade pode produzir efeitos mais expressivos sobre o medo do crime do que a vigilância natural”. Isso reforça a importância de intervenções voltadas à requalificação simbólica e funcional dos espaços, com vistas à sua apropriação legítima e contínua pelos usuários.

Já as regressões lineares foram utilizadas para correlacionar outras variáveis no estudo. Seguindo a mesma linha de pesquisas realizadas no Brasil sobre o medo do crime, como a de Silva e Beato Filho (2013), e Senna (2022), os valores encontrados apontam para uma tendência de maior medo do crime para pessoas mais velhas, tanto para o medo situacional quanto o altruísta.

Acerca dos efeitos das características físicas do ambiente no medo do crime, a regressão linear utilizada mostrou que, quanto pior a avaliação CPTED (altos valores para a falta de CPTED), maior o escore do medo do crime. Essa dinâmica está de acordo com o que foi hipotetizado inicialmente, e demonstra que, a ausência de cuidados dos espaços públicos impacta negativamente a sensação de segurança, fenômeno nem sempre associado às taxas criminais per si.

Por tudo que foi exposto, é de pensar na correlação estreita que existe entre desordens físicas e sociais, criminalidade e medo do crime. Nesse sentido, melhorias pontuais de algumas dimensões da CPTED, por si só, poderiam mitigar fatores geradores de crime e aumentar a sensação de segurança.

Os resultados obtidos confirmam que a percepção do medo do crime não pode ser dissociada das características do ambiente urbano, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais. A abordagem CPTED se mostra útil como ferramenta diagnóstica e potencial base para intervenções situacionais mais eficazes. Na próxima seção, são apresentadas as conclusões gerais do estudo, bem como recomendações práticas para a política pública de



segurança urbana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os princípios básicos da CPTED e sua relação com o medo do crime na área do Centro POP de Brasília e suas adjacências (Asa Sul, DF). Na etapa anterior à aplicação dos questionários, os autores buscaram informações sobre atividade criminosa da região. Já na fase da revisão bibliográfica, ficou perceptível a violação das dimensões da CPTED, notadamente, a vigilância natural e a ausência de manutenção, fato que foi confirmado com o levantamento *in loco*, que georreferenciou as principais desordens físicas e sociais do local.

Apresentados os resultados e realizadas todas as discussões, os achados sugerem a confirmação da hipótese inicial do trabalho, no sentido que indica a relação de desordens físicas no desenho ambiental ao favorecimento da atividade criminosa e, conseqüentemente, o aumento da percepção de insegurança dos frequentadores e da comunidade local.

Estudos contemporâneos como os de Németh e Hollander (2010) e Stolz *et al.* (2022) também evidenciam que a presença de pessoas em situação de rua — sobretudo em locais degradados e sem mediação social — é percebida como indício de insegurança por parte de muitos usuários urbanos, e que isso está fortemente relacionado a uma resposta comportamental de evitação. Portanto, é possível inferir, por exemplo, que o uso intensivo do espaço público por pessoas em situação de vulnerabilidade social, aliado à presença de desordens físicas e à incidência de crimes, pode contribuir para o aumento da percepção de insegurança e afetar negativamente o bem-estar dos demais usuários da região. Diversos estudos indicam que a percepção de medo do crime está associada à redução do bem-estar subjetivo, comprometendo aspectos como satisfação com a vida, saúde mental e sensação de liberdade (Lauzen; Fox, 2020). Dessa forma, destaca-se a contribuição do presente estudo no tocante à compreensão da percepção do crime na área analisada.

Este estudo não teve por objetivo propor intervenções para o local. Contudo, a partir dos achados, pode-se inferir que ações de baixo custo no âmbito da CPTED — como poda de árvores e roçagem, recuperação de espaços e da iluminação pública, melhorias na limpeza urbana e retirada de obstáculos que dificultam a vigilância natural — podem contribuir diretamente para a melhoria dos indicadores levantados. Vale destacar que, após a coleta de dados realizada em dezembro de 2023, algumas dessas medidas passaram a ser implementadas no ambiente pesquisado, como o plantio de árvores em locais estratégicos, a manutenção regular de viaturas, a revitalização de calçadas e a ampliação da iluminação pública. Tais ações,

alinhadas às diretrizes da CPTED, têm o potencial de reduzir desordens, aumentar a sensação de segurança e mitigar o medo do crime na região.

Outra contribuição do estudo vai ao encontro das diretrizes da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal (Decreto 42.831/2021), no tocante ao fortalecimento das ações de prevenção e de atendimento prioritário. Assim, além da situação de vulnerabilidade social, já conhecida, dos usuários do Centro POP, os testes estatísticos sugerem que as mulheres e as pessoas mais velhas tendem a informar maiores valores para o medo geral e seus fatores. Tal indicação pode ser utilizada para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse universo.

Por fim, quando se tem como foco a CPTED, a segurança pública passa a convidar todos a fazerem os seus papéis, com o desenvolvimento de ações e atitudes que possam melhorar as condições físicas e sociais do espaço público, como o monitoramento de pessoas estranhas ao ambiente, o acolhimento digno e articulado em rede das pessoas em situação de rua, e a implementação de programas com atividades comunitárias que promovam o pertencimento e o uso positivo do espaço. Conforme ressaltam Saville e Cleveland (2013), abordagens contemporâneas da CPTED devem ser sensíveis às dinâmicas sociais e comprometidas com a inclusão, evitando intervenções que aprofundem desigualdades ou marginalização.

Como sugestão para trabalhos futuros, propõe-se o aprimoramento do instrumento aplicado, com ampliação dos itens para captar todas as dimensões da CPTED, bem como a retirada das questões que não guardam relevância com os objetivos iniciais.

Pesquisas como esta evidenciam, para além da estatística aplicada, que a organização do espaço nos grandes centros urbanos está como um dos fatores que impactam na avaliação do medo do crime, cabendo aos gestores públicos e às forças de segurança observarem esta dinâmica no planejamento de suas estratégias.

REFERÊNCIAS

BONDARUK R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano**, Curitiba, Edição do Autor, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm. Acesso em:

26 dez. 2023.

CHON, D. S.; WILSON, Mary. Perceived Risk of Burglary and Fear of Crime: Individual and Country-Level Mixed Modeling. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, vol. 60, n. 3, p. 308-325, 2016.

COSTA, A. T. M., DURANTE, M, O. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2019, 12.2: 239-265.

COZENS, P. M.; SAVILLE, G; HILLIER, D. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED): A Review and Modern Bibliography. **Journal of Property Management**. v. 23, n. 5, p. 328-356, 2005.

CROW, W. J. **The crime prevention through environmental design handbook**. Washington, D.C.: National Crime Prevention Council, 1991.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019**. Institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal e dá outras providências.

_____. Decreto nº **42.831, de 17 de dezembro de 2021**. Aprova o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social - PDISP, instituído pela Lei Distrital nº 6.456/2019, nos termos do art. 22, § 5º, da Lei Federal nº 13.675/2018 e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/227c2c6650e84ae38f50525e0d55d01f/Decreto_42831_17_12_2021.html. Acesso em: 26 dez. 2023.

_____. Decreto nº **45.165, de 14 de novembro de 2023**. Dispõe sobre o Programa DF Mais Seguro - SEGURANÇA INTEGRAL e dá outras providências.. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b374fb6e63274b3ebd6287a1deabfdb2/Decreto_45165_14_11_2023.html. Acesso em: 26 dez. 2023.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. Sage. 2013. Figueiredo, E. A. Uma reflexão sobre a recente redução da violência no Brasil. 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



GABRIEL, U.; GREVE, W.. The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. **British journal of criminology**, 2003, 43.3: 600-614.

HAIR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. 7th ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2010. 800 p.

HALE, C.. Fear of crime: A review of the literature. **International review of Victimology**, 1996, 4.2: 79-150.

HEBER, A. "'The worst thing that could happen': On altruistic fear of crime." **International Review of Victimology** 16.3 (2009): 257-275.

HOAGLIN, D. C.; IGLEWICZ, B. Fine-Tuning Some Resistant Rules for Outlier Labeling. **Journal of the American Statistical Association**, v. 82, n. 400, p. 1147–1149, 1987.

KLIN, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. 4th ed. New York: Guilford Press, 2015. 534 p.

LAUZEN, J. M.; FOX, K. A. Fear of crime and its impact on well-being: A longitudinal study of perceived safety and quality of life. **Journal of Community Psychology**, vol. 48, n. 3, p. 814–828, 2020.

LETCH, J., MCGLINN, E., BELL, J. F., DOWNING, E., & COOK, D. M. **An exploration of 1st and 2nd generation CPTED for end of year school leavers at Rottnest Island**. The fourth Australian Security and Intelligence Conference. Cowan University, Perth Western Australia. 2011.

LORENC, T., et al. Crime, fear of crime, environment, and mental health and wellbeing: mapping review of theories and causal pathways. **Health & place**, 2012, 18.4: 757-765.

MADRIZ, Esther. Latina teenagers: Victimization, identity, and fear of crime. **Social Justice**, v. 24, n. 4, p. 39–56, 1997.

MARZBALI, M. H.; ABDULLAH, A.; TILAKI, M. J. M. The effectiveness of interventions

in the built environment for improving health by addressing fear of crime. **International Journal of Law, Crime and Justice**, 2016, 45: 120-140.

MIHINJAC, M.; SAVILLE, G. Third-Generation Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). **Social Sciences**, Basel, v. 8, n. 6, p. 1-19, 2019. OI:10.3390/socsci8060182

NÉMETH, J.; HOLLANDER, J. Security by Design: New Approaches to Public Space. **Environment and Planning**, vol. 42, n. 10, 2010.

NETO J. S., Lima; VIEIRA T. Augusto. **A estratégia de prevenção do crime através do desenho urbano**. Revista Ordem Pública e Defesa Social. vol. 7, n. 1, 2014.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico 2023-2034/Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal**. Brasília: PMDF – Comissão do Plano Estratégico, 2022. 1 ed.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. **1º Curso de Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED)**. Relatório Executivo de Conclusão de Curso, 2021.

SAVILLE, G.; CLEVELAND, G. Second-generation CPTED: The rise and fall of opportunity theory. In: **Atlas, R. (Org.). 21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention**. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2013.

SENNA I. **Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e o Medo do Crime: Teoria, Mensuração, Efeitos e Aplicações**. 2017. 163 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

_____. **Crime e medo: Desenvolvimento de um modelo multi-método de Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) para espaços públicos urbanos e rurais**. 2022. 232 p. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

SENNA, I.; ODORICO, A. A. ; ISMAIL, J. M. ; IGLESIAS, F. Ninguém está seguro!: Efeitos da Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) no Medo do Crime Pessoal e Altruísta.

Revista Brasileira de Segurança Pública, v. , n. , p., no prelo.

SENNA, I.; IGLESIAS, F.; MATSUNAGA, L. Heiki. Measuring the effects of Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) on fear of crime in public spaces. **Crime Prevention and Community Safety**, London, v. 27, 2025.

SILVA, B. F. A.; FILHO, C. C. B. **Ecologia social do medo: Avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime**. 2013. Revista Brasileira de Estudos de População, 30, S155–S170.

TASCA, J. E. **A contribuição da avaliação de desempenho, como um instrumento de apoio à decisão, para a prevenção ao crime baseada no ambiente**. 2013. 350 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Broken Windows: The police and neighborhood safety. **The Atlantic Monthly**, Boston, v. 249, n. 3, p. 29-38, mar. 1982.

VALENTINE, Gill. **The geography of women's fear**. Area, Oxford, v. 21, n. 4, p. 385-390, dez. 1989.

Submissão: 26/01/2025

1a. Revisão: 15/05/2025

Aceite: 03/07/2025

**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, HÁBITOS E NÍVEIS DE BURNOUT EM
CONTROLADORES DE TRÁFEGO AÉREO DA CARREIRA MILITAR NO BRASIL****SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE, HABITS, AND BURNOUT LEVELS AMONG
MILITARY AIR TRAFFIC CONTROLLERS IN BRAZIL****PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO, HÁBITOS Y NIVELES DE BURNOUT EN
CONTROLADORES DE TRÁFICO AÉREO DE CARRERA MILITAR EN BRASIL**Andréa da Silva Mazariolli¹ *Universidade de São Paulo, Universidade Paulista*Rarumy Aparecida Leira Valerio² *Universidade Paulista*Natalia Aline Pereira Leite³ *Universidade Paulista*Bruna de Oliveira Leite⁴ *Universidade Paulista***RESUMO**

Este estudo abordou o perfil sociodemográfico, hábitos e níveis de burnout em Controladores de Tráfego da carreira Aéreo do Brasil (ATCO, do inglês Air Traffic Controller) e as atividades desenvolvidas por esses profissionais. O objetivo foi descrever os sintomas de estresse ocupacional e burnout em controladores de tráfego aéreo no Brasil, com base em variáveis sociodemográficas e nas dimensões do Maslach Burnout Inventory (MBI). Esta pesquisa foi transversal descritiva e quanti-quali. Participaram 81 profissionais de diversos Estados do Brasil. Os instrumentos utilizados foram um questionário semiestruturado para identificação da amostra e Escala Maslach Burnout Inventory (MBI), adaptado e validado no Brasil por Carloto e Câmara (2004). A pesquisa revelou que a maioria dos profissionais pesquisados (51%) apresentou a possibilidade de desenvolver burnout, (37%) já está na fase inicial e (12%) não apresentaram os sintomas. O estudo demonstra a vulnerabilidade a que esses profissionais estão sujeitos em seus locais de trabalho, bem como a importância de se ter um sono reparador, lazer e cuidados com a saúde, pois esses fatores podem afetar a qualidade de vida, o rendimento no trabalho, o relacionamento interpessoal e familiar.

Palavras-chave: Controladores de tráfego aéreo; burnout; estresse ocupacional; sono.

ABSTRACT

This study investigated the sociodemographic profile, habits, and burnout levels of Air Traffic Controllers (ATCOs) in Brazil, as well as the activities performed by these professionals. The main objective was to describe the symptoms of occupational stress and burnout among Brazilian air traffic controllers, based on sociodemographic variables and the dimensions of the Maslach Burnout Inventory (MBI). This was a descriptive, cross-sectional study employing a

¹Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta na Universidade Paulista, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: psico.andreasilva@yahoo.com.br

²Psicóloga pela Universidade Paulista. Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pelo Centro Universitário União das Américas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³Psicóloga pela Universidade Paulista. Especialista em Psicologia do Tráfego pela Faculdade Domínus. Psicóloga do Tráfego na clínica BMB Bessa, São José dos Campos, SP, Brasil.

⁴Psicóloga pela Universidade Paulista. Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade Anhanguera, São José dos Campos, SP, Brasil.

mixed-methods (quantitative and qualitative) approach. A total of 81 professionals from various Brazilian states participated. The instruments used were a semi-structured questionnaire for sample identification and the Maslach Burnout Inventory (MBI) scale, which was adapted and validated in Brazil by Carlotto and Câmara (2004). The research revealed that the majority of the surveyed professionals (51%) showed the potential to develop burnout, while 37% were already in the initial phase, and 12% did not present symptoms. The study highlights the vulnerability these professionals face in their workplaces, as well as the importance of restorative sleep, leisure, and health care. These factors can significantly impact their quality of life, work performance, and interpersonal and family relationships.

Keywords: Air traffic controllers; burnout; occupational stress; sleep.

RESUMEN

Este estudio investigó el perfil sociodemográfico, los hábitos y los niveles de burnout en Controladores de Tráfico Aéreo (ATCO, del inglés Air Traffic Controller) en Brasil, así como las actividades desarrolladas por estos profesionales. El objetivo principal fue describir los síntomas de estrés ocupacional y burnout en controladores de tráfico aéreo en Brasil, basándose en variables sociodemográficas y en las dimensiones del Maslach Burnout Inventory (MBI). Esta fue una investigación descriptiva, transversal y con enfoque mixto (cuantitativo y cualitativo). Participaron un total de 81 profesionales de diversos estados de Brasil. Los instrumentos utilizados fueron un cuestionario semiestructurado para la identificación de la muestra y la escala Maslach Burnout Inventory (MBI), adaptada y validada en Brasil por Carlotto y Câmara (2004). La investigación reveló que la mayoría de los profesionales encuestados (51%) mostró la posibilidad de desarrollar burnout, mientras que el 37% ya se encontraba en la fase inicial y el 12% no presentó síntomas. El estudio destaca la vulnerabilidad a la que estos profesionales están sujetos en sus lugares de trabajo, así como la importancia de un sueño reparador, el ocio y el cuidado de la salud. Estos factores pueden impactar significativamente su calidad de vida, su rendimiento laboral y sus relaciones interpersonales y familiares.

Palabras clave: Controladores de tránsito aéreo; burnout; estrés laboral; dormir.

1 INTRODUÇÃO

O estresse é um estado de esforço do organismo à procura por equilíbrio e adaptação. É um assunto que desafia a interpretação do comportamento humano ao longo da história. Sendo assim, as pessoas estão frequentemente expostas ao estresse provocado pelo trabalho, no trânsito, pela pressão social, pela ansiedade, entre outras singularidades contemporâneas (Lipp *et al.*, 1996). Vários fatores de risco no contexto do trabalho contribuem para o surgimento e agravamento do *burnout*, incluindo a falta de descanso necessário, o ambiente, os conflitos internos e externos, as relações sociais, a organização das funções, e assim por diante. Esses fatores impactam significativamente a saúde mental dos profissionais, que frequentemente não percebem que estão sofrendo e adoecendo, pois tudo ocorre de maneira silenciosa (Moura *et al.*, 2024).

O burnout é um estado psicossomático de um indivíduo que trabalha. O processo é

iniciado com excessivos e prolongados níveis de estresse e tensão acumulados no trabalho, juntamente com a falta de confiança em um rendimento profissional eficaz. De acordo com (Grabowski *et al.*, 2019) os sintomas do *burnout* surgem como resultado de um excesso de trabalho que esgota os recursos psicológicos e fisiológicos, e isso que reduz a motivação no trabalho afetando o desempenho e a capacidade para as tarefas do controle do espaço aéreo.

Os ATCOs , do inglês Air Traffic Controllers, são profissionais que carregam uma enorme responsabilidade, pois suas decisões afetam diretamente a vida de muitas pessoas. É crucial refletir sobre o impacto que essa profissão exerce, incluindo as suas obrigações e as consequências para a saúde mental daqueles que trabalham nos turnos diurnos e noturnos. Esse regime de trabalho pode interferir no sono reparador, especialmente para aqueles que estão de serviço durante a madrugada, exigindo cuidados especiais. Muitas vezes, esses trabalhadores enfrentam a privação de sono, mas mesmo assim se dedicam a cumprir suas funções sem comprometer a segurança da sociedade, mantendo sempre seu compromisso inabalável.

Esses profissionais vivem sob tensão constante e essa pressão se intensifica em situações críticas, como durante um acidente ou quando há falhas na comunicação entre controladores e outros profissionais. Essas situações tornam os sintomas de estresse cada vez mais evidentes, afetando o bem-estar e a capacidade de se dedicar plenamente ao que fazem. É essencial que se reconheça e compreenda essa realidade para que possam receber o apoio necessário (ARAÚJO, 2000). Diante das peculiaridades da profissão, as autoras levantaram a hipótese de que as condições de trabalho e a exposição frequente ao estresse podem contribuir para o adoecimento mental desses profissionais, especialmente para o desenvolvimento da síndrome de burnout, que constitui o foco deste estudo. Nesse contexto, o objetivo do estudo é descrever os sintomas de estresse ocupacional e burnout em controladores de tráfego aéreo no Brasil, com base em variáveis sociodemográficas e nas dimensões do Maslach burnout Inventory (MBI).

2 DESENVOLVIMENTO

A missão dos ATCOs sugere baixa exigência física e forte exigência cognitiva (Freitas, 2016; Owen, 2018), além de habilidades de concentração e rapidez, para cumprir seu objetivo, precisa administrar diversas informações, memorizar diferentes códigos e números, fazer cálculos mentais (distâncias), usar uma visão espacial (noção de relação entre os tráfegos) e lidar com a pressão temporal. Caracteriza-se por ser um ambiente de trabalho ativo que requer habilidade intelectual e agilidade de raciocínio (Malakis; Kontogiannis, 2018). Percebe-se, portanto, que compreender o processo de trabalho desses profissionais implica em considerar

sua exposição a múltiplas tarefas ao longo da jornada e os riscos físicos e psicológicos dessa profissão.

Segundo Guimarães e Schimidt (2021), o estresse ocupacional é um processo no qual os estressores podem ser de diversos tipos, além das consequências do estresse e dos recursos da pessoa e do trabalho. É sabido que o *burnout* afeta, principalmente, profissionais da educação, saúde e serviços humanos (Golembiewski, 1999; Maslach, 1998; Murofuse *et al.*, 2005), devido às variáveis intrínsecas e extrínsecas das suas funções e responsabilidades. Os ATCOs, de acordo com a natureza de sua ocupação, também estão sujeitos ao risco de desenvolver sofrimento mental. Eles também têm suas vidas individuais afetadas, há associação entre baixos níveis de satisfação com o trabalho e problemas mentais e psicológicos como *burnout*, autoestima, depressão e transtorno de ansiedade (Faragher *et al.*, 2005).

Compreender o perfil sociodemográfico, os hábitos e os níveis de *burnout* dos Controladores de Tráfego Aéreo no Brasil (ATCOs, do inglês), bem como as atividades por eles desenvolvidas e os possíveis impactos dessa profissão na saúde mental, é essencial diante das exigentes condições de trabalho que caracterizam essa função. Trata-se de uma das ocupações mais desgastantes, dado o alto nível de responsabilidade envolvido: esses profissionais supervisionam e controlam o tráfego aéreo, garantindo a segurança de inúmeras vidas. Tais demandas podem desencadear sintomas como esgotamento emocional, *burnout* e outras psicopatologias. Em síntese, essas situações podem comprometer a saúde mental dos ATCOs e afetar negativamente a relação entre o trabalhador e seu ambiente de trabalho.

2.1 Método

Trata-se de um estudo exploratório (Piovesan; Temporini, 1996), caracterizado como um componente essencial, visando adaptar de maneira mais eficaz à realidade que se deseja pesquisar. Além disso, Piovesan e Temporini (1996) ressaltam que o objetivo principal da pesquisa exploratória é entender o conjunto de respostas que fazem parte do conhecimento comum, englobando aspectos como saber, crenças, opiniões, atitudes, valores e comportamentos. Salientamos que não foram feitas análises de relação entre variáveis, este estudo busca apenas apresentar as frequências absolutas e relativas.

2.1.1 Participantes

Participaram do estudo 81 voluntários, que são controladores de voo da carreira militar, sendo 45 mulheres e 36 homens, todos ATCOs de diversas regiões do Brasil.

2.1.2 Instrumentos

Na pesquisa, foram utilizados dois instrumentos. O primeiro foi um questionário

sociodemográfico, desenvolvido pelas autoras, cujo objetivo foi apreensão da percepção e da vivência pessoal das situações e eventos experienciados e identificação da amostra. Este instrumento continha 23 itens que abordavam características sobre qualidade de vida, lazer, sono, aspectos do trabalho e fatores de estresse. O segundo instrumento utilizado foi o Inventário de *burnout* de Maslach, que foi adaptado e validado no Brasil por Carlotto e Câmara (2004). Esse instrumento possibilitou a descrição dos sintomas de exaustão relacionados ao trabalho, bem como dos principais indicadores da síndrome de *burnout*. O instrumento consiste em 20 afirmações, às quais os participantes devem responder utilizando uma escala Likert de 5 pontos, indicando na resposta a frequência que experimentaram o conteúdo sugerido pelo item, listadas da seguinte maneira: (01- Nunca, 02- Anualmente, 03- Mensalmente, 04- Semanalmente e 05- Diariamente). O instrumento analisa três dimensões do *burnout*: a exaustão emocional, a despersonalização e a realização profissional. A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil ao Comitê de ética e pesquisa (CEP) da Universidade Paulista, obtendo parecer favorável com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE: Nº 04980918.0.0000.5512. Baseada nas Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional da Saúde (CNS), essas resoluções respaldam a ética, o respeito aos seres humanos, o compromisso de assistência no caso de eventuais danos e a garantia de serem repassadas todas as informações da pesquisa realizada com os participantes. No Quadro 1 a seguir, serão expostas as fases, pontuação e descrição, conforme o Inventário de *burnout* de Maslach.

Quadro 1. Análise dos resultados do Inventário de *burnout* de Maslach.

Fase	Pontuação	Descrição
0	Zero a 20 pontos	Nenhum indício de <i>burnout</i>
1	21 a 40 pontos	Possibilidade de desenvolver <i>burnout</i> , recomenda-se trabalhar maneiras de prevenção da síndrome.
2	41 a 60 pontos	Fase inicial de <i>burnout</i> , recomenda-se a procura de um profissional para debelar os sintomas garantindo a qualidade de vida e no desempenho profissional.
3	61 a 80 pontos	Início da instalação de <i>burnout</i> , recomenda-se a procura de ajuda profissional para prevenir o agravamento dos sintomas.
4	81 a 100 pontos	Fase considerável de <i>burnout</i> , recomenda-se a procura de um profissional para que se inicie o quanto antes o tratamento.

Fonte: Jbeili (2008).

Observamos que no Quadro acima, há fases específicas do *burnout* conforme a pontuação encontrada nos escores. Desse modo, esse instrumento apresenta as características e recomendações para cada fase, e com base nos resultados, permite intervenções direcionadas, visando o aumento da eficácia e eficiência de ações inovadoras.

2.1.3 Coleta de dados

Os instrumentos foram aplicados na modalidade *on-line*. Para que os ATCOs participassem da pesquisa, foi enviado o convite por meio das redes sociais (*Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, e *e-mail*), bem como presencialmente, em que era explicada a forma da coleta de dados.

2.1.4 Análise de dados

Os dados coletados foram analisados pelo software estatístico "R", versão 3.5.2 (2018), e pela suite "RStudio", versão 1.1.463 (2016), e descritas conforme suas frequências. Os dados sociodemográficos e os resultados do inventário foram analisados por meio de estatísticas descritivas. Foram elaboradas tabelas de frequência referentes às variáveis: gênero, idade, escolaridade, formação, tempo na função, estado civil e número de filhos. Utilizou-se apenas a análise descritiva das porcentagens obtidas nos instrumentos aplicados.

2.2 Resultados e Discussão

No desenho da pesquisa, foi inicialmente planejada a participação de 100 indivíduos. Participaram 106 voluntários, porém foram excluídos 25 indivíduos, pois não preencheram corretamente o formulário da pesquisa, totalizando dessa forma, 81 participantes que preencheram corretamente a pesquisa científica. Abaixo na Tabela 1, será exposta a caracterização da amostra e os dados sociodemográficos do estudo.

Tabela 1. Caracterização de dados sociodemográficos.

Faixa etária		Frequência	%
18 – 25		59	72,8
25 – 35		14	17,3
> 35		08	9,9
Sexo		Frequência	%
Feminino		45	55,6
Masculino		36	44,4
Estado civil		Frequência	%
Casado		61	75,4
Solteiro		19	23,5
Divorciado		01	1,1
Quantidade de filhos		Frequência	%
Nenhum		51	63
1 a 2		29	35,8
> 2		01	1,2

Fonte: Elaborada pelas autoras.

De acordo com os dados obtidos na tabela acima, dos 81 participantes do estudo, 8% (59) têm de 18 a 25 anos de idade, 17,3% (14) de 25 a 35 anos e 9,9% (8) acima de 35 anos, logo, podemos concluir que a amostra foi de participantes predominantemente jovens. Com

relação ao sexo, 55,6% (45) são do sexo feminino e 44,4% são do gênero masculino, logo neste estudo o recorte foi predominantemente amostra feminina. Na variável do estado civil, 75,4% (61) são casados, 23,5% (19) solteiros, e 1,1 % (1) é divorciado.

Pode-se observar que o resultado da maioria das amostras (72,8%) evidencia que a faixa etária mais atuante na profissão é de 18 a 25 anos, em que é possível identificar o peso da responsabilidade e o nível da exigência que esses controladores carregam por estarem no início da carreira militar. Abaixo na Tabela 2, apresentamos os dados de escolaridade e tempo de profissão.

Tabela 2. Amostra de Escolaridade e Tempo de profissão.

Escolaridade	Frequência	%
Ensino superior completo	48	59,3
Ensino médio completo	33	40,7
Total	81	100
Curso	Frequência	%
Administração	6	13
Letras	5	10
Teologia	1	2
Ciência da informação	1	2
Processos Gerenciais	1	2
Bacharelado em Física	1	2
Direito	5	10
Licenciatura em Matemática	1	2
Gestão pública	1	2
Ciências contábeis	2	4
Engenharia Eletrônica	2	4
Publicidade	1	2
Educação Física	4	8
Engenharia de Produção	1	2
Ciência Política	1	2
Ciências biológicas e gestão ambiental	1	2
Odontologia	2	4
Tecnólogo em Sistemas Biomédicos	1	2
Gestão Financeira	1	2
Sistemas de Informação	1	2
Pedagogia	1	2
Arquitetura e urbanismo	1	2
Farmácia	1	2
Relações internacionais	1	2
Ciências Econômicas	1	2
Aviação civil	1	2
Design de interiores	1	2
Nutrição	1	2
Engenharia Civil	1	2
Total	48	100
Tempo de profissão	Frequência	%
01 – 05 anos	18	22,2
05 – 10 anos	26	32,1
> 10 anos	37	45,7

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Como podemos observar na tabela acima, 59,3% (48) dos pesquisados possuem nível superior e o restante da amostra, ensino médio completo, correspondendo a 40,7% (33).

Salientamos que na Tabela acima, na linha de totalização dos cursos superiores para evitar números fracionários optamos pela exclusão das casas decimais. Importante observar, a peculiaridade da amostra em que a maioria possui curso superior, pode ser justificada, com a busca por capacitação profissional para maior discernimento nas ações cotidianas e qualidade na atuação profissional, além de permitir outras oportunidades de concursos públicos de nível superior, pois muitos controladores vislumbram uma ascensão salarial e condições melhores de trabalho (Motter; Gontijo, 2012).

Em relação ao tempo de profissão, 22,2% (18) possuem de 1 a 5 anos de serviço, 32,1% (26), entre 5 a 10 anos e 45,7% (37) possuem mais de 10 anos de serviço, ou seja, estão há mais tempo atuando como ATCO, o que representa a exposição maior desses profissionais ao estresse laboral. Outro aspecto relevante é que a amostra deste estudo é composta predominantemente por mulheres. Dentre elas, 75,4% (61 participantes) são casadas e possuem entre 5 e 10 anos de exercício profissional. Essas características de perfil podem estar associadas a impactos na saúde mental, especialmente no que se refere à exaustão emocional. Tal condição pode ainda estar relacionada à sobrecarga decorrente da dupla jornada de trabalho enfrentada por muitas dessas mulheres. Quanto ao lazer, a maioria da amostra considera como lazer viajar com a família e/ou amigos, pois 30,9% (25) assinalaram essa opção; 19,8% (16) se referem a lazer quando ficam com a família; e 17,3% (14) assinalaram que a prática de esporte é um lazer. Acerca da periodicidade, 61,7% (50) frequentemente praticam atividade de lazer duas ou mais vezes por semana; 33,3% (27) têm atividades de lazer poucas vezes no mês; e 4,9% (4) assinalaram que quase nunca fazem atividades voltadas ao lazer.

No que se refere a deixar de realizar atividades de lazer por conta da escala operacional, 61,7% (50) afirmaram que isso frequentemente acontece; 24,7 % (20) dos participantes acham que raramente; 9,9% (8) assinalaram que isso acontece semanalmente; e 3,7% (3) afirmaram que a escala de trabalho não afeta suas atividades de lazer, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Dados relacionados ao lazer.

O que é considerado lazer para os participantes	Frequência	%
Viajar com família/amigos	25	30,9
Ficar com a família	16	19,8
Praticar esportes	14	17,3
Ir ao cinema, teatro e museus	12	14,8
Televisão ou redes sociais	10	12,3
Sair à noite para bares/baladas	02	2,5
Sair sem destino	01	1,2
Ir ao shopping	01	1,2
Frequência das atividades de lazer	Frequência	%
Duas ou mais vezes na semana	50	61,7
Poucas vezes por mês	27	33,4

Quase nunca	04	4,9
Deixar de ter lazer por conta das escalas	n°	%
Frequentemente	50	61,7
Raramente	20	24,7
Semanalmente	08	9,9
Nunca	03	3,7

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Diante do que foi verificado na Tabela 3, a partir do total da amostra do estudo, 30,9 % (25) responderam que lazer é viajar com família e amigos. Sob a perspectiva da Psicologia, o lazer pode ser considerado como uma das áreas, fora do trabalho, em que o indivíduo pode desenvolver seu potencial e satisfazer suas necessidades de vida. Assim, o lazer pode ser visto como o aprimoramento dos interesses externos ao ambiente de trabalho, como um dos elementos que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida (Armstrong; Rounds, 2008; Dik; Hansen, 2008; Gaudron; Vautier, 2007; Hur; McGue; Iacono, 1996).

Gattai (1993) discorre que a prática de atividades de lazer promove saúde, bem-estar e auxilia no processo de aprendizagem e desenvolvimento, ajudando também no equilíbrio da personalidade, liberando e renovando as energias, proporcionando mais segurança emocional, contribuindo para melhora do clima organizacional (relacionamento entre trabalhadores, entre trabalhadores e gestores, disposição para o trabalho, concentração nas tarefas, motivação indivíduo e profissional. Outra variável investigada foi o sono, que de acordo com Valle e Reimão (2009), esse construto interfere em vários aspectos da vida diária, como no humor, na memória, na atenção, nos registros sensoriais, no raciocínio, além dos aspectos cognitivos que relacionam o indivíduo ao seu ambiente, os autores discorrem que um terço (1/3) da vida passamos dormindo, com isso, a qualidade de vida, a saúde e a longevidade podem depender de boas noites de sono, ou seja, alterações no sono determinam má qualidade no desempenho e interferem na saúde, às vezes, de forma muito grave. Sabendo-se que o ATCO trabalha em regime de escalas em dias e turnos alternados, foi constatada a necessidade de averiguar a qualidade do sono, conforme os resultados mostrados na Tabela 4.

Tabela 4. Dados levantados sobre qualidade de sono.

quanto tempo dorme	Frequência	%
06 – 08 horas	45	55,60
04 – 06 horas	22	27,16
> 08 horas	12	14,81
< 04 horas	02	2,43
Dificuldades	Frequência	%
iniciar o sono	18	22,22
manter o sono	11	13,6
acordar cedo	22	27,16
dormir cedo	18	22,22
Nenhum	12	14,8

disposição durante o período de trabalho	Frequência	%
normal, tenho boa vontade, porém, com picos de cansaço	60	74,1
sonolento, sinto vontade de ir para casa	11	13,6
cansado, quero sempre voltar para casa logo	07	8,6
disposto, nunca sinto que faltou sono	03	3,7
uso de medicação para dormir	Frequência	%
Não	74	91,35
1 a 2 vezes na semana	04	4,96
3 a 4 vezes na semana	02	2,46
todos os dias	01	1,23

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Relativo ao sono dos participantes do estudo, 55,6% (45) dos ATCOs responderam que dormem de seis a oito horas por dia; 27,16% (22) relataram dormir entre quatro a seis horas por dia; 14,81% (12) dormem menos de oito horas por dia; e 2,43% (2) dormem mais de quatro horas por dia. Os entrevistados também relataram que possuem dificuldades de acordar cedo 27,16 % (22), de iniciar o sono 22,22% (18) e de manter o sono 13,6% (11). E 91% (74) dos entrevistados relatam que não utilizam medicamentos para dormir; 4,96% (4) fazem o uso de medicação de 1 a 2 vezes na semana; 2,46% (2) e 1,23% (1) dos participantes usam medicação todos os dias.

De acordo com o que foi analisado na Tabela 4, o sono e o cansaço podem ser predisposições para o *burnout*, conforme Valle *et.al.* (2009), a privação do sono gera exaustão emocional, que se caracteriza por uma falta de energia e incapacidade do sujeito de se recuperar de um dia para outro, sentindo-se esgotado e no seu limite físico e emocional. De acordo com Boivin e Boudreau (2014), a Classificação Internacional de Transtornos do Sono de 2015 prevê que entre 2 a 5% dos trabalhadores terão distúrbios do sono. Esse transtorno é marcado por excessiva sonolência e/ou interrupção do sono por um período mínimo de um mês em relação ao horário de trabalho atípico, trabalho por escala, como identificado na amostra do estudo. De acordo com Pessoa et al. (2020), as cargas fisiológicas podem estar relacionadas à execução do trabalho no turno noturno, o que é capaz de comprometer o ciclo circadiano.

Portanto, o impacto da fadiga nos ATCOs tem como consequência: a diminuição da atenção focal, déficit no julgamento das situações, prejuízo no tempo de reação, desatenção, perda de concentração, erros técnicos trazendo prejuízos à segurança da operação, e para mitigar o problema, algumas iniciativas podem ser estimuladas e incorporadas ao cotidiano dos ATCOs como atividade física regular, alimentação e sono adequado, e momentos de lazer e relaxamento (ICAO 2011).

De acordo com Carlotto e Câmara (2004), os sintomas apresentados pela amostra corroboram com estudos que afirmam que sintomas físicos como dores cabeça, fadiga, dores generalizadas, transtornos no aparelho digestório, alteração no sono e disfunção sexual, estão

ligados a sintomas psicológicos, tais como, irritabilidade, ansiedade, inflexibilidade e perda de interesse. Nesses casos, verifica-se que o sono e o cansaço também podem influenciar na qualidade da saúde física e mental desses indivíduos, fazendo-se necessário ter consciência da importância de práticas que promovam o bem-estar físico e mental, dessa forma confirmando nossa pesquisa com os estudos de Pessoa *et.al* (2020).

O ATCO trabalha em regime de escala em que sua forma de trabalho são dias alternados (dias de trabalho seguidos de dias de folga) o que, segundo a literatura, pode causar alterações de sono/vigília, alterações gastrointestinais, distúrbios psicológicos e problemas familiares e sociais (Itani, 1999). De acordo com os dados analisados nas tabelas e corroborando com o quadro abaixo, o *burnout* atinge os ATCOs, indicando que esses profissionais estão no primeiro estágio das síndromes. A Tabela 5 mostra que 51% (41) apresentam possibilidade de desenvolver *burnout*; 38% (31) estão em uma possível fase inicial do *burnout*.

Tabela 5. Resultados do Inventário de burnout de Maslach.

Fase	Pontuação e descrição	Frequência	%
0	Zero a 20 pontos – nenhum indício de <i>burnout</i>	0	0
1	21 a 40 pontos – possibilidade de desenvolver <i>burnout</i>	41	51
2	41 a 60 pontos – fase inicial da <i>burnout</i>	30	37
3	61 a 80 pontos – <i>burnout</i> começa a se instalar	10	12
4	81 a 100 pontos – fase considerável da <i>burnout</i>	0	0

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Após as análises realizadas, foi averiguado que a maioria da amostra, 51% (41) apresentam possibilidade de desenvolver *burnout* e estão na fase 1; 37% (30) estão na fase 2, em uma possível fase inicial do *burnout*, que segundo Carvalhais *et al.* (2015), pode ser confundida com a depressão, pois apresenta alguns sintomas similares, como, por exemplo, agressividade, isolamento, mudança de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, falha da memória, ansiedade, sentimentos negativos, desconfiança e tristeza.

Analisando a Tabela 5, referente aos 12% (10) dos participantes apresentaram pontuação entre 61-80 pontos, na fase 3, indicando a fase em que o *burnout* começa a se instalar. A forma na qual o indivíduo lida com determinadas situações geradoras de estresse pode levá-lo a um esgotamento profissional, como o *burnout*, que pode resultar em um esgotamento psíquico (LIPP, 2015).

Os dados obtidos também permitiram comparar as dimensões: Exaustão Emocional (EE), Despersonalização (DE) e Reduzida Realização Profissional (RRP) e classificar os índices em baixo, moderado e alto, que caracterizam as dimensões da *burnout*, destacados na Tabela 6 a seguir.



Tabela 6. Dimensões identificadas no Inventário de burnout de Maslach conforme o escore obtido.

Dimensões	baixo	Moderado	Alto
Exaustão emocional	0 - 16	17 - 26	27+
Despersonalização	0 - 6	7 - 12	13+
Reduzida realização profissional	> 39	32 - 38	0 - 31

Fonte: Nascimento (2012).

Na tabela 7, observa-se que a dimensão “exaustão emocional” possui uma diferença de 4,0 pontos em relação ao sexo na classificação, de modo que as mulheres obtiveram os escores mais altos e os homens escores moderados.

Tabela 7. Tabela dos escores de burnout por gênero

Escore obtido por gênero			
Homem	01	12	23
Mulher	08	11	27
Amostra geral	09	23	50
Dimensões	Baixo	moderado	alto
Exaustão emocional	0 - 16	17 - 26	27+
Despersonalização	0 - 6	7 - 12	13+
Reduzida realização profissional	> 39	32 - 38	0 - 31

Fonte: Adaptado de Nascimento (2012).

Considerando os resultados quanto ao gênero, de acordo com Gonzaga Branco Junior *et al.*, (2020), a maioria dos estudos ratificam que não tem ocorrido unanimidade em relação a maior ou menor incidência de *burnout* em comparação ao sexo. Usualmente, é comum as mulheres apresentarem pontuações mais elevadas em exaustão emocional e os homens em despersonalização. Essas diferenças podem ser resultantes da cultura dos papéis sociais do homem e da mulher, ou seja, as mulheres conseguem expressar de forma mais livre, assim, suas emoções seriam uma fonte de expressão de suas dificuldades e conflitos na sociedade, tendo alívio de sentimentos de angústia, raiva e indignação.

Ainda em concordância com o autor, no sexo masculino, essa liberdade em expressar-se é menor, pois o homem é visto na sociedade como mais forte e menos frágil, e essas emoções viriam a ser expressas de forma inapropriada após atingir, provavelmente, um pico de sentimentos ruins e alcançar o nível limite ou insuportável. Outra interpretação possível ao índice elevado da exaustão emocional nas mulheres, poderia ser devido à dupla jornada de trabalho, (a profissional e a do lar), fato que tem se tornado mais comum a cada dia, considerando que 75,4% da amostra são de pessoas casadas.

No que se refere à dimensão “Despersonalização”, há uma diferença em relação ao sexo, contudo, homens e mulheres apresentaram uma classificação moderada. Ao explorarmos a dimensão “Reduzida Realização Profissional”, nota-se uma diferença de 7,0 pontos em relação ao sexo, estando homens e mulheres dentro da classificação alta, sendo que as mulheres apresentaram maior índice em relação aos homens.

A partir da análise da amostra com relação à dimensão exaustão emocional foi percebido índice alto, atingindo 50,0 pontos. Referente à dimensão despersonalização a amostra apresenta um índice alto com 22,0 pontos. E, em relação à dimensão reduzida realização profissional, o estudo apontou um índice alto, com 9,0 pontos.

A rotina do Controlador de Tráfego Aéreo (ATCO) é marcada por uma imensa responsabilidade, operando sob a expectativa de "erro zero". Essa pressão diária, somada à necessidade constante de tomar decisões rápidas, constitui um fator de estresse que leva diretamente à fadiga profissional. Portanto, no sentido de prevenir o adoecimento ocupacional e assegurar a segurança operacional, é fundamental mitigar essa fadiga, aumentando, assim, a qualidade de vida no trabalho desses profissionais (Teixeira, 2022).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, foi possível observar que os ATCOs pesquisados exercem atividades laborais de extrema responsabilidade na sociedade e estão em uma possível fase inicial do *burnout*. Infelizmente, os sintomas do *burnout* ainda são desconhecidos pela maioria dos profissionais, sendo necessário que sejam divulgados. É necessário, sobretudo, aprofundar-se nos motivos que os desencadeiam. Os dados também sugerem a necessidade de programas de intervenções com os ATCOs, seja em benefício da sua própria saúde ou no desenvolvimento de estratégias de intervenção para lidarem melhor com as situações de estresse da profissão.

É importante destacar que o ATCO atua em um regime de escalas, alternando entre turnos diurnos e noturnos. Essa dinâmica impacta a qualidade do sono e faz com que o tempo de lazer seja frequentemente negligenciado, sendo muitas vezes confundido com a convivência familiar. Essa confusão não se limita a essa classe de trabalhadores; na verdade, permeia a sociedade como um todo. Muitas pessoas acreditam que não podem ser produtivas a menos que estejam trabalhando, e, durante os momentos de descanso, sentem-se culpadas por não estarem ao lado da família, criando uma conexão emocional que torna raros esses momentos de verdadeira descontração.

Apesar da percepção dos controladores acerca das dificuldades do seu trabalho e de suas estratégias de enfrentamento ao *burnout* variar em função de características idiossincráticas, os resultados deste estudo podem vir a corroborar com estratégias que buscam mitigar a fadiga com intervenções para melhoria da qualidade de vida. Isto posto, recomendam-se que novos estudos sejam realizados com o ATCO com a aplicação dos instrumentos de forma presencial e não *on-line* como no presente estudo. Outro aspecto importante seria incluir na coleta instrumentos de avaliação da saúde mental desses profissionais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ACADEMY OF SLEEP MEDICINE. International Classification of Sleep Disorders (2015). Diagnostic and coding manual. Westchester, Illinois: American Academy of Sleep Medicine, 2nd ed, 1-19.

ARAUJO, Rita de Cássia Seixas Sampaio. **O trabalho na aviação e as práticas de saúde sob o olhar do controlador de tráfego aéreo**. 2000 Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. <https://doi.org/10.11606/D.6.2000.tde-09012007-162311>

ARMSTRONG, [Patrick Ian](#).; ROUNDS, James. Linking. Leisure Interests to the RIASEC World of Work Map. **Journal of Career Development**, 35(1), 5-22, 2008. <https://doi.org/10.1177/0894845308317933>

BOIVIN, Diane. B.; BOUDREAU, Philippe. Impacts of shift work on sleep and circadian rhythms. **Pathologie Biologie**, vol. 62, no. 5, pp. 292–301, 2014. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25246026/>

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Análise fatorial do Maslach Burnout Inventory (MBI) em uma amostra de professores de instituições particulares. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, p. 499–505, set. 2004. <https://www.scielo.br/j/pe/a/sqhs5pPk4QBspW3DKXrmxnP/>

CARVALHAIS, Flávia. Rocha. *et. al*. Frequência da síndrome de burnout em uma unidade de terapia intensiva: uma perspectiva multiprofissional. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, v. 1, n. 4, p. 1-10, 2015. <https://revistas.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/4271>.

DIK, B. J.; HANSEN, J. I. C. Following passionate interests to well-being. **Journal of Career Assessment**, 16(1), 86, 2008. <https://psycnet.apa.org/record/2008-00799-007>

FARAGHER, E.B.; CASS, M.; COOPER, C.L. - The relationship between job satisfaction and health: a meta-analysis. **Occup Environ Med.**, 62: 105-112, 2005. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15657192/>

FREITAS, Angela. Maria. **Funcionamento Executivo em Controladores de Tráfego Aéreo do Sul do Brasil** (Tese de Doutorado em Neurociências). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre (RS), Brasil, 2016. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7239>

GATTAI, Maria Cristina Pinto. **Importância do lazer na empresa**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GAUDRON, J. P.; VAUTIER, S. Analyzing individual differences in vocational, leisure and family interests: a multitrait multi-method approach. **Journal of Vocational Behavior**, 70, 561-573, 2007. <https://psycnet.apa.org/record/2007-07729-009>

GRABOWSKI, D. *et. al.* Work ethic, organizational commitment and burnout. **Med Pr Work Health Saf.**, 70(3), 305-316, 2019. <https://doi.org/10.13075/mp.5893.00800>

GOLEMBIEWSKI, R.T. Next stage of burnout research and applications. **Psychol Rep.**, 84: 443-446, 1999. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10335059/>

GONZAGA, B. J., A. G.; CAVALCANTE, C. dos S.; RIBEIRO FILHO, C. S. de A.; SOUSA, C. M. de. Relação entre a síndrome de burnout e a prática docente médica. *Revista Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 19, n. 2, p. 126-136, 2020. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/1187>

GUIMARÃES, L. A. M.; SCHIMIDT, M.L.G. Fatores Psicossociais e Saúde no trabalho sob a ótica da Psicossociologia. In: Borges, L.O.; Babosa, S.C., Guimarães, L.A.M. (Orgs). **Psicossociologia do trabalho: temas contemporâneos**. Curitiba: CRV, 2021.

HUR, Y-M, MCGUE, M.; IACONO, W. G. Genetic and shared environmental influences on leisure-time interests in male adolescents. **Personality and Individual Differences**, 21(5), 791-801, 1996. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0191886996001067>

ICAO. **Fatigue Risk Management Systems: Implementation Guide for Operators**. Montreal, Canadá, 2011. [https://www.icao.int/safety/fatiguemanagement/FRMS%20Tools/FMG%20for%20Airline%20Operators%202nd%20Ed%20\(Final\)%20EN.pdf](https://www.icao.int/safety/fatiguemanagement/FRMS%20Tools/FMG%20for%20Airline%20Operators%202nd%20Ed%20(Final)%20EN.pdf)

ITANI, Alice. **Tecnologia da informação e os riscos do trabalho na aviação**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1999. <https://revistakairos.org/tecnologia-da-informacao-e-os-riscos-do-trabalho-na-aviacao/>

JBEILI, Chafic. **Síndrome de Burnout em professores: Identificação, tratamento e prevenção**. Cartilha informativa a professores. Brasília – DF. Brasil, 2008.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes *et. al.* **Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco**. Campinas: Papirus, Campinas: Papirus, 1996.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **O stress está dentro de você**. Editora Contexto, 2015.

MALAKIS, S.; KONTOGIANNIS, T. Cognitive Engieenring and Safety Organization in Air Traffic Management. **New York: CRC Press**, 2018. <https://doi.org/10.1201/b22178>.

MASLACH, C.G.J. Prevention of burnout: new perspectives. **Applied Preventive Psychology**., 7: 63-74, 1998. <https://psycnet.apa.org/record/1997-38974-004>

MOURA, A. C.; KONZEN, M.; AMARAL, T. C.; SILVA, N.; SILVA, V.; ADORIAN, R. T.; SALES, W. T. Síndrome de Burnout. **Revista Cathedral**, v. 6, n. 2, p. 123-140, 10 jun. 2024. <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/778>

MOTTER, A. A.; GONTIJO, L. A. Análise ergonômica de uma ferramenta de trabalho no controle de tráfego aéreo: percepção dos operadores e contribuições para a carga de trabalho, 2012. **Revista Produção Online**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 856–875, 2012. DOI: 10.14488/1676-1901.v12i4.541. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/541>. <https://doi.org/10.14488/1676-1901.v12i4.541>

MUROFUSE, N. T.; ABRANCHES, S. S.; NAPOLEÃO, A. A. Reflexões sobre estresse e Burnout e a relação com a enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 255–261, mar. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000200019>

NASCIMENTO, Diego Filipe De Lima; CUNHA, Danúbia Rodrigues Da; MOTA, Eliane Fonseca Campos; VASCONCELOS, Eduardo Silva. Identificação preliminar da síndrome de burnout em professores do IF Goiano Campus Urutaí - GO. GO. Enciclopédia Biosfera. **Centro**

Científico Conhecer, Goiânia, v.8, n.15, 2012.
<https://www.conhecer.org.br/enciclop/2012b/ciencias%20humanas/identificacao%20preliminar.pdf>

OWEN, C. Ghosts in the Machine: Rethinking Learning Work and Culture in Air Traffic Control. New York: CRC Press, 2018. <https://doi.org/10.1080/00140139.2018.1507518>

PESSOA, YLDRY SOUZA RAMOS QUEIROZ et al . Cargas de Trabalho na Saúde do Controlador de Tráfego Aéreo. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília , v. 20, n. 1, p. 899-905, mar. 2020. <https://doi.org/10.17652/rpot/2020.1.16742>





PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R.. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318–325, ago. 1995.
<https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?lang=pt>

TEIXEIRA, D. C. **Da segurança operacional à qualidade de vida no trabalho**: avaliação da fadiga mental de profissionais do controle de tráfego aéreo após um turno vespertino. 2022. Dissertação (Mestrado em Neurociências e Comportamento) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47135/tde-15122022-102003/pt-br.php>

VALLE, L. E. L. R. do; VALLE, E. L. R. do; REIMAO, R. Sono e aprendizagem. *Rev. psicopedag.*, São Paulo , v. 26, n. 80, p. 286-290, 2009.
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000200013

Submissão: 25/07/2024
1ª revisão: 10/02/2025
2ª revisão: 19/03/2025
Aceite: 25/06/2025

**OS CAMINHOS PARA A FARDA: COMO AS POLÍCIAS MILITARES
SELECIONAM SEUS SOLDADOS****THE PATHS TO THE UNIFORM: HOW MILITARY POLICE SELECT THEIR
SOLDIERS****LOS CAMINOS HACIA EL UNIFORME: CÓMO LA POLICÍA MILITAR
SELECCIONA A SUS SOLDADOS**

Fabíola Fatima das Chagas¹ 
Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
Leonardo Pinho Pereira e Souza² 
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
Thais Wanderley da Rocha Bezerra³ 
Polícia Militar de Pernambuco
Andersson Pereira dos Santos⁴ 
Polícia Federal

RESUMO

O processo de recrutamento e seleção das Polícias Militares no Brasil é determinante para a composição e a qualidade do efetivo policial, impactando diretamente a segurança pública. Este estudo analisou os editais de concursos públicos para o cargo de soldado nas 27 unidades federativas, com o objetivo de identificar padrões, variações e a relação entre os critérios seletivos adotados e as diretrizes da Lei nº 14.751/2023. A pesquisa utilizou análise de conteúdo segundo Bardin (2011), aplicando sistematicamente três fases: pré-análise (seleção dos editais e leitura flutuante), exploração do material (categorização temática dos critérios seletivos) e interpretação (análise comparativa entre estados). Os principais achados foram: 74% dos estados exigem ensino médio como escolaridade mínima, 25,93% exigem graduação, 55,56% impõem limitações nas vagas femininas, 100% realizam avaliação psicológica sem especificação adequada dos instrumentos utilizados, 96,30% exigem testes de capacidade aeróbica e 74,07% incluem conhecimentos jurídicos nos conteúdos programáticos. Devido à publicação da Lei nº 14.751/2023 em dezembro de 2023, o estudo analisou sua relação com os editais vigentes, sem pretensão de avaliar impactos efetivos. Os resultados evidenciam a necessidade de padronização técnica dos processos seletivos, especialmente na avaliação psicológica, e contribuem para o debate sobre a profissionalização das Polícias Militares e o aprimoramento dos mecanismos de seleção.

¹Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Grande Dourados na área de Microbiologia Aplicada. Possui MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública pela Universidade de Brasília. Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia, Brasília (DF), Brasil.

²Major do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Possui MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública pela Universidade de Brasília. MBA em Gestão Ambiental Integrada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Experiência na área de defesa e segurança pública, com ênfase em salvamento em desastres, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

³Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco. Tecnóloga em Design Gráfico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Possui MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública pela Universidade de Brasília. Atualmente, é Cabo da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, Recife (PE), Brasil; E-mail: thais.w.rocha@gmail.com

⁴Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Delegado de Polícia Federal. Coordenador de Recrutamento e Seleção da Polícia Federal. Professor da Academia Nacional de Polícia - ANP/PF, Brasília (DF), Brasil.

Palavras-chave: Polícias Militares; Segurança Pública; Recrutamento Policial; Seleção de Pessoal; Concursos Públicos; Avaliação Psicológica

ABSTRACT

The recruitment and selection process of Military Police in Brazil is a key factor in shaping the composition and quality of the police force, directly affecting public safety. This study analyzed public selection notices for the position of soldier across all 27 Brazilian states, aiming to identify patterns, variations, and the relationship between selection criteria and the guidelines established by Law nº 14,751/2023. The research employed content analysis based on Bardin (2011), systematically applying three phases: pre-analysis (selection of notices and initial reading), material exploration (thematic categorization of selection criteria), and interpretation (comparative analysis across states). The main findings includes: 74% of states require a high school diploma, 25.93% require a college degree, 55.56% impose restrictions on female candidates, 100% conduct psychological evaluations without specifying validated instruments, 96.30% require aerobic fitness tests, and 74.07% include legal knowledge in the exam content. Given that Law nº 14,751/2023 was enacted in December 2023, the study examined its alignment with current practices, without assessing its actual impact. The results highlight the need for technical standardization of selection processes, especially psychological assessments, and contribute to the debate on the professionalization of Military Police and the improvement of recruitment mechanisms.

Keywords: Military Police; Public Safety; Police Recruitment; Personnel Selection; Public Examinations; Psychological Assessment

RESUMEN

El proceso de reclutamiento y selección de la Policía Militar en Brasil es un factor clave en la composición y calidad del cuerpo policial, con impacto directo en la seguridad pública. Este estudio analizó los edictos de concursos públicos para el cargo de soldado en las 27 unidades federativas brasileñas, con el objetivo de identificar patrones, variaciones y la relación entre los criterios de selección y las directrices establecidas por la Ley nº 14.751/2023. La investigación utilizó el análisis de contenido según Bardin (2011), aplicando sistemáticamente tres fases: preanálisis (selección de edictos y lectura inicial), exploración del material (categorización temática de los criterios de selección) e interpretación (análisis comparativo entre estados). Los principales hallazgos fueron: el 74% de los estados exige educación secundaria, el 25,93% exige título universitario, el 55,56% impone restricciones a las vacantes femeninas, el 100% realiza evaluación psicológica sin especificar instrumentos validados, el 96,30% exige pruebas de capacidad aeróbica y el 74,07% incluye conocimientos jurídicos en el contenido programático. Dado que la Ley nº 14.751/2023 fue promulgada en diciembre de 2023, el estudio analizó su relación con los edictos vigentes, sin pretender evaluar sus impactos efectivos. Los resultados evidencian la necesidad de estandarización técnica de los procesos de selección, especialmente en la evaluación psicológica, y contribuyen al debate sobre la profesionalización de la Policía Militar y el perfeccionamiento de los mecanismos de reclutamiento.

Palabras clave: Policía Militar; Seguridad Pública; Reclutamiento Policial; Selección de Personal; Exámenes Públicos; Evaluación Psicológica

1 INTRODUÇÃO

O processo de recrutamento e seleção das Polícias Militares no Brasil desempenha um papel central na formação dos efetivos responsáveis pela segurança pública (Aguiar; Santana, 2018). Dada a complexidade das funções policiais, os critérios de ingresso, as etapas de seleção e a formação inicial influenciam diretamente a composição e a qualidade do efetivo policial (Coelho; Menon, 2018).

Esta pesquisa tem por objetivo identificar como se estruturam os processos seletivos para o cargo de soldado nas Polícias Militares brasileiras, quais são as principais semelhanças e variações entre os estados e de que forma as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.751/2023 se relacionam com as práticas observadas nos editais de concursos. A qualidade do processo seletivo e de treinamento dos agentes de segurança pública é fundamental para garantir um serviço eficiente e de qualidade à população (Chaves; Santos, 2022).

O estudo analisa editais publicados entre 2014 e 2024, permitindo uma abordagem comparativa entre as 27 unidades federativas, o que possibilita identificar padrões, divergências e tendências nas seleções realizadas ao longo dos anos (Fontainha *et al.*, 2015). As variações observadas, como diferenças na exigência de escolaridade, percentuais de vagas femininas e critérios de avaliação física, justificam a necessidade de sistematização nacional dos processos seletivos.

A relevância do tema reside na importância da qualidade dos mecanismos de seleção para a efetividade das instituições policiais e para a segurança da sociedade (Doroteu, 2017). Ademais, é fundamental discutir se os critérios adotados estão alinhados às demandas contemporâneas da segurança pública e às necessidades institucionais das corporações policiais (Bail; Rocha, 2023).

O estudo também contribui para o debate acerca do papel dos concursos públicos na composição das forças de segurança, considerando questões como meritocracia, inclusão e padrões avaliativos (Oliveira; Castro Junior; Montalvão, 2022). O mapeamento realizado contribui para o debate sobre a profissionalização das Polícias Militares e oferece subsídios para o aprimoramento das políticas públicas de recursos humanos em segurança.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está subdividido em três seções. A primeira seção aborda os fundamentos teóricos do recrutamento e seleção, enfatizando sua importância estratégica para as organizações, incluindo as Polícias Militares. A segunda foca no concurso público e o recrutamento policial, ressaltando que o concurso público se consolidou como forma exclusiva



de acesso a cargos públicos no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988. Por fim, a terceira seção apresenta questões relacionadas à avaliação psicológica em seleção policial.

2.1 Recrutamento e Seleção

O recrutamento e a seleção de pessoal são processos fundamentais para as Polícias Militares do Brasil, pois determinam a qualidade e o perfil dos profissionais que irão compor essas instituições (Doroteu, 2017). Nesse sentido, é importante compreender os principais conceitos e abordagens teóricas que embasam estas práticas, bem como as tendências e desafios enfrentados no contexto nacional.

A literatura sobre o tema indica que o recrutamento e a seleção devem ser vistos como processos estratégicos para as organizações, uma vez que impactam diretamente na capacidade organizacional e no alcance dos objetivos institucionais (Souza *et al.*, 2015). Segundo Demo, Fogaça e Costa (2018), a gestão de pessoas assume papel essencial nas organizações, sendo fonte de competência organizacional. Nessa perspectiva, as políticas e práticas de recursos humanos, incluindo o recrutamento e a seleção, devem ser valorizadas e desenvolvidas de forma alinhada com a estratégia organizacional. Segundo Silva e Valdevino (2020), o investimento em técnicas inovadoras nesses processos é fundamental para que as organizações possam se manter competitivas e alcançar o sucesso.

O recrutamento visa atrair candidatos qualificados para uma vaga de emprego (Gill, 2021; Shahnaei; Long, 2014). É o primeiro estágio do processo de contratação, que continua até a seleção e a colocação do candidato qualificado (Gill, 2021). Um recrutamento bem-sucedido requer preparação e deve visar preencher a vaga com o melhor candidato ao menor custo (Warre-Dymond, 2000).

A seleção é o processo de escolher o candidato mais adequado para a vaga de emprego entre o conjunto de candidatos recrutados (Ye, 2022). Segundo Demo, Fogaça e Costa (2018), uma seleção eficaz cria um conjunto mais amplo de candidatos, melhora a qualidade do grupo de talentos e ajuda a atender às metas de crescimento organizacional.

Entretanto, pesquisas realizadas no contexto brasileiro apontam que, muitas vezes, as práticas de gestão de pessoas nas organizações, contexto no qual se incluem as Polícias Militares, ainda estão centradas na “dimensão operacional”, com prevalência de modelos de gestão de pessoas pouco estratégicos (Sant’anna; Diniz; Paiva, 2018). Essa realidade revela a necessidade de uma maior profissionalização do departamento de recursos humanos nessas instituições, alinhada a uma perspectiva mais estratégica.

Alguns dos principais obstáculos encontrados no processo de recrutamento e seleção incluem a identificação de candidatos com as competências e experiência necessárias, a gestão eficiente do tempo e dos custos, bem como a garantia de um procedimento justo e imparcial. Para superar esses desafios, as organizações devem implementar técnicas de recrutamento mais eficazes, como a utilização de redes sociais e o aproveitamento de referências fornecidas por funcionários atuais (Ye, 2022; Silva; Valdevino, 2020).

Pesquisas sobre recrutamento e seleção têm se concentrado em tópicos como segmentação de recrutamento, métodos de recrutamento, mensagem de recrutamento, recrutadores, visita ao local da organização, oferta de emprego e momento das ações de recrutamento (Breaugh, 2013). Há também uma necessidade crescente de pesquisa que aborde os recentes desenvolvimentos no campo, como o impacto da tecnologia e da globalização no recrutamento e seleção (Potočnik *et al.*, 2021). As organizações, incluindo as Polícias Militares, precisam desenvolver políticas e práticas de recrutamento e seleção mais estratégicas e alinhadas com seus objetivos organizacionais, de modo a atrair e reter talentos comprometidos com a instituição e sua missão, considerando que o concurso público é a forma de recrutar e selecionar nas organizações públicas brasileiras (Sant’anna; Diniz; Paiva, 2018; Lacombe; Tonelli, 2001).

2.2 Concurso Público e o Recrutamento Policial

Na década de 1930, o concurso público foi estabelecido como forma de admissão e a estabilidade foi instituída para funcionários públicos no Brasil, visando a profissionalização do serviço público (Santos; Machado; Gomes, 2018). A Constituição de 1934 introduziu a obrigatoriedade do concurso para cargos de carreira, o que foi mantido na Constituição de 1937 (Di Pietro, 2018). Após 1945, houve declínio do emprego do concurso público até que a Constituição de 1988 o instituiu como instrumento exclusivo para o acesso a qualquer cargo ou emprego público (Maia, 2021).

No contexto brasileiro, os concursos públicos são frequentemente permeados por uma “ideologia concurseira”, nos quais a ênfase recai sobre a capacidade de realizar provas, em detrimento da avaliação de competências essenciais para o exercício do cargo (Fontainha *et al.*, 2015). Essa ideologia fomenta um sistema autorreferencial, que se concentra principalmente na avaliação de conhecimentos técnicos, nem sempre avaliando habilidades comportamentais e atitudinais necessárias para o desempenho da função policial (Pires *et al.*, 2005; Macêdo *et al.*, 2016).

Os mecanismos de seleção empregados nos concursos públicos são variados, incluindo

provas objetivas, discursivas, orais, práticas, avaliações psicológicas e análise de títulos (Araujo; Oliveira; Cardoso, 2020). Contudo, observa-se um predomínio de provas objetivas de múltipla escolha, com uma carência de avaliações práticas e simulações do contexto de trabalho (Oliveira; Castro Junior; Montalvão, 2022), verificando-se que a exigência do conhecimento jurídico tem sido recorrente nos concursos públicos, possivelmente por se tratar de um conteúdo que se faz presente em todas as interações dos indivíduos entre si, com o Estado e com as instituições. (Lima; Silva, 2024). A subjetividade em avaliações como provas orais e entrevistas também é uma preocupação, demandando critérios objetivos e transparentes (Araujo; Oliveira; Cardoso, 2020).

O edital emerge como um instrumento crucial nesse processo, definindo as regras do concurso e o perfil do profissional almejado (Nunes, 2014). Ele funciona como um guia para os candidatos e um meio de comunicação das expectativas institucionais, embora sua heterogeneidade em conteúdo e formato seja notável. A busca por objetividade e impessoalidade é uma característica central dos concursos públicos, mas pode resultar em ineficiências na contratação, como a exclusão de etapas mais adequadas para avaliar o perfil profissional, como as entrevistas (Coelho; Menon; 2018).

A análise profissiográfica e o mapeamento de competências são ferramentas importantes para definir o perfil ideal de um policial, considerando as tarefas, responsabilidades e competências necessárias para o bom desempenho do cargo (Parpinelli; Lunardelli, 2006). A análise profissiográfica tem como objetivo principal o levantamento detalhado do perfil profissiográfico de um cargo, analisando suas características e peculiaridades e indicando as características pessoais necessárias ao bom desempenho do cargo, assim como as restritivas ou impeditivas (Faiad *et al.*, 2012).

O mapeamento de competências, por outro lado, consiste na identificação e na operacionalização das competências existentes na organização, no nível individual, visando identificar o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs) necessários para um determinado cargo (Brandão; Bahry, 2005), em consonância com as informações obtidas na profissiografia. Logo, essas ferramentas podem auxiliar não apenas na seleção, mas também na formação e no desenvolvimento dos profissionais da área de segurança pública (Faiad *et al.*, 2012).

O concurso público para as carreiras policiais, de modo geral, é executado em fases, compreendendo: prova de múltipla escolha, podendo ser acrescida de redação e/ou prova discursiva (Gaines; Falkenberg, 1998); avaliação psicológica (Faiad *et al.*, 2012); apresentação de exames médicos (Trottier; Brown, 1994) e exames toxicológicos (Mccafferty, 2003); testes



de aptidão física (Caglar, 2004); investigação social (Inzunza, 2016); e, em alguns casos, prova de títulos. A avaliação psicológica, relevante para analisar as características psicológicas desejáveis para o cargo, deve ser fundamentada em critérios objetivos e cientificamente validados (Gonçalves, 2020). A análise de títulos, embora presente, frequentemente possui um caráter meramente classificatório (Oliveira; Castro Junior; Montalvão, 2022).

A busca por estabilidade é uma das principais motivações para se ingressar no serviço público (Albrecht; Krawulski, 2011). Os concursos são vistos como uma via de entrada e progressão na carreira pública. Contudo, é fundamental que as expectativas dos candidatos estejam alinhadas com as necessidades da organização, algo que nem sempre é garantido pelo modelo atual. As âncoras de carreira, por sua vez, auxiliam na compreensão das escolhas profissionais dos candidatos, incluindo o interesse pelo setor público (Sales; Xavier Filho; Damascena, 2017).

Por outro lado, manter o nível da força de trabalho policial é um dos desafios mais salientes enfrentados pela polícia (Den Heyer; Mendel, 2019). A longo prazo, tanto a oferta quanto a demanda por policiais qualificados estão mudando em um momento de crescente atrito, expansão das responsabilidades da polícia e diminuição de recursos (Wilson; Heinonen, 2012). Isso contribui para as dificuldades que muitas agências relatam em criar uma força de trabalho que represente a demografia de suas comunidades, que esteja comprometida em fornecer a seus funcionários a oportunidade de carreiras policiais de longo prazo e que implemente efetivamente o policiamento comunitário (Wilson *et al.*, 2010).

A promoção da diversidade e da inclusão nos processos seletivos públicos tem se consolidado como um imperativo ético e constitucional, especialmente diante das persistentes desigualdades de gênero observadas nos editais de concursos. Logo, outro desafio às polícias é garantir que os métodos de avaliação não resultem em discriminação racial ou de gênero e que promovam a diversidade dentro das corporações. Estudos como os de Faiad *et al.* (2012) e Pivetta (2019) evidenciam que, historicamente, as mulheres enfrentam barreiras estruturais e simbólicas que limitam sua participação equitativa em certames públicos, seja pela ausência de políticas afirmativas, seja pela formulação de critérios que reproduzem estereótipos de gênero.

Raganella e White (2004) afirmam que a igualdade de oportunidades no emprego é um indicador de justiça social e a diversidade entre o pessoal policial promove a percepção de legitimidade da polícia. Diante desses desafios, o Brasil implementou uma política de ação afirmativa para ampliar a participação de mulheres nas forças policiais, como forma de reduzir a desigualdade de gênero (Faiad *et al.*, 2012; Chaves; Santos, 2022), coibindo violações aos direitos de igualdade e não-discriminação (Pivetta, 2019).



Dadas as diferenças nas vagas destinadas às mulheres em vários estados nas forças policiais militares, onde na maioria das vezes são estipulados percentuais inferiores ao ideal, foram ajuizadas diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra essas normas. Essas ações são julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para avaliar se uma determinada lei ou ato normativo federal ou estadual é inconstitucional (Mendes, 1999).

Em outubro de 2023, a Procuradoria-Geral da República (PGR) protocolou 14 ADIs no STF, contestando leis estaduais que estabelecem limites através da reserva de vagas para mulheres nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares (Silva; Neves, 2024). Conforme apontado por Silva e Neves (2024), o objetivo dessas ações foi transformar esses valores mínimos em ampla concorrência, uma vez que, geralmente, os editais restringem a participação das mulheres para cerca de 10% a 30% do total de vagas disponíveis, podendo variar de estado para estado.

2.3 Avaliação Psicológica em Seleção Policial

A avaliação psicológica em concursos para a carreira policial constitui uma etapa de alta complexidade técnica e sensibilidade ética, sendo fundamental para assegurar a compatibilidade entre os candidatos e as exigências da função policial (Thadeu; Ferreira; Faiad, 2012). Trata-se de um processo que deve ser conduzido com base em critérios científicos rigorosos, respeitando os princípios da psicometria, as normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os direitos fundamentais dos candidatos (Parpinelli; Lunardelli, 2006; Vasconcelos; Nascimento; Sampaio, 2011).

A qualidade técnica da avaliação psicológica depende da observância de três pilares psicométricos: validade, fidedignidade e normatização (Bueno; Peixoto, 2018). A validade se refere à capacidade do instrumento de medir, de forma precisa, os construtos psicológicos relevantes para o desempenho da função policial, como controle emocional, impulsividade, tomada de decisão sob pressão e resistência ao estresse (Faiad; Alves, 2018). A fidedignidade, por sua vez, diz respeito à consistência dos resultados obtidos, assegurando que o desempenho do avaliado não seja fruto do acaso ou de variações contextuais (Fensterseifer; Werlang, 2005). Já a normatização implica a existência de dados comparativos obtidos em amostras representativas da população-alvo, permitindo interpretações contextualizadas e justas (Primi, 2003).

Autores como Primi (2010), Noronha *et al.* (2023) e Faiad *et al.* (2012) têm contribuído significativamente para o desenvolvimento e a validação de instrumentos psicológicos no Brasil, enfatizando a necessidade de rigor metodológico e de contínua atualização das normas

técnicas, especialmente em contextos de alta responsabilidade social como o da segurança pública. A Resolução CFP nº 01/2002, posteriormente substituída pela Resolução nº 02/2016, estabeleceu diretrizes para a realização da avaliação psicológica em concursos públicos. Exige-se que os instrumentos utilizados sejam aprovados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), garantindo sua validade científica e adequação ética (Faiad; Alves, 2018).

Além disso, determina que os editais explicitem os objetivos da avaliação, os critérios de aprovação e os instrumentos a serem utilizados, promovendo maior transparência e previsibilidade para os candidatos (Parpinelli; Lunardelli, 2006). A Resolução CFP nº 08/2025 introduziu avanços importantes, como a obrigatoriedade da entrevista devolutiva, a composição técnica das bancas e a exigência de fundamentação científica para os requisitos psicológicos, que devem ser definidos com base em análise profissiográfica do cargo (CFP, 2025).

A definição dos requisitos psicológicos deve ser precedida por uma análise científica do trabalho policial, denominada profissiografia (Parpinelli; Lunardelli, 2006). Essa metodologia permite identificar, com base em evidências empíricas, os traços de personalidade, habilidades cognitivas e competências socioemocionais essenciais para o exercício da função (Faiad *et al.*, 2012). No contexto policial, características como julgamento ético, tolerância à frustração e capacidade de operar sob pressão são frequentemente destacadas como essenciais.

A avaliação psicológica na segurança pública difere substancialmente daquela realizada em outros setores organizacionais (Thadeu *et al.*, 2012). A natureza do trabalho policial, que envolve risco de vida, uso da força e tomada de decisão em situações críticas, exige critérios mais específicos e rigorosos (Santos, 2016). A ausência de uma profissiografia bem definida compromete a validade da avaliação e pode resultar em critérios subjetivos ou discriminatórios (Parpinelli; Lunardelli, 2006).

Por esse motivo, um ponto desafiador às polícias militares é o grande número de judicializações provocadas por candidatos reprovados em alguma das fases do concurso público, que recorrem ao Poder Judiciário na busca por garantir direitos, tratando-se de situação que, eventualmente, faculta a entrada de pessoas inaptas nas fileiras das polícias (Pavan, 2009; Thadeu *et al.*, 2012). Um dos maiores desafios enfrentados no contexto da avaliação psicológica em concursos públicos é a interferência do Poder Judiciário nos processos de seleção (Faiad *et al.*, 2021).

Nesse contexto, Santos e Peixoto (2024) analisaram 140 decisões judiciais e identificaram 22 pontos questionados dos quais se destacam as discussões acerca da vedação do uso do perfil profissiográfico, da necessidade de disponibilização prévia dos requisitos,



instrumentos e perfil, bem como do seu caráter supostamente subjetivo, demonstrando como a judicialização da fase da avaliação psicológica impacta em concursos para cargos policiais. Gonçalves (2020), por sua vez, investigou se há possibilidade de anulação, por parte do Poder Judiciário, de ato de eliminação de candidato em concurso público, decorrente de Avaliação Psicológica, e concluiu haver base jurídica para a anulação do referido ato.

Tendo apresentado o referencial teórico que embasa a presente pesquisa sobre o processo de recrutamento e seleção das Polícias Militares no Brasil, a próxima seção descreverá, detalhadamente, os percursos metodológicos empregados para alcançar os objetivos propostos.

3 MÉTODO

A presente pesquisa adota uma metodologia qualitativa e descritiva, fundamentada na análise documental dos editais de concursos públicos das Polícias Militares brasileiras. O objetivo do estudo foi identificar como os critérios e requisitos para ingresso na carreira de soldado policial militar são organizados nos concursos públicos e elencar possíveis consequências da Lei nº 14.751/2023 sobre os processos de seleção dessas organizações.

Através do estudo foi possível descrever o método de seleção e recrutamento das Polícias Militares no Brasil, identificando padrões, divergências e tendências nos concursos públicos para provimento no cargo de soldado de Polícia Militar. Para atingir o objetivo proposto, a análise documental se justifica pela sua capacidade de revelar a intencionalidade e prioridades das instituições, bem como os critérios estabelecidos para a seleção de pessoal (Faiad *et al.*, 2012).

A escolha dessa abordagem se fundamenta pela necessidade de examinar os editais como fontes primárias que regulamentam o ingresso nas corporações militares estaduais, permitindo uma investigação metódica das normas e exigências adotadas em diferentes unidades federativas. O exame documental, nesse contexto, possibilita a identificação de elementos comuns e divergentes nos critérios de seleção, bem como a verificação da adequação desses critérios às demandas e desafios da função policial militar (Faiad *et al.*, 2012).

Os dados da pesquisa foram coletados a partir dos editais de concursos públicos para ingresso nas Polícias Militares do Brasil, obtidos por meio de fontes oficiais, como sites institucionais das corporações policiais, bancas organizadoras de concursos, diários oficiais e portais de transparência governamental. De acordo com Bowen (2009), documentos oficiais constituem uma fonte confiável de dados em pesquisas qualitativas, pois refletem normativas institucionais e diretrizes organizacionais, sendo essenciais para o entendimento das práticas

institucionais e sua evolução ao longo do tempo.

Para garantir a relevância e a atualidade da avaliação, selecionou-se o último edital publicado por cada estado brasileiro para o cargo de soldado. Os critérios de inclusão adotados englobam editais completos de concursos públicos para ingresso nas Polícias Militares estaduais, desde que estivessem disponíveis em fontes oficiais. Editais incompletos, documentos não oficiais ou processos seletivos que não fossem voltados à formação inicial dos militares estaduais foram excluídos da análise.

A investigação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2011). Essa técnica permitiu identificar categorias temáticas relacionadas às etapas do recrutamento, aos critérios de seleção e aos requisitos exigidos, possibilitando uma comparação entre diferentes estados e a identificação de padrões e variações.

O processo foi conduzido em três fases. Na primeira fase, examinou-se as etapas seletivas, contemplando os conteúdos programáticos das provas objetivas e discursivas, a aplicação de provas orais, testes de aptidão física e a presença de provas práticas que simulam situações reais de trabalho, avaliações psicológicas e análise de títulos, bem como os requisitos exigidos, como escolaridade, idade, exames médicos e toxicológicos. Verificou-se ainda qual a banca organizadora do concurso, se há previsão de reserva de vagas para pessoas com deficiência, para pessoas do sexo feminino e cotas raciais, além da exigência de ser habilitado na condução de veículo automotor.

A segunda fase consistiu na identificação de padrões e divergências, observando quais critérios e etapas são comumente adotados e quais particularidades regionais influenciam o processo seletivo. Também foram analisadas tendências, considerando possíveis mudanças nos editais ao longo dos anos. A terceira fase buscou avaliar a adequação dos critérios adotados, com destaque para a Lei nº 14.751/2023, que instituiu a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares, nos processos seletivos e nos critérios de admissão.

A abordagem metodológica adotada buscou fornecer uma visão abrangente dos processos de seleção de soldados nas Polícias Militares, contribuindo para o aprimoramento das práticas de recrutamento e seleção e para a profissionalização das instituições de segurança pública no Brasil (Chaves; Santos, 2022; Faiad *et al.*, 2012; Silva; Valdevino, 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos estão discutidos a seguir, subdivididos em quatro seções. A primeira seção apresenta os comparativos entre as polícias militares quanto aos requisitos para

ingresso, entidades organizadoras dos concursos e vagas ofertadas. A segunda, aborda quais testes de aptidão física são exigidos em cada estado. A terceira, identifica quais são os conteúdos programáticos avaliados nas provas escritas para ingresso. E a quarta, discorre sobre os principais reflexos da instituição da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares no processo de ingresso na carreira de soldado.

4.1 Análise dos Requisitos para Ingresso, Entidades Organizadoras e Vagas Ofertadas

Os editais analisados nessa pesquisa foram divulgados nos anos de 2014, 2017, 2018, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. De acordo com o Quadro 1, os anos de 2022 e 2023 foram os que mais editais foram lançados, computando sete em cada ano. O edital mais antigo, de 2014, é referente ao concurso público para ingresso na Polícia Militar de Rondônia (PMRO). Os três editais mais recentes, de 2024, são da Polícia Militar de Sergipe (PMSE), Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Quadro 1. Ano dos últimos concursos públicos realizados para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar

Ano	Quantidade	Estados
2014	1	Rondônia
2017	2	Acre, Maranhão
2018	1	Roraima
2020	2	Paraná, Tocantins
2021	4	Alagoas, Rio Grande do Sul, Amazonas, Piauí
2022	7	Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amapá, Espírito Santo
2023	7	Pernambuco, Paraíba, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pará, Rio de Janeiro
2024	3	Sergipe, São Paulo, Minas Gerais

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 2, verifica-se que em 20 editais o nível de escolaridade exigido é o Ensino Médio, o que representa 74,07% dos editais analisados, enquanto em sete editais a exigência é de Graduação, perfazendo 25,93%. Embora o nível de graduação ainda não esteja sendo amplamente requerido nos concursos públicos das polícias militares, Romadhon e Soeling (2024) apontaram a necessidade do incremento da performance dos policiais para atender às demandas da sociedade atual, o que indica tendência de o nível de graduação ser cada vez mais exigido, o que, em tese, proporcionaria um melhor desempenho profissional dos soldados recrutados.

Quadro 2. Escolaridade exigida para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar

Escolaridade	Quantidade	Estados
Ensino Médio	20	Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Piauí, Sergipe, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Espírito Santo
Graduação	7	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Minas Gerais

Fonte: Elaborado pelos autores.

As bancas organizadoras de concursos públicos mais recorrentes foram o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), a Assessoria em Organização de Concursos Públicos (AOCP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) com cinco, quatro e três editais, respectivamente, conforme pode ser visualizado no Quadro 3.

Em Mato Grosso e no Paraná, o concurso público é organizado e executado pelas respectivas universidades federais desses estados. Já em Roraima e no Piauí são as respectivas universidades estaduais as organizadoras. Todas as bancas executam as etapas dos concursos públicos com o acompanhamento e colaboração de comissões constituídas por integrantes das secretarias de segurança pública e polícias militares dos respectivos estados. A Polícia Militar de Minas Gerais se destaca como sendo a única corporação a gerir e executar o próprio concurso público.

Quadro 3. Banca organizadora dos concursos públicos para provimento no cargo de soldados da Polícia Militar

Banca	Quantidade	Estados
CEBRASPE	5	Alagoas, Santa Catarina, Maranhão, Pará, Tocantins
AOCP	4	Pernambuco, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo
FGV	3	Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo
FCC	2	Bahia, Amapá
IBFC	2	Paraíba, Rio Grande do Norte
IDECAN	2	Ceará, Mato Grosso do Sul
FUFMT	1	Mato Grosso
FUNCAB	1	Rondônia
FUNDATE	1	Rio Grande do Sul
IBADE	1	Acre
PMMG	1	Minas Gerais
SELECON	1	Sergipe
UERR	1	Roraima
UESPI	1	Piauí
UFPR	1	Paraná

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 14 editais, o que representa 51,85%, a idade limite para ser admitida(o) é de 30 anos, seguida pela idade de 35 anos, especificada em seis editais (22,22%), de 32 anos em três editais (11,11%), 29 anos em um edital (3,70%), 28 anos em dois editais (7,41%) e 25 anos em um edital (3,70%), como pode ser observado na Quadro 4.

Quadro 4. Idade limite para ingresso no posto de soldado da Polícia Militar em cada estado

Idade	Quantidade	Estados
25	1	Rio Grande do Sul
28	2	Rondônia, Espírito Santo
29	1	Ceará
30	14	Pernambuco, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Acre, Amapá, Maranhão, Pará, São Paulo, Minas Gerais
32	3	Paraíba, Rio de Janeiro, Tocantins
35	6	Mato Grosso, Roraima, Amazonas, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à limitação de vagas por sexo, em 12 editais (44,44%) não foram identificadas restrições, enquanto em 15 (55,56%) identificou-se limitação na quantidade de vagas para o sexo feminino (Quadro 5). Foi verificado que, em mais da metade dos estados, as Polícias Militares continuam impondo limites para que as mulheres exerçam seus direitos, o que infringiria a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo Silva e Neves (2024).

Quadro 5. Limitação das vagas por sexo nos concursos públicos para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar

Limite de vagas por sexo	Quantidade	Estados
Não	12	Pernambuco, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Amapá, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo
Sim	15	Paraíba, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Piauí, Pará, Tocantins

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os estados da Paraíba, Acre e Amapá não mencionam a exigência de o candidato ser habilitado na condução de veículo automotor. Já Mato Grosso, Pernambuco e Santa Catarina exigem apenas Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, enquanto Maranhão exige categoria “A” ou “B”, Piauí exige categoria “AB” e os demais estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Amazonas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Minas Gerais e Espírito Santo) exigem, pelo menos, CNH de categoria “B”.



Vagas para pessoas com deficiência são reservadas apenas nos estados de Pernambuco, Roraima e Maranhão, enquanto vagas para candidatos negros são reservadas em 10 estados e para negros e indígenas as reservas ocorrem em quatro estados. Observou-se que 13 estados não fazem reserva de vagas para negros e/ou indígenas, como pode ser visualizado no Quadro 6.

Quadro 6. Reserva de vagas nos concursos públicos para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar

Reserva de vagas	Quantidade	Estados
Não	13	Alagoas, Goiás, Santa Catarina, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Amapá, Piauí, Pará, Tocantins, Minas Gerais, Pernambuco
Negros	10	Paraíba, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte
Negros e Indígenas	4	Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, se verifica que, apesar de a literatura apontar a importância da diversidade entre o pessoal policial para promover a percepção de legitimidade da polícia (Raganella; White, 2004), nos seus concursos públicos para provimento no cargo de soldado, a Polícia Militar possui dificuldades em criar uma força de trabalho que represente a demografia de suas comunidades (Wilson *et al.*, 2010), uma vez que o estabelecimento dessas reservas de vagas depende da legislação estadual.

4.2 Análise dos Conteúdos Programáticos das Provas Escritas

A análise dos conteúdos programáticos exigidos nos concursos das Polícias Militares permite identificar as áreas do conhecimento mais valorizadas na seleção dos candidatos. A seguir, na Figura 1 é apresentada a distribuição desses conteúdos nos editais analisados.

Figura 1 – Análise dos conteúdos programáticos existentes em cada estado, nos concursos públicos para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar

Distribuição dos Conteúdos Programáticos nos Estados

	Disciplinas														
Estados	Língua Portuguesa	Conhecimento Local	Matemática	Inglês/Espanhol	Informática	Direito	Legislação Específica	Raciocínio Lógico	Redação	História Geral	Geografia Geral	Igualdade Racial/Gênero	Noções de Gestão	Física	Química
Pernambuco	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Paraíba	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1
Alagoas	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1
Bahia	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1
Ceará	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Distrito Federal	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Goiás	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1
Mato Grosso do Sul	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Mato Grosso	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0
Paraná	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1
Rio Grande do Sul	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Santa Catarina	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Rondônia	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Roraima	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Acre	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Amazonas	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Amapá	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1
Maranhão	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1
Piauí	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1
Sergipe	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1
Rio Grande do Norte	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Pará	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1
Rio de Janeiro	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
São Paulo	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1
Tocantins	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Minas Gerais	0	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1
Espírito Santo	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1

Legenda	
0	Exige a disciplina
1	Não exige a disciplina

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos conteúdos programáticos dos editais dos concursos de ingresso nas Polícias Militares brasileiras identificou que a Língua Portuguesa tem sido essencial em todos os certames analisados, presente em 100,00% dos editais pesquisados. Isso demonstra a importância do domínio da língua para a atuação policial, abrangendo desde a comunicação com a população até a elaboração e interpretação de relatórios, documentos oficiais e normativos (Aguiar; Santana, 2018). Segundo Fontainha et al. (2015), a competência linguística

é fundamental para o desempenho das funções policiais, assegurando clareza e precisão na comunicação escrita e oral.

Os conhecimentos em Geografia e História de cada estado foram agrupados sob o termo “Conhecimento Local” devido à proximidade dos conteúdos abordados. Esse conteúdo foi exigido nos concursos públicos de 55,56% das Polícias Militares, evidenciando a importância dada ao conhecimento das particularidades regionais. Na ótica de Coelho e Menon (2018), o conhecimento local é imprescindível para a formação de cidadãos conscientes e engajados com a realidade de sua região, bem como para a compreensão do contexto sociocultural e geográfico em que atuarão. Além disso, os aspectos históricos e geográficos influenciam diretamente as operações de segurança pública, auxiliando na tomada de decisões estratégicas.

Conhecimentos em Matemática são cobrados em 13 (48,15%) dos 27 estados, refletindo a necessidade de habilidades quantitativas e numéricas no cotidiano das atividades policiais. De acordo com Macêdo et al. (2016), a habilidade técnica como a matemática é essencial para realizar cálculos precisos e interpretar dados numéricos para a elaboração de relatórios estatísticos, análises criminais, gestão de recursos e o desenvolvimento de estratégias de segurança pública, ou seja, cruciais na seleção e desempenho em setores públicos.

O Raciocínio Lógico, avaliado em 14 (51,85%) dos 27 estados, evidencia a valorização da capacidade analítica e de resolução de problemas, habilidades essenciais para o desempenho eficiente das funções policiais. Conforme Gill (2021), o raciocínio lógico é crucial para a tomada de decisões rápidas e precisas, especialmente em situações de crise que exigem respostas imediatas e bem fundamentadas.

De acordo com Breaugh (2013), o aprendizado de línguas estrangeiras expande os horizontes culturais e contribui para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Apesar de sua importância, o conhecimento em idiomas (Inglês e Espanhol) é exigido em apenas quatro das 27 Polícias Militares, representando 14,81% dos concursos analisados. Além de ampliar a competência linguística dos candidatos, ambas as línguas são amplamente utilizadas no cenário internacional e podem ser de grande importância para a atuação dos militares em operações conjuntas com forças internacionais, intercâmbios e treinamentos fora do país, além de facilitar a comunicação com turistas e estrangeiros (Breaugh, 2013).

O conhecimento em Informática, básica ou avançada, é exigido em 66,67% dos concursos, sendo exigido em 18 estados. Essa frequência demonstra a relevância do conhecimento em tecnologia da informação no cotidiano das atividades policiais. Segundo Macêdo et al. (2016), o domínio de informática é essencial para o registro de ocorrências,



consulta de dados, comunicação interna e externa, e a utilização de sistemas de informação que integram as operações policiais, garantindo a utilização de ferramentas digitais de forma eficiente. Essa competência é fundamental para o desempenho das funções policiais em um contexto de crescente digitalização e modernização das atividades de segurança pública (Faiad et al., 2012).

No presente estudo, o Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Processual Penal e outros ramos do Direito foram agrupados sob o termo “Direito”. Conforme a análise dos editais, vinte das Polícias Militares exigem algum tipo de conhecimento em Direito, representando 74,07% dos concursos analisados. De acordo com Lima e Silva (2024), o conhecimento jurídico se faz presente em todas as interações entre indivíduos. Desse modo, o Direito está inserido no dia a dia dos cidadãos em suas relações com outras pessoas, com o Estado e com as instituições, tornando essencial ter noções básicas de conceitos jurídicos. Além disso, essas áreas do Direito estão interligadas e são frequentemente aplicadas em conjunto na atuação dos policiais militares, garantindo o respeito aos direitos dos cidadãos e a legalidade de suas ações.

O conhecimento de Legislações Específicas, incluindo os Estatutos próprios das Polícias Militares e outras normativas estaduais, são avaliados em 70,37% dos concursos, sendo exigidas em 19 dos editais analisados. Essa frequência demonstra a importância de os candidatos compreenderem as normas e regulamentos internos, que orientam a conduta e as atividades dos policiais militares. Segundo Souza et al. (2015), o conhecimento das legislações específicas é essencial para a manutenção da disciplina e da ordem nas corporações policiais, bem como para assegurar a legalidade e a legitimidade das ações policiais.

A Redação é exigida em apenas nove (33,33%) concursos públicos. Essa baixa frequência indica uma abordagem diferenciada na avaliação das habilidades de escrita dos candidatos, que não é considerada um requisito universal no contexto do processo de seleção dos soldados das Polícias Militares brasileiras. No entanto, a inclusão da Redação em alguns estados reflete a importância atribuída à capacidade de expressão escrita organizada, expressando ideias de forma coesa e coerente, proporcionando clareza na comunicação. Oliveira e Castro Junior (2022) enfatizam que a competência na escrita é essencial para a produção de documentos que atendam aos padrões administrativos e legais exigidos pelas corporações policiais.

Conhecimentos acerca de História e Geografia do Brasil são exigidos por sete (25,93%) Polícias Militares. Conhecer os processos históricos brasileiros é considerado fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que influenciam a atuação policial, assim como



o entendimento das características geográficas do Brasil é essencial para a compreensão das dinâmicas socioespaciais que impactam diretamente a segurança pública (Ribeiro, 2011)

Conteúdos de Igualdade Racial e Gênero são exigidos em apenas três (11,11%) dos concursos para ingresso no cargo de soldado de Polícia Militar. Essa baixa frequência indica uma necessidade de maior sensibilização e inclusão dessas temáticas nos processos seletivos, visando promover a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, conforme defendido por Raganella e White (2004), promovendo justiça social e a percepção de legitimidade da polícia.

Noções de Gestão foram exigidas apenas pela Polícia Militar de Mato Grosso, verificando-se que a inclusão de conteúdos sobre gestão ainda é uma exceção nos processos seletivos para os cargos de praças. No entanto, esse tipo de conhecimento é fundamental para capacitar os futuros policiais a desempenharem funções administrativas e de liderança dentro das corporações militares. Segundo Chaves e Santos (2022), o conhecimento em gestão é crucial para a elaboração de estratégias, a administração de recursos e a tomada de decisões informadas, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e a eficiência das operações de segurança.

Assim como Noções de Gestão, os conhecimentos em Física e Química foram exigidos somente pela Polícia Militar mato-grossense. O conhecimento em ciências pode ser útil em situações que envolvam a compreensão da dinâmica de acidentes, a adequada preservação de cenas de crime e a manipulação segura de substâncias apreendidas em ocorrências, por exemplo.

A variedade de conhecimentos exigidos nos editais destaca a complexidade da função policial militar, indicando que se trata de uma atividade que requer um amplo conjunto de conhecimentos e habilidades. No entanto, a análise comparativa entre os diferentes estados revela uma heterogeneidade nos conteúdos programáticos, refletindo as particularidades e diferentes demandas de segurança pública de cada estado. A presença constante de conteúdos como Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico/Matemática e Noções de Direito evidencia a existência de um núcleo comum de conhecimentos essenciais para a formação dos policiais militares em todo o país (Aguiar; Santana, 2018).

4.3 Etapas Eliminatórias: Avaliação Médica, Investigação Social e Avaliação Psicológica

Seguindo o padrão dos processos de seleção para policiais, confirmando a literatura a respeito do tema, todos os estados exigem avaliação médica (Trottier; Brown, 1994), avaliação psicológica (Faiad et al., 2012), avaliação física (Caglar, 2004) e investigação social (Inzunza, 2016), com exceção da Bahia, onde essas fases não fazem parte do concurso, sendo tratadas

como etapas admissionais, posteriores à homologação do certame, e cuja execução é de responsabilidade da própria Polícia Militar da Bahia (PMBA).

Quanto ao exame toxicológico, todos os estados requerem, menos a Bahia (não faz parte do concurso) e Amapá (não é mencionado no edital). O estado do Amazonas é o único que tem etapa de avaliação de títulos no concurso público para soldado e, assim como informado por Oliveira, Castro Junior e Montalvão (2022), trata-se de uma fase de caráter meramente classificatório.

Como apresentado no referencial teórico, se verifica que a avaliação psicológica se constitui em uma etapa de alta complexidade técnica e fundamental para assegurar a compatibilidade entre os candidatos e as exigências da função policial (Thadeu; Ferreira; Faiad, 2012). Nesse sentido, a avaliação psicológica, presente em 100% dos editais analisados, envolve dilemas éticos relevantes, especialmente no que tange ao equilíbrio entre transparência e validade científica.

Observou-se que nenhum estado divulga em edital quais são os testes psicológicos (nomes dos testes e especificidades da execução) que serão utilizados na avaliação psicológica, embora os estados de Pernambuco, Goiás e Minas Gerais mencionem quais são os tipos de testes que serão aplicados, como entrevista, questionário social, teste de personalidade, teste de atenção, dinâmica de grupo, entre outros. A presença ou ausência de forma detalhada nos editais analisados demonstra a dificuldade das Polícias Militares em equilibrar os requisitos técnicos e as exigências do Poder Judiciário. Por um lado, os candidatos têm direito a informação clara sobre os critérios de avaliação. Por outro, a divulgação excessiva pode comprometer a validade dos testes, ao permitir que candidatos se preparem especificamente para “passar” nos instrumentos, sem que isso reflita seu real perfil psicológico (Faiad *et al.*, 2021). Tal situação tem sido objeto de questionamento no Poder Judiciário que, em algumas decisões, tem afastado a reprovação de candidatos pela falta de divulgação prévia dos nomes dos testes que seriam aplicados (Santos; Peixoto, 2024), tratando-se de um grande desafio no contexto da avaliação psicológica em concursos públicos para ingresso em cargos policiais (Santos, 2016).

4.4 Etapas Eliminatórias: Análise dos Testes de Aptidão Física

Os testes de aptidão física compõem uma etapa essencial do processo seletivo para ingresso nas Polícias Militares do Brasil, tendo como objetivo avaliar a capacidade física dos candidatos para o exercício da função policial (Caglar, 2004). No entanto, as exigências variam entre os estados, resultando em diferenças significativas no perfil físico dos candidatos aprovados. Foram identificados os exercícios mais recorrentes e aqueles menos exigidos nos



diferentes estados brasileiros, como pode ser observado na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Testes de aptidão física aplicados em cada estado, nos concursos públicos para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar

Distribuição dos Testes de Aptidão Física nos Estados

Estados	Exercícios										
	Barra Fixa	Flexão de Braço	Apoio de 4 Tempos	Desenvolvimento com Halteres	Salto	Resistência Abdominal	Capacidade Aeróbica	Natação	Corrida Rasa	Agilidade	Flexibilidade
Pernambuco	0	3	3	3	0	0	0	0	3	3	3
Paraíba	0	3	3	3	0	0	0	3	0	3	3
Alagoas	0	3	3	3	3	0	0	0	3	0	3
Bahia	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Ceará	0	3	3	3	3	0	0	3	0	3	3
Distrito Federal	0	3	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Goiás	0	0	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Mato Grosso do Sul	1	2	3	3	3	0	0	3	3	3	3
Mato Grosso	0	3	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Paraná	0	3	3	3	3	3	0	3	3	0	3
Rio Grande do Sul	0	3	3	3	3	0	0	3	3	3	3
Santa Catarina	1	3	0	2	3	0	0	3	0	3	3
Rondônia	1	2	3	3	3	0	0	3	3	3	3
Roraima	0	0	3	3	3	0	0	0	0	3	3
Acre	0	0	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Amazonas	1	2	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Amapá	0	3	3	3	0	0	0	0	3	3	3
Maranhão	3	0	0	3	3	0	0	3	3	3	3
Piauí	1	2	3	3	3	0	0	3	3	3	3
Sergipe	0	0	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Rio Grande do Norte	0	3	3	3	0	0	0	3	3	0	3
Pará	0	0	3	3	3	0	0	3	3	3	3
Rio de Janeiro	0	3	3	3	3	0	0	3	3	3	3
São Paulo	0	3	3	3	3	0	0	3	0	3	3
Tocantins	0	0	3	3	3	0	0	0	3	3	0
Minas Gerais	0	3	3	3	3	0	0	3	3	3	0
Espírito Santo	0	3	3	3	3	0	0	3	3	0	3

Legenda	
0	Exige o exercício para ambos os sexos
1	Exige o exercício apenas para os homens
2	Exige o exercício apenas para as mulheres
3	Não exige o exercício

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos testes que avaliam a força e resistência dos membros superiores, o teste na barra fixa é amplamente requerido, sendo avaliado em 20 estados, o que representa 74,07% dos concursos públicos para ingresso no cargo de soldado da Polícia Militar, com execuções



distintas para homens e mulheres. As exceções são a Bahia, onde o teste de aptidão física não faz parte do concurso público, e o Maranhão, que não exige esse tipo de teste. Em cinco estados (18,52%), esse teste é exclusivo para o sexo masculino.

Já o teste de flexão de braço é menos frequente do que o teste na barra fixa, sendo exigido para ambos os sexos em sete estados (25,93%), apenas para mulheres em quatro estados (14,81%) e em 16 estados o teste não é exigido. Exercícios como apoio de quatro tempos e desenvolvimento com halteres são raramente solicitados, sendo o primeiro mencionado nos editais de Santa Catarina e Maranhão, e o segundo sendo exigido apenas para mulheres em Santa Catarina.

Os testes de potência muscular e explosão, que avaliam a capacidade de gerar força rapidamente, incluem o salto em distância e o salto em altura, sendo exigidos em apenas quatro estados (Pernambuco, Paraíba, Amapá e Rio Grande do Norte) o que representa 14,81% dos concursos. Já os testes de resistência abdominal (flexão abdominal remador, abdominal supra e *curl-up*) e os testes de capacidade aeróbica (corrida de 12 minutos, corrida de 2.400 metros para homens e corrida de 2.000 metros para mulheres) estão presentes na maioria dos editais, sendo o primeiro exigido em 25 estados (92,59%) e o segundo, em 26 estados (96,30%). A natação é exigida em Pernambuco, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Roraima, Acre, Amazonas, Amapá, Tocantins e Espírito Santo, ou seja, em 11 estados (40,74%).

Quanto aos testes de velocidade, como a corrida rasa, eles são requeridos nos estados da Paraíba, Ceará, Santa Catarina, Amapá e São Paulo, perfazendo 18,52% dos editais analisados. A corrida rasa é uma prova de curta distância que avalia a velocidade e a capacidade de aceleração do candidato, exigindo explosão muscular desde a largada até a linha de chegada. Testes de agilidade, flexibilidade e que simulam a atuação policial militar são raramente incluídos. Testes de agilidade são avaliados em somente quatro estados (14,81%), sendo eles Alagoas, Paraná, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Testes de flexibilidade são exigidos apenas no Tocantins (3,70%).

A Pista de Aptidão Física Policial Militar (PAFPM) aparece apenas no estado de Minas Gerais (3,70%), tratando-se de uma das modalidades constituintes do Teste de Capacitação Física (TCF), com objetivo de avaliar o condicionamento físico para o exercício do cargo de policial militar e sua execução é regida pela Resolução nº 5.360, de 09 de maio de 2024, da Polícia Militar de Minas Gerais. A PAFPM é o único teste que mais se aproxima de uma simulação do contexto de trabalho, confirmando a carência desse tipo de avaliação apontada por Oliveira; Castro Junior e Montalvão (2022).

Além das diferenças nos exercícios exigidos, os índices de desempenho das provas



variam entre os sexos, com critérios diferenciados para homens e mulheres na maioria dos estados. Em geral, os tempos de corrida, o número de repetições de flexões e abdominais, entre outras métricas de esforço, apresentam valores reduzidos para o sexo feminino, refletindo um ajuste de exigências baseado em parâmetros fisiológicos. De acordo com Silva e Neves (2024), é importante lembrar que o STF adota uma postura de respeito à isonomia. No entanto, essa isonomia deve estar intrinsecamente ligada à atividade a ser realizada, o que pode abrir espaço para novas discussões ainda não abordadas, como a possível aplicação de Teste de Aptidão Física com os mesmos critérios para ambos os sexos. Apesar disso, na prática, além das polícias militares, outros concursos policiais como os da polícia civil e rodoviária federal, também utilizam Testes de Aptidão Física com indicadores proporcionais, diferenciados para homens e mulheres.

Os resultados demonstram que não há um padrão unificado para a avaliação da aptidão física nos concursos das Polícias Militares brasileiras, com variações significativas entre os estados. A diversidade das exigências reflete a autonomia das corporações estaduais na definição dos critérios de seleção, impactando diretamente o perfil dos candidatos aprovados. Esses achados ressaltam a importância de uma discussão sobre a eventual padronização dos testes, visando avaliar se as diferenças verificadas se justificam ou se haveria a necessidade de garantir maior uniformidade e equidade nos processos seletivos das Policiais Militares brasileiras.

4.5 Lei nº 14.751/2023, que instituiu a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares

A edição da Lei nº 14.751/2023 representou uma mudança significativa na estrutura das Polícias Militares estaduais, impactando diretamente o processo de ingresso na carreira de soldado. Ao estabelecer diretrizes nacionais para recrutamento, a norma busca padronizar critérios fundamentais, como a exigência de nível superior para ingresso (§ IX do Art. 13), o que pode gerar um efeito duplo: de um lado, a valorização do conhecimento acadêmico e a possível elevação do perfil profissional do policial (Romadhon; Soeling, 2024); de outro, um potencial reflexo na acessibilidade ao cargo, visto que nem todos os candidatos possuem condições financeiras para alcançar essa escolaridade antes da admissão. Essa mudança pode reduzir o número de interessados no concurso, principalmente em estados onde a exigência anterior era apenas o ensino médio, como demonstrado na análise dos editais realizada no presente estudo.

Outro aspecto relevante da nova legislação é a formalização de exigências como exames toxicológicos e psicológicos (§ VIII do Art. 13), além da investigação social criteriosa (§ VI do



Art. 13), itens já comuns nos editais analisados, mas agora reforçados com status de norma nacional. A padronização dessas etapas pode contribuir para maior previsibilidade e transparência nos certames, evitando interpretações distintas entre estados e reduzindo o número de judicializações por candidatos que questionam reprovações nessas fases.

No entanto, a avaliação psicológica continua sendo um ponto de debate, uma vez que, como demonstrado na pesquisa de Santos e Peixoto (2024), os critérios de reprovação têm gerado questionamentos, culminando em resultados em que os candidatos são classificados como 'recomendados' ou 'não recomendados', além de discussões sobre o uso do perfil profissiográfico e a divulgação prévia dos requisitos e instrumentos aplicados na seleção.

A Lei nº 14.751/2023 também enfatiza a necessidade de formação contínua dos militares estaduais (Art. 5º, XIV), o que sugere um compromisso institucional com a capacitação profissional, mas não detalha como essa qualificação será estruturada para os ingressantes. No contexto da seleção de soldados, essa diretriz poderia ser traduzida na ampliação da formação inicial, com um currículo alinhado às novas demandas da segurança pública. No entanto, sem um direcionamento claro sobre os investimentos e a infraestrutura necessária para essa formação, há o risco de que a exigência de nível superior acabe substituindo um treinamento aprofundado e contextualizado, sem necessariamente garantir um profissional mais bem preparado para a complexidade da atividade policial.

Por fim, um ponto controverso da lei é a ausência de disposições concretas sobre inclusão e diversidade nos concursos, tema que tem gerado debates em nível nacional. Como evidenciado na análise dos editais e por autores como Pivetta (2019), Silva e Neves (2024), diversos estados ainda impõem restrições ao ingresso de mulheres, limitando a concorrência a percentuais inferiores a 30% das vagas disponíveis.

A nova norma não impõe diretrizes claras para a equidade de gênero na seleção, deixando essa decisão a cargo das legislações estaduais, o que pode perpetuar desigualdades já existentes. Assim, apesar dos avanços em termos de padronização e qualificação, a Lei nº 14.751/2023 ainda apresenta desafios e lacunas que precisam ser discutidos para garantir que o recrutamento policial seja não apenas eficiente, mas também democrático e acessível a uma ampla gama de candidatos, pois a avaliação criteriosa das características pessoais dos candidatos é fundamental para selecionar aqueles mais adequados à função policial (Chaves; Santos, 2022).

A Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares representa um marco importante para a organização e o funcionamento das instituições militares estaduais. No entanto, a análise do processo de ingresso na carreira de soldado à luz da Lei nº 14.751/2023 revela tanto avanços



quanto desafios que precisam ser debatidos e aprimorados para garantir um modelo de recrutamento mais equitativo e eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar como os critérios e requisitos para ingresso na carreira de soldado policial militar são estruturados nos concursos públicos. A pesquisa também buscou elencar possíveis efeitos da Lei nº 14.751/2023 sobre os critérios de ingresso na carreira de soldado, avaliando suas implicações para a estruturação dos certames e para a composição dos efetivos policiais. Com base no estudo realizado, considera-se que o objetivo geral da pesquisa foi plenamente atingido, pois foram identificados padrões, divergências e tendências nos concursos públicos das Polícias Militares brasileiras, bem como as mudanças e desafios trazidos pela nova legislação.

Os principais achados desta pesquisa revelam que, embora os processos seletivos das Polícias Militares sigam diretrizes comuns, ainda há variações significativas entre os estados, especialmente no que tange à escolaridade exigida, à idade máxima permitida e à reserva de vagas para mulheres. Observou-se que a Lei nº 14.751/2023 introduz um novo paradigma ao estabelecer critérios mínimos nacionalmente unificados, como a exigência do nível superior para ingresso, medida que pode impactar a acessibilidade e o perfil dos ingressantes. Além disso, a formalização de exigências já aplicadas nos estados, como a avaliação psicológica e a investigação social, pode contribuir para maior padronização e transparência nos certames, embora desafios persistam, como a subjetividade de alguns critérios de seleção e a ausência de diretrizes concretas para equidade de gênero nos concursos.

A contribuição deste estudo para a área de segurança pública se dá ao oferecer uma visão abrangente sobre os mecanismos de recrutamento policial no Brasil e ao analisar criticamente as mudanças legislativas recentes. Ao sistematizar informações sobre os concursos e suas implicações, este trabalho pode servir como referência para gestores públicos, pesquisadores e formuladores de políticas na busca por aprimorar os processos seletivos das Polícias Militares. Além disso, a análise comparativa entre os editais permite evidenciar lacunas e desafios que podem ser debatidos em futuras pesquisas, como a eficácia da exigência de nível superior na formação policial e os impactos da nova legislação na composição dos efetivos.

Entretanto, algumas limitações devem ser reconhecidas. A pesquisa se baseou exclusivamente na análise documental dos editais de concursos públicos o que, embora permita uma visão detalhada dos critérios formais de seleção, não contempla as percepções dos candidatos, dos gestores públicos e dos instrutores responsáveis pela formação policial. Além



disso, a pesquisa não analisou os efeitos práticos da Lei nº 14.751/2023, uma vez que sua implementação ainda está em curso nos estados. Dessa forma, futuras investigações podem aprofundar esse debate por meio de abordagens empíricas, como entrevistas e estudos de caso, para compreender como as mudanças legislativas impactam, na prática, a qualidade da seleção e a formação dos policiais militares.

Futuras pesquisas e reflexões sobre os concursos públicos no Brasil são requeridas e é evidente a necessidade de repensar os mecanismos de seleção para que se tornem mais eficazes na escolha de profissionais qualificados para o serviço público. Isso inclui a valorização de habilidades práticas, a adoção de avaliações mais abrangentes e a superação da “ideologia concurseira” (Fontainha et al., 2015). A busca por um modelo mais justo e eficiente é fundamental para garantir a qualidade do serviço público e o desenvolvimento do país.

Por fim, este estudo reforça a importância de revisões constantes nos critérios de seleção, garantindo que os concursos públicos atendam tanto às necessidades institucionais quanto às expectativas da sociedade. A Lei nº 14.751/2023 representa um avanço ao estabelecer diretrizes nacionais, mas ainda há pontos que precisam ser aprimorados para que o recrutamento policial seja mais inclusivo, eficiente e alinhado às demandas contemporâneas da segurança pública.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcus Pinto; SANTANA, Everaldo Ferreira. A Polícia Militar na segurança pública do estado democrático de direito brasileiro. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais. Florianópolis**, v. 4, n. 1, p. 82-97, 2018.

ALBRECHT, Pricila Anny Tomachski; KRAWULSKI, Edite. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 14, n. 2, p. 211-226, 2011.

ARAUJO, Ana Luiza Gomes; OLIVEIRA, kamila Pagel; CARDOSO, Gustavo Alves. A culpa é da indústria concurseira? Reflexões sobre o concurso público. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 7, n. 2 p. 128-146, 2020.

BAIL, Omar; ROCHA, João Pedro Passos. Reflexos da possível aprovação da Lei Orgânica das Polícias Militares na legislação específica do estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 1, p. 1937-1953, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, vol. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

- BRANDÃO, Hugo Pena; BAHRY, Carla Patrícia. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 179-194, 2005.
- BREAUGH, James A. Employee recruitment. **Annual review of psychology**, v. 64, n. 1, p. 389-416, 2013.
- BUENO, José Maurício Haas; PEIXOTO, Evandro Morais. Avaliação psicológica no Brasil e no mundo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe, p. 108-121, 2018.
- CAGLAR, Ali. Recruitment in the Turkish police. **Policing & Society**, v. 14, n. 4, p. 348-364, 2004.
- CHAVES, Luana Ribeiro; SANTOS, Andersson Pereira dos. Recrutamento e Seleção: A Visão dos Servidores que Atuam na Seleção e Formação dos Novos Policiais Federais. **Anais do EnANPAD 2022**, 2022.
- COELHO, Fernando de Souza; MENON, Isabela de Oliveira. A quantas anda a gestão de recursos humanos no setor público brasileiro? Um ensaio a partir das (dis) funções do processo de recrutamento e seleção—os concursos públicos. **Revista do Serviço Público**, v. 69, p. 151-180, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Resolução CFP nº 08/2025*. Brasília: CFP, 2025. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2025-regulamenta-a-avaliacao-psicologica-em-concurso-publico-e-processos-seletivos-de-natureza-publica-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-2-de-21-de-janeiro-de-2016>. Acesso em: 05 out. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Resolução CFP nº 02/2016*. Brasília: CFP, 2016. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao002-2016.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025.
- DEMO, Gisela; FOGAÇA, Natasha; COSTA, Ana Carolina. Políticas e práticas de gestão de pessoas nas organizações: cenário da produção nacional de primeira linha e agenda de pesquisa. **Cadernos Ebape.BR**, v. 16, n. 2, p. 250-263, 2018.
- DEN HEYER, Garth; MENDEL, Jonathan. Shaping the police workforce: a state-of-the-art literature review. **Policing: An International Journal**, v. 42, n. 2, p. 165-178, 2019.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. O Futuro do Concurso Público. **Revista Eletrônica da PGE-RJ**, v. 1, n. 1, 2018.
- DOROTEU, Leandro Rodrigues. Exigência de formação superior para recrutamento e seleção de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal: egressos x ingressantes. **Revista de Administração da UEG (ISSN 2236-1197)**, v. 8, n. 1, p. 85, 2017.
- FAIAD, Cristiane; SANTOS, Andersson Pereira dos; LOBOSQUE, Elza Maria Gonçalves; SANT'ANNA FILHO, Olavo; PRADO, Lyani Vieira do; COELHO JUNIOR, Francisco Antonio. Avaliação psicológica em concursos públicos e porte de arma: histórico e desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n. spe1, p. e252456, 2021.

FAIAD, Cristiane; ALVES, Irai Cristina Boccato. Contribuições do Satepsi para avaliações psicológicas compulsórias (trânsito, porte de arma e concursos públicos). **Psicologia: ciência e profissão**, v. 38, p. 50-59, 2018.

FAIAD, Cristiane; COELHO JUNIOR, Francisco Antonio; CAETANO, Patrícia Fagundes; ALBUQUERQUE, Anelise Salazar. Análise profissiográfica e mapeamento de competências nas instituições de segurança pública. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 32, p. 388-403, 2012.

MACÊDO; Dartagnan Ferreira de, GOMES, Carolina Maria Ferreira; COSTA, Antonio Carlos Silva; FINGER, Andrew Beheregarai. Análise do concurso público como instrumento de seleção de pessoal no setor público: percepção de um grupo de servidores de instituições federais de ensino superior. **Revista Sociais e Humanas**, v. 29, n. 1, p. 92-110, 2016.

FENSTERSEIFER, Liza; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Estudo de fidedignidade e validade da Escala de Avaliação de Dor Psicológica. **Psico-USF**, v. 10, p. 21-29, 2005.

FONTAINHA, Fernando de Castro; GERALDO, Pedro Heitor Barros; VERONESE, Alexandre; ALVES, Camila Souza. O concurso público brasileiro e a ideologia concursista. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 16, n. 110, p. 671-702, 2015.

GAINES, Larry K.; FALKENBERG, Steven. An evaluation of the written selection test: effectiveness and alternatives. **Journal of Criminal Justice**, v. 26, n. 3, p. 175-183, 1998.

GILL, Navdeep Singh. Recruitment and Selection Procedures in Human Resource Management. **International Journal of Computer Science and Mobile Computing**, v. 10, n. 2, p. 45-49, 2021.

GONÇALVES, Claudiron Junio Gomes. Análise: anulação, pelo Poder Judiciário, de ato de eliminação de candidato a concurso público decorrente de avaliação psicológica: interlocução entre direito e psicologia. **PISTA: Periódico Interdisciplinar [Sociedade Tecnologia Ambiente]**, v. 2, n. 1, p. 86-105, 2020.

INZUNZA, Miguel. Selection practitioners' views on recruitment criteria for the profile of police officers: A comparison between two police organizations. **International journal of law, crime and justice**, v. 45, p. 103-119, 2016.

LACOMBE, Beatriz Maria Braga; TONELLI, Maria José. O discurso e a prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as práticas das empresas sobre os modelos de gestão de recursos humanos. **Revista de administração contemporânea**, v. 5, p. 157-174, 2001.

LIMA, Lucimeire Aparecida de; SILVA, José Carlos Ribeiro da. Noções de direito na educação: a importância da abordagem de temas jurídicos no ensino médio nas escolas públicas do estado do Tocantins. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, p. 1855-1879, 2024.

MAIA, Bóris. A institucionalização do concurso público no Brasil: uma análise sócio-histórica. **Revista do Serviço Público**, v.3, p. 663-684, 2021.

MCCAFFERTY, Francis L. The challenge of selecting tomorrow's police officers from Generations X and Y. **Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online**,

v. 31, n. 1, p. 78-88, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira. Processo e Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade Perante o Tribunal Federal: Uma Proposta de Projeto de Lei. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 1, n. 6, 1999.

NORONHA, Ana Paula Porto; REPPOLD, Caroline Tozzi; SANTOS, Acácia Angeli dos; VILLEMOR-AMARAL, Anna Elisa; PRIMI, Ricardo; VERAS, Mariana dos Reis. Sistema de avaliação de testes psicológicos: Histórias contadas e não contadas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e278525, 2023.

NUNES, Warley Stefany. Concurso público: uma análise dos editais no processo seletivo de secretários executivos nas instituições federais de ensino. **Secretariado Executivo em Revist@**, v. 10, p. 105-118, 2014.

OLIVEIRA, Antonio Batista da Silva; CASTRO JUNIOR, Joel de Lima Pereira; MONTALVÃO, Sergio de Sousa. O mito da meritocracia: academicismo e falhas metodológicas nos concursos públicos brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 694-720, 2022.

PARPINELLI, Renata Fabiana; LUNARDELLI, Maria Cristina Frollini. Avaliação psicológica em processos seletivos: contribuições da abordagem sistêmica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 23, p. 463-471, 2006.

PAVAN, Luiz Henrique Miguel. O controle jurisdicional das provas do concurso público. **Revista da Defensoria Pública da União**, n. 02, 2009.

PIRES, Alexandre Kalil; PRATA, César Felício; SANTOS, Delor Moreira dos; BRANDÃO, Hugo Pena; MORAES, Humberto; CARVALHO, Isamir M. de; MONTEIRO, João Carlos; DIAS, Joelma Costa; E. FILHO, José Vitor; OLIVEIRA, Márcia M. S.; MARQUES, Maria Izabel Chaves; AMARAL, Paulo André; ARAÚJO, Priscilla Barreto da Costa; HASHIMOTO, Rosa; MACHADO, Sonisley Santos; DANTAS, Vera Cecília. **Gestão por competências em organizações do governo**. Brasília: ENAP, 2005.

PIVETTA, Luciane Benedita Duarte. A (i) legalidade do Recrutamento Restritivo de Policiais Militares Femininas. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 10, n. 2, p. 55-89, 2019.

POTOČNIK, Kristina; ANDERSON, Neil R.; BORN, Marise; KLEINMANN, Martin; NIKOLAOU, Ioannis. Paving the way for research in recruitment and selection: recent developments, challenges and future opportunities. **European Journal of work and organizational psychology**, v. 30, n. 2, p. 159-174, 2021.

PRIMI, Ricardo. Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 2, n. 1, p. 67-77, 2003.

PRIMI, Ricardo. Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 25-35, 2010.

RAGANELLA, Anthony J.; WHITE, Michael D. Race, gender, and motivation for becoming

a police officer: Implications for building a representative police department. **Journal of criminal justice**, v. 32, n. 6, p. 501-513, 2004.

ROMADHON, Fazri; SOELING, Pantius Drahen. The Role of Competency and Compensation Required by the Police to Face Performance Demands in the Society 5.0 Era. **Dinasti International Journal of Education Management and Social Science**, v. 5, n. 3, p. 118-126, 2024.

SALES, Mariane Lima de; XAVIER FILHO, José Lindenberg Julião; DAMASCENA, Elielson Oliveira. Serviço Público como expectativa profissional dos graduandos em administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2017.

SANT'ANNA, Anderson de Souza; DINIZ, Daniela Martins; PAIVA, Susan Mara Gaudensi. Afinal, RH para quê? Um estudo em economia periférica. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 51, p. 138-152, 2018.

SANTOS, Andersson Pereira dos. The effects of legal judgments on psychological evaluations in the Brazilian Federal Police. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, v. 10, n. 2, p. 113-120, 2016.

SANTOS, Andersson Pereira dos; MACHADO, Eduardo Schneider; GOMES, Adalmir de Oliveira. A Construção da Memória Organizacional: uma narrativa histórica sobre os cargos da Polícia Federal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 9, n. 2, p. 111-140, 2018.

SANTOS, Andersson Pereira dos; PEIXOTO, Carla Krepe Leiros. A judicialização da avaliação psicológica na seleção de policiais federais no Brasil. **Revista Ciência & Polícia**, v. 10, n. 2, p. 156-190, 2024.

SHAHNAEI, Shila; LONG, Choi Sang. An examination of strategic human resource management practices in Iranian international sector performance. **Research Journal of Applied Sciences, Engineering and Technology**, v. 8, n. 23, p. 2363-2368, 2014.

SILVA, Alana Nascimento da; NEVES, Isadora Ferreira. Ações afirmativas e direito à igualdade de gênero: a reserva de vagas para mulheres em concursos públicos da Polícia Militar da Bahia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 6425-6451, 2024.

SILVA, Joana; VALDEVINO, Michelle Oliveira. A importância do processo de recrutamento e seleção nas organizações. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 190, 2020.

SOUZA, Filipe Augusto Silveira de; LEMOS, Ana Heloísa da Costa; CAVAZOTTE, Flavia de Souza Costa Neves; MALVA, Teresa Rachel Jesus. Atraindo novos funcionários para empresas de alta performance: uma crítica às razões dos profissionais de recursos humanos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 1, p. 103-120, 2015.

THADEU, Sayonara Helena; FERREIRA, Maria Cristina; FAIAD, Cristiane. A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 229-238, 2012.

TROTTIER, Alain; BROWN, Jeremy. Occupational health in police work: a Canadian perspective. **Journal of Clinical Forensic Medicine**, v. 1, n. 1, p. 39-42, 1994.

VASCONCELOS, Alina Gomide; NASCIMENTO, Elizabeth do; SAMPAIO, Jäder dos Reis. PMK: validade preditiva do PMK em relação à presença de sintomas psicopatológicos. **Psico-USF**, v. 16, p. 143-149, 2011.

WARRE-DYMOND, Sharon. Successful recruitment: preparation is the key. **In Practice**, v. 22, n. 5, p. 276-279, 2000.

WILSON, Jeremy M.; DALTON, Erin; SCHEER, Charles; GRAMMICH, Clifford A. Police recruitment and retention for the new millennium. **Santa Monica, CA: RAND Corporation**, v. 10, 2010.

WILSON, Jeremy M.; HEINONEN, Justin A. Police workforce structures: Cohorts, the economy, and organizational performance. **Police Quarterly**, v. 15, n. 3, p. 283-307, 2012.

YE, Genping. Critically Discuss Challenges and Recommendations in Recruitment and Selection. In: **2022 7th International Conference on Financial Innovation and Economic Development (ICFIED 2022)**. Atlantis Press, 2022. p. 274-279.

Submissão: 01/05/2025
1ª revisão: 16/09/2025
2ª revisão: 27/11/2025
Aceite: 11/12/2025

HOMICÍDIO**HOMICIDE****HOMICIDIO**

Leonardo Borges Ferreira¹ 
Instituto Superior de Ciências Policiais

Nayara da Silva Mesquita² 
Escritório de Advocacia Mesquita

PETHERICK, Wayne; PETHERICK, Natasha. **Homicide**. Academic Press, 2019.

Em 2021, o continente europeu registrou uma taxa de homicídios de 2,2 casos por 100 mil habitantes, enquanto a América registrou 34 casos por 100 mil habitantes, atrás apenas do continente africano, com 38 casos por 100 mil habitantes. Em número absolutos, Brasil (mais de 47 mil) e Nigéria (mais de 44 mil), juntos somaram 20% dos casos, apesar de terem apenas 6% da população mundial (UNODC, 2023).

O Brasil segue registrando altos números de homicídios. Os registros respectivos foram de 55.045 casos em 2012, 57.396 em 2013, 60.474 em 2014, 59.080 em 2015, chegando ao ápice histórico de 65.602 casos em 2017, quando se anotaram decréscimos em 2018 (57.956 casos) e em 2019 (45.503), registrando-se aumentos e diminuições em 2020 (49.503), 2021 (47.847), 2022 (46.409), de acordo com o Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024). Os homicídios no Brasil estão distribuídos de maneira bastante irregular nas Unidades Federativas em termos de taxas e de números, como no ano de 2022, em que a Bahia registrou a maior taxa (45,1 por 100 mil habitantes) 6.776 casos e São Paulo a menor, com 6,8 por 100 mil habitantes (3.212 casos), enquanto Roraima, neste mesmo ano, com taxa de 38,6 por 100 mil habitantes,

¹ PhD in Social Psychology, Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasil. **Contato:** tutant09@yahoo.com.br

² Especialista em Direito Penal, Advogada, Escritório de Advocacia Mesquita, Brasília, DF, Brasil. **Contato:** smesquita.nayara@gmail.com



registrou 231 casos. Para se ter uma noção da dimensão do problema brasileiro, em 2022, a taxa global de homicídios foi de 5,6 por 100 mil habitantes, de acordo com o Monitor de Homicídios (Instituto Igarapé, 2025). É relevante que conhecimentos científicos e abordagens acadêmicas sejam considerados recursos indispensáveis para se compreender o fenômeno, as dinâmicas e as variáveis envolvidas na busca de compreensão e, por que não, uma solução voltada para poupar vidas? O livro *Homicide*, publicado em 2019 por Wayne Petherick e Natasha Petherick, apresenta aportes neste sentido, contribuindo para uma discussão fértil sobre o assunto.

Os autores nos brindam com um apanhado de abordagens que se ocupam de analisar a incidência do fenômeno do homicídio, decorrentes de uma busca minuciosa na literatura sobre quesitos relevantes sobre crime e comportamento desviante. Os autores dividem o trabalho em 13 capítulos, que se ocupam de questões que cobrem desde explicações psicológicas, biológicas e sociais, nos níveis individual e grupal em relação ao homicídio. Sequencialmente, os capítulos buscam dar um panorama sobre o que, como e quais as características de um homicídio, fatores biológicos que o influenciam, fatores psicológicos, o papel da influência social, particularidades dos homicídios perpetrados por jovens, serial killers e assassinos em massa, homicídio domésticos, homicídios sexuais, homicídios motivados por fatores ideológicos, investigação e prevenção ao homicídio.

Petherick e Petherick (2019) são pesquisadores australianos, dedicados, entre outras áreas de interesse, respectivamente, à Criminologia na *Bond University* e à Psicologia Aplicada na *University of New England*, e, portanto, seus pontos de vista podem estar adstritos ao que se poderia chamar de estudos WEIRD, acrônimo da língua inglesa para *Western* (ocidental); *Educated* (educação superior), *Industrialized* (industrializado e urbano); *Rich* (rico) e *Democratic* (democrático). O termo é pormenorizadamente discutido por Henrick, Heine e Norenzayan (2010) e diz respeito à tendência de pesquisadores comportamentais a generalizar seus achados, sobretudo em Psicologia e em ciências comportamentais, com base em amostras de participantes oriundos de países ocidentais, assumindo que existiria pouca influência da variabilidade cultural. É uma suposição equivocada, visto que questões culturais, incluindo práticas sociais e postulados jurídicos variam e impactam nas atitudes e comportamentos das pessoas.

Em países que adotam o sistema jurídico *Common Law*, os termos *homicide* e *murder* têm aspectos diferentes, sendo este último um subtipo do primeiro, ilegal e intencional. Ambos poderiam ser substituídos pelo termo agressão letal e traduzidos apenas como homicídio, em língua portuguesa. Entretanto, para efeitos legais e refinamento conceitual, uma definição jurídica é indispensável.

Em grande parte das culturas ocidentais, os regramentos jurídicos, em especial, os códigos penais, prescrevem formas em que um resultado morte é aceitável e não punível, como em casos de legítima defesa contra injusta agressão da própria vida (ou de terceiros) em que se recorrem às excludentes de punibilidade; já em outras culturas, o homicídio pode ser tolerado como resposta à ofensa da honra (casos de adultério, por exemplo) ou às regras sociais locais. No Brasil, o termo “morte decorrente de intervenção policial”, adotado a partir do ano de 2012, por meio da Resolução nº 8, de 21 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, refere-se a casos que não são, inicialmente, enquadrados como homicídio propriamente dito (BRASIL, 2012).

No capítulo 1, Petherick e Petherick (2019) apresentam um panorama do crime de homicídio, aspectos legais e conceituais envolvidos. Os autores destacam que se trata do nível mais alto de agressão que pode ser perpetrado contra uma pessoa em qualquer cultura. Entretanto, casos de homicídios intencionalmente registrados (HIR) por perpetradores em imagens (fotos e vídeos), mostrando a crueldade aplicada e as agonias das vítimas são uma forma ainda mais gravosa, sobretudo na era digital em que o espalhamento desses registros ocorre indiscriminadamente nas redes sociais, impactando na humanidade da vítima e alcançado, muitas vezes, parentes e amigos, com imagens macabras. (Borges; Iglesias; Soría Verde, 2023).

Nos capítulos 2, 3 e 4, os autores se ocupam de traçar um panorama sobre as influências sociológicas, biológicas e psicológicas do comportamento humano agressivo. Trazem aportes sobre impactos de fatores genéticos, hormonais, abordando, inclusive, os neurotransmissores e as estruturas cerebrais sobre o comportamento.

Especificamente no capítulo 2, os autores fazem uma apresentação não aprofundada, mas suficientemente útil para o leitor compreender como funcionam estruturas cerebrais específicas e como operam hormônios e neurotransmissores, capazes de impactar no comportamento agressivo de seres humanos, como a dopamina, a serotonina, a norepinefrina e o ácido gama-aminobutírico (GABA). O modelo biopsicossocial traz uma complexa justaposição das influências de elementos considerados inatos (biológicos, genéticos, p. ex., estruturas cerebrais) e aqueles ambientais (socioculturais, p.ex., influência social) relacionados ao comportamento, discussão ainda hoje acalorada sobre *nature* e *nurture*. Ideias darwinistas/lombrosianas, essencialmente assentadas em genética devem ser, de certa forma, confrontadas e alocadas com outras variáveis, como, pobreza, má alimentação, deficiência educacional, negligência, entre outras.

Considerando que os fatores biológicos e ambientais estão entrelaçados e podem impactar concomitantemente no comportamento agressivo, no capítulo 3, os autores apresentam como as emoções, as desordens de personalidade e o acometimento de doenças mentais operam na perpetração da violência.

Naquilo que apresentam como influências sociais do homicídio, no capítulo 4, os autores acrescentam à abordagem genética, trazida no capítulo anterior, fatores culturais e sociais, como, por exemplo, o endosso, a busca de pertencimento e aceitação como causas da agressão letal. A Teoria da Precipitação da Vítima de Wolfgang (1957) é apresentada como aquela em que a própria vítima é a causa direta e positivamente do crime contra si, quando ela, originalmente, provoca a reação letal do perpetrador ao iniciar uma agressão contra ele. A Teoria da Tensão, originada da ideia de anomia de Émile Durkheim, é também destacada como capaz de explicar o crime por meio da competição e frustração pela busca de status ou ascensão social. A Teoria da Associação Diferencial, uma teoria sociológica do crime, afirma que o comportamento desviante é aprendido pela interação com outros predispostos à criminalidade, isto é, pensamentos e emoções capazes de minimizar freios éticos e morais.

O capítulo 5 dedica-se às relações entre crime e idade. Os autores mencionam questões legais destacando que há diferenças nos sistemas judiciais sobre o que se considera criança, adolescente ou adulto. Neste capítulo, é apresentado o estudo de Wolff e Smith (2001). Os achados desse estudo apontam que boa parte dos delinquentes juvenis são, na verdade, acometidos por graves perturbações e anormalidades neuropsicológicas, suscetíveis a impulsos que não são contidos de maneira suficiente (problemas de autocontrole). O destaque vai para os ataques em escolas, onde os perpetradores, em geral, alunos do estabelecimento, em horário escolar (com maior número potencial de vítimas), empreendem ações letais. Ainda que com amostras limitadas, os estudos apresentam algumas características dos “atiradores escolares”, em sua maioria do sexo masculino, em três categorias: 1) traumatizados - históricos de abuso físico/sexual, instabilidade emocional, desordens familiares e tendências suicidas; 2) psicóticos - sem traumas, mas com transtornos de esquizofrenia, com episódios de alucinações e delírios; 3) psicopatas - deficiência de empatia, senso de superioridade e desprezo alheio e características sádicas. Casos brasileiros, como o “Massacre de Realengo” e o “Massacre de Suzano”, podem ser abordados através de parte do referencial apresentado neste capítulo. No capítulo 7, entretanto, há elementos mais especificamente apropriados ao tema.

No capítulo 6, o tema homicídios em série é apresentado. Primeiramente, os autores tecem algumas diferenciações entre homicídios em massa, sequenciais e em série. Todos exigem múltiplas vítimas, mas homicídios em série têm por características locais e ações



temporais diversas, enquanto homicídios sequenciais, um mesmo tempo, podendo ter locais diferentes; por sua vez, homicídios em massa exigem três ou mais vítimas, em um mesmo tempo e local. Os autores trazem uma discussão também sobre o termo “serial killer”, atribuindo ora ao investigador Robert Ressler do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) ora à própria instituição FBI, por meio da sua Unidade de Ciências Comportamentais - *Behavioral Sciences Unit* (BSU). Os autores destacam ainda que há uma relativa falta de consenso na literatura sobre quais critérios devem vigorar na definição de um assassino em série. Perguntas como quantas vítimas, em que período, em quais locais e por quais motivos compõem o cerne das discussões.

O capítulo 7 traz o conceito de homicídio em massa, como aquele que envolve múltiplas vítimas, mas que, diferentemente do homicídio em série apresentado no capítulo anterior, não envolve um período de reflexão (ou "desconexão" do perpetrador até que torne a cometer um novo homicídio). O homicídio em massa exige a vitimização de três (ou mais) pessoas em um mesmo evento, isto é, no mesmo tempo e local. Nota-se a premeditação e também que a intenção do perpetrador é causar o maior número de vítimas ao mesmo tempo. Quanto à prevalência, são majoritariamente indivíduos do sexo masculino. Os autores recorrem a casos como o ocorrido em 1978, em Jonestown, na Guiana, onde Jim Jones estabeleceu a sede da seita Templo do Povo.

O termo homicídio em massa é amplo e, mais uma vez, não parece haver consenso sobre suas tipologias. Como prometido, Petherick e Petherick (2019) trazem algumas curiosidades ocasionais como o termo Amok, um tipo de episódio dissociativo, no qual o indivíduo (sempre do sexo masculino), passa por um período de estabilidade para uma explosão de comportamentos violentos (apenas agressivos ou, de fato, homicidas) contra pessoas e objetos, precipitados por mera percepção de desrespeito ou insulto. Os autores relatam que o termo já figurou no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* - DSM-IV de 1994, mas foi retirado na edição seguinte. O episódio era descrito como quase sempre acompanhado de ideias de perseguição, automatismo, amnésia, exaustão e um retorno ao estado de relativa normalidade.

O capítulo 8 traz o tema: Homicídios domésticos. Os autores abordam questões sobre fatores de risco, devendo ser entendidos como aqueles que expõem e predis põem alguém a maior chance de violência. Os autores trazem um breve panorama da realidade australiana, destacando duas constatações: 1) homens são a maioria das vítimas (64%) e dos perpetradores (88%); e 2) homicídios domésticos são os mais comuns entre os registros (41%). A maior parte dos homicídios ocorridos na Austrália entre 2012 e 2014 foi de parceiros íntimos (63%),



seguidos por 15% de filicídios (pai/mãe versus filho), 11% de parricídios (filho versus pai/mãe), 8% de outros familiares e 4% de sibilicídios (irmão *versus* irmão). Os autores apontaram que a incidência ocorre aos domingos e quintas-feiras, entre as 18 horas e 23:59, na casa da vítima (66% dos casos), do perpetrador (10%), principalmente, por motivações variadas. Para os autores, drogas ou álcool foram variáveis contextuais ou situacionais, devendo a motivação real ser investigada em função de fatores como: ciúmes, vingança, término de relacionamento, pacto de suicídio assistido, difamação, abuso sexual, além de outros. Uma das conclusões mais interessantes diz respeito à mudança cultural sobre certas práticas de violência doméstica que antes eram toleradas e aceitas como fora do âmbito legal e punitivo. Eis aqui um dos principais preditores do homicídio doméstico, sobretudo do feminicídio: práticas habituais de “pequenas” violências físicas e psicológicas.

Os autores trazem no capítulo 9 o que denominam homicídios sexuais. Num primeiro momento, parece um pouco complexo compreender o conceito, visto que parece tratar-se de sobreposição de tipos criminais. Transgressões sexuais podem envolver situações sem qualquer tipo de contato físico, como voyeurismo, exibicionismo, posse de pornografia, masturbação, além de outros. Por outro lado, pode também envolver transtornos de personalidade, transtornos parafilicos e parafilias com consequências emocionais graves por frequentemente envolver brutalidade e extremo sofrimento das vítimas. Para Petherick e Petherick (2019), a tipologia é imprecisa, mas trata-se da combinação de crime sexual e de homicídio, não havendo uma definição clínica ou legal própria, podendo envolver desde casos de necrofilia, casos de obtenção de prazer sexual pelo ato de matar (sem atos sexuais propriamente ditos, erotofonofilia), até mesmo um homicídio para encobrir um abuso sexual. Crimes dessa natureza parecem despertar bastante a curiosidade e o interesse do público, não por acaso, a mídia costuma explorar seletivamente crimes que fogem do padrão (Chermak, 1994; Doyle, 2006). Kerr *et al.* (2013) trazem alguns termos como ‘homicídio por luxúria’, ‘homicídio sádico’, entretanto, admitem que não existe uma definição universalmente aceita e que se deve investigar motivações aparentes e subjacentes, a fantasia sexual, a existência de transtornos (de personalidade e parafilicos) do perpetrador, que, costuma ser mais isolado e apresentar maior controle da raiva do que estupradores.

No capítulo 10, os autores focam no que denominam homicídios ideológicos, devendo ser entendidos como aqueles em que raiva, ciúme, sentimento de direito, medo, inveja e outras emoções são apenas adereços para questões que podem envolver interesses grupais sociais, religiosos, étnicos, políticos, além de outros que costumam ocorrer em casos de terrorismo e genocídio. Nesta categoria, são necessários fatores como crenças, valores e pensamentos que



sustentem o comportamento violento.

No capítulo 11, o tema é a investigação de homicídios. Os autores afirmam que os procedimentos de investigação são um subproduto das leis que dão prerrogativas e obrigações às polícias. Por razão óbvia, isso envolve particularidades legais e culturais. Não se devem ignorar também os recursos investigativos disponíveis, havendo, por exemplo, no Brasil, diferenças entre os meios à disposição das polícias entre municípios ou cidades de uma mesma unidade federativa. Questões como essa foram consideradas por Petherick e Petherick (2019) que focaram em termos gerais sobre quem, o quê, quando, onde, como e por que ocorreu um homicídio. Com isso, ocuparam-se de mencionar como muitas dessas perguntas podem ser respondidas pela análise de evidências sobre falsa comunicação de crime, encenação (falsa vitimização), falso testemunho, falsa confissão, elaboração de perfis criminais, vitimologia, autópsia psicológica e motivações (por quê).

Finalmente, no capítulo 12, os autores abordam a prevenção de homicídios, assumindo que apenas um pequeno número de homicídios é suscetível de prevenção. Os autores atribuem grande importância ao papel da polícia, às campanhas de educação, ao uso de publicidade de advertência, ao controle de armas de fogo e ao socorro/atendimento de emergência. Os esforços giram em torno de reduzir riscos a indivíduos, de forma específica, e à sociedade de maneira geral, envolvendo esforços financeiros, sociais e políticos. Os autores descrevem três níveis de prevenção, em que o primário foca na redução de fatores criminógenos gerais que levam à criminalidade e/ou vitimização; o secundário foca em indivíduos sob risco, seja por problemas com álcool ou drogas, seja pela baixa autoestima; e o terciário, basicamente reativo, ocorrendo com o encarceramento do perpetrador, isto é, para que se evite a reincidência.

De maneira geral, o livro *Homicide* é de grande utilidade para estudantes e pesquisadores das áreas da Psicologia, Criminologia, Ciências Forenses e outros interessados nas causas, correlações, consequências e efeitos da agressão letal. No entanto, não foi intenção dos autores esgotar o tema e nem poderiam, pela razão óbvia de que o comportamento agressivo é complexo e multifatorial.

REFERÊNCIAS

BORGES, Leonardo Ferreira; IGLESIAS, Fabio; SORÍA VERDE, Miguél Angel. Torture, Beheading, Revenge, and Retaliation: Spectacularization of Deaths in Filmed Homicides. *Journal of Crime and Criminal Behavior*, v. 3. n. 1, p. 101-120, 2023.

<https://doi.org/10.47509/JCCB.2023.v03i01.06>

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Resolução nº 8, de 21 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**. Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia> Acesso em: 19 abr. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031> Acesso em: 24 mai. 2025.

CHERMAK, Steven M. Body count news: How crime is presented in the news media. **Justice Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 561-582, 1994. <https://doi.org/10.1080/07418829400092431>

DOYLE, Aaron. How not to think about crime in the media. **Canadian journal of criminology and criminal justice**, v. 48, n. 6, p. 867-885, 2006. Disponível em: <https://utppublishing.com/doi/abs/10.3138/cjccj.48.6.867> Acesso em: 12 ago 2025.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Monitor de Homicídios**. Explorando a distribuição, a dimensão e a dinâmica dos homicídios intencionais no mundo, 2025. Disponível em: <https://homicide.igarape.org.br/> Acesso em: 27 mai 2025.

KERR, Kevin J.; BEECH, Anthony R.; MURPHY, David. Sexual homicide: Definition, motivation and comparison with other forms of sexual offending. **Aggression and Violent Behavior**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.05.006>

PETHERICK, Wayne; PETHERICK, Natasha. **Homicide**. Academic Press, 2019.

WOLFGANG, M. E. Victim precipitated criminal homicide. **The Journal of Criminal Law and Criminology**, vol. 48, n. 1, p. 1–12, 1957. <https://www.jstor.org/stable/i247702>

WOLFF, Sula.; SMITH, Alexander McCall. Children who kill. *BMJ*, v. 322, n. 7278, p. 61-

62, 2001. <https://doi.org/10.1136/bmj.322.7278.61>

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Global study on homicide 2023**. UN, 2023. Disponível em: unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/2023/Global_study_on_homicide_2023_web.pdf Acesso em: 29 mai. 2025.

Submissão:

12/08/20225

Revisão: 22/09/2024

Aceite: 02/10/2025

